



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais – IFCHS
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA

**“VARANDO IGARAPÉ, VARANDO CANOA, NOSSA VIDA É A
PESCA”:UM ESTUDO SOBRE AS PESCADORAS ARTESANAIS NO
REMANSO DAS ÁGUAS EM PARINTINS-AM**

**MANAUS-AM
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais – IFCHS
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA

**“VARANDO IGARAPÉ, VARANDO CANOA, NOSSA VIDA É A
PESCA”:UM ESTUDO SOBRE AS PESCADORAS ARTESANAIS NO
REMANSO DAS ÁGUAS EM PARINTINS-AM**

Orientadora: Profa. Dra. Elenise Faria Scherer

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

MANAUS-AM
2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C376" Cavalcante, Mário Bentes
"Varando igarapé, varando canoa,nossa vida é a pesca: Um estudo sobre as pescadoras artesanais no Remanso da águas em Parintins-Am / Mário Bentes Cavalcante. 2019
137 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Elenise Faria Scherer
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalho. 2. mulheres. 3. pesca artesanal. 4. modo de vida. 5. identidade. I. Scherer, Elenise Faria II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MÁRIO BENTES CAVALCANTE

**“VARANDO IGARAPÉ, VARANDO CANOA, NOSSA VIDA É A
PESCA”:UM ESTUDO SOBRE AS PESCADORAS ARTESANAIS NO
REMANSO DAS ÁGUAS EM PARINTINS-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovada em 04 de setembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Presidente

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer – PPGSCA-UFAM

Membros

Profa. Dra. Ana Paulina Aguiar Soares – UEA

Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos – PPGSCA-UFAM

A todos que contribuíram para a
realização deste trabalho.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Todos que contribuíram para a realização deste trabalho, saibam que lhes sou grato.

RESUMO

Esta proposta de investigação teve por objetivo estudar o trabalho da mulher na pesca artesanal na comunidade rural Sagrada Família do Remanso no município de Parintins-AM. Para tanto, procurou-se entender como os modos de vida desenvolvidos na comunidade contribuem para a construção identitária da mulher pescadora. Compreender a construção do lugar do trabalho da mulher na pesca artesanal, por meio dos modos de vida desenvolvidos ao longo dos tempos foi o objetivo geral deste estudo; para atender a esse objetivo procuramos: a) descrever como ocorre a divisão espaço/temporal das atividades exercidas cotidianamente pelas mulheres na comunidade; b) compreender como foram (são) construídos os saberes necessários ao trabalho da pesca desenvolvido pelas mulheres pescadoras; c) entender, pelas narrativas femininas, como as mulheres se identificam nas relações estabelecidas entre seu trabalho e o desenvolvimento socioeconômico da comunidade; d) refletir sobre o trabalho da mulher pescadora a partir de seus costumes, crenças e tradições, procurando entender como se estabelecem e se desenvolvem no contexto cultural dinâmico das relações sociais. O caminho percorrido teve como ponto de partida a história de vida das pescadoras, por meio de entrevista compreensiva, a partir da memória dos participantes da pesquisa. Utilizamos ainda a técnica da observação direta para perceber o que não foi mostrado por meio das entrevistas, e assim, melhor conhecermos o objeto de estudo.

Palavras-Chave: Trabalho, mulheres, pesca artesanal, modo de vida, identidade.

RESUMEN

Esta propuesta de investigación tuvo como objetivo estudiar el trabajo de las mujeres en la pesca artesanal en la comunidad rural Sagrada Familia do Remanso en el municipio de Parintins-AM. Para estos fines, tratamos de comprender cómo las formas de vida desarrolladas a lo largo del tiempo contribuyen a la construcción de la identidad de las mujeres marineras en la comunidad. El objetivo general de este trabajo fue comprender la construcción del lugar de trabajo de las mujeres en la pesca artesanal, a través de las formas de vida desarrolladas a lo largo del tiempo. Para cumplir con este objetivo, investigamos: a) relatar cómo ocurre la división espacio / temporal de las actividades que realizan diariamente las mujeres en la comunidad; b) Comprender cómo se construyeron los conocimientos necesarios para el trabajo de pesca desarrollado por las mujeres en la comunidad; c) Entender, a través de las narrativas femeninas, cómo se identifican las mujeres en las relaciones establecidas entre su trabajo y el desarrollo socioeconómico de la comunidad; d) reflexionar sobre el trabajo de las marineras a partir de sus costumbres, creencias y tradiciones, buscando comprender cómo se establecen y desarrollan en el contexto cultural dinámico de las relaciones sociales establecidas. El camino a alcanzar tuvo como punto de partida la historia de vida de las marineras, a través de una entrevista profunda, basada en la memoria de los participantes de la investigación. También utilizamos la técnica de observación directa para comprender lo que no se fue expuesto a través de las entrevistas, y así conocer mejor el objeto de estudio.

Palabras clave: trabajo, mujeres, pesca artesanal, estilo de vida, identidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Movimento circular das águas (remanso, rebojo) do Rio Amazonas na entrada da comunidade.....	24
Figura 2 - Mapa Rural de Parintins	25
Figura 3- Igreja da Sagrada Família	31
Figura 4 – Mapa de localização da comunidade Sagrada Família do Remanso	34
Figura 5 – Comunidade Sagrada Família do Remanso	34
Figura 6 – Ruas do Remanso - rua da frente e rua de trás.....	37
Figura 7 – Quintal na comunidade do Remanso	38
Figura 8 – Rede de arrasto no quintal e malhadeira na varanda, contrastando com a cerâmica e tijolo na residência de um pescador.....	39
Figura 9 - Jogo de futebol na comunidade	47
Figura 10 - Escola Nossa Senhora das Graças	48
Figura 11 - Arreios de pesca.....	Erro! Indicador não definido. 4
Figura 12 – Arreios de pesca (malhadeira para água branca e para água preta, espinhel)	54
Figura 13 – Pescadora consertando rede de pesca.....	6582
Figura 14 – Embarcações navegando na área de pesca do Remanso Erro! Indicador não definido.	
Figura 15 – Produção de derivados de mandioca.....	8284
Figura 16 – Barcos de atravessadores em frente ao Remanso.....	8393
Figura 17 – Mulher nos trabalhos de captura e doméstico	102
Figura 18 – Mulher no trabalho de reparo de apetrechos	103

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP	Articulação Nacional das Pescadoras
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPP	Comissão Pastoral da Terra
DCCRP	Diretório das Comunidades Católicas Rurais da Diocese de Parintins
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IFAM	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
FIC	Formação Inicial e Continuada
MEB	Movimento Eclesial de Base
MEC	Ministério da Educação
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
PIME	Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SDPA	Seguro Desemprego do Pescadora Artesanal
SEMPA	Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	APÓS UM BANZEIRO E OUTRO HÁ UM REMANSO.....	24
2.1.	Uma comunidade de pescadores (as): aspectos conceituais, históricos e perspectivas de pesquisa.....	25
2.2.	Um mergulho no remanso das águas	33
2.3.	Unidade familiar de produção: pescadores(as) pescando a vida.....	52
3	VAI PASSANDO ADIANTE TRADIÇÃO: a reprodução dos saberes da pesca ...	58
3.1.	A família e os saberes da tradição.....	60
3.2.	A mulher pescadora e a transmissão dos conhecimentos tradicionais.....	67
4	EU PESCO. EU SOU PESCADORA	76
4.1.	A mulher pescadora e seu modo de vida.....	83
4.2.	Tempo e lugar da mulher na pesca.....	87
4.2.1.	Conciliando trabalho produtivo e reprodutivo	89
4.3.	Ser pescadora no Remanso.....	101
4.4.	Por uma identidade da mulher pescadora.....	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
6	REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

É crescente o interesse da comunidade científica em estudar a participação feminina na pesca e as relações de gênero no contexto social da produção pesqueira. Pesquisas sobre o trabalho e as condições de vida da mulher na pesca artesanal têm conseguido gerar informações a respeito de seu trabalho, assim como sobre o papel que exerce no desenvolvimento econômico e social.

No estado do Amazonas, estudos diversos (SOARES, 2012; SCHERER, 2013; 2015; DIÓGENES, 2014; BRASIL, 2015; PALHETA, 2016) retratam a mulher como trabalhadora da pesca a partir de abordagens que revelam sua importância tanto no processo de produção pesqueira, seja trabalhando na captura, na confecção ou reparo de apetrechos, processamento e comercialização do pescado, quanto na reprodução da pesca artesanal, por meio da transmissão dos conhecimentos e consequente manutenção da tradição pesqueira. Na tentativa de contribuir também com essa temática, buscamos, por meio dessa pesquisa, retratar o trabalho das mulheres pescadoras da Comunidade Sagrada Família do Remanso¹, doravante denominada de Remanso, localizada à margem esquerda do rio das Amazonas, no município de Parintins.

Objetivamos com esse estudo compreender o trabalho da mulher pescadora do Remanso a partir dos múltiplos modos de vida² desenvolvidos na comunidade ao longo dos tempos. O modo de vida dos moradores do Remanso, como de qualquer outros das áreas rurais amazônicas, está marcado pela intensa relação com a natureza em uma organização que visa sempre a manutenção e sobrevivência do grupo familiar, usufruindo da terra para o cultivo da agricultura, assim como das águas para a prática da pesca (SCHERER, 2004).

A necessidade de manutenção e sobrevivência do grupo familiar remete a uma organização do modo de vida dos moradores a partir do trabalho na pesca artesanal³, cuja prática é influenciada pela sazonalidade das águas. A produção pesqueira em regime familiar faz da pesca a principal atividade produtiva desenvolvida no Remanso envolvendo todo o grupo doméstico, desde cedo as crianças já são inseridas no trabalho da pesca junto aos pais ou outro membro da família.

¹ Neste trabalho o local da pesquisa será referenciado como Remanso.

² Modo de vida nesse estudo é analisado a partir dos ensinamentos de Derruau (1973).

³ A pesca artesanal é aquela desenvolvida por pescador autônomo que trabalha com seus próprios equipamentos normalmente em regime de economia familiar, ou seja, utilizando mão-de-obra da própria família. (Lei nº 11.959, BRASIL, 2009).

De acordo com os estudos de Derruau (1973) o modo de vida está diretamente associado a ações coletivas de determinados grupos, caracterizados por um conjunto de hábitos por eles praticados como forma de assegurar sua existência; assim, pescar, caçar, plantar, colher, etc., hábitos por muito tempo cultivados entre os povos tradicionais, constituem ações caracterizadoras do modo de vida dos moradores do Remanso, assim como das demais áreas rurais amazônicas.

Fundamental a reflexão sobre modo de vida a partir de Derruau para esse estudo, pois ao definir modo de vida como ação coletiva pautada no conjunto de hábitos que asseguram a sobrevivência de determinado grupo, permite-nos pensar em uma construção identitária da mulher pescadora a partir de seu modo de vida, levando em consideração que, apesar da naturalização do papel da mulher imposta pela divisão sexual do trabalho, ela está presente em todas as etapas da produção pesqueira, quer na confecção e reparos de apetrechos, na captura, armazenamento, processamento e comercialização do pescado (MOTTA-MAUÉS, 1999; FASSARELLA, 2008; MANESCHY et al., 2012), além de outras práticas produtivas como agricultura, e ainda é responsável pelos trabalho doméstico.

Dessa forma, as múltiplas práticas produtivas (CASTRO, 1997) nas quais a mulher está ativamente envolvida dentro de um mesmo contexto sócio organizacional levou-nos a constatar que a mulher pescadora, a partir do que teoriza Derruau (1973), contribui, para que no espaço social do Remanso não haja um determinado modo de vida, mas diferentes modos de vida.

Estudos recentes, no Amazonas, como de Soares (2012), Diógenes (2014), Palheta (2014) e Scherer (2015) mostram os diferentes modos como a mulher está inserida na produção da pesca artesanal, confeccionando e reparando apetrechos, capturando o pescado e ainda processando e comercializando. Essa realidade se faz presente no modo de vida das mulheres pescadoras do Remanso, pois embora a pesca seja, historicamente, considerada um trabalho praticado quase que exclusivamente por homens, o que colabora para a invisibilidade das mulheres pescadoras (GOES, 2008), elas estão envolvidas diretamente nesse processo produtivo, mesmo que ainda precisem lutar para serem reconhecidas como pescadoras (MALDONADO, 1994; DIEGUES, 1983). Assim, abordar o trabalho feminino na pesca artesanal supõe necessariamente compreender “qual o lugar da mulher na cadeia produtiva, a partir de suas estratégias de reprodução social, os ambientes onde realizam suas atividades e como organizam e distribuem as tarefas” (ALENCAR, PALHETA e SOUZA, 2015, p.46).

Nosso interesse acadêmico pelo trabalho das pescadoras surgiu a partir do ano de

2010, quando, na condição de servidor do IFAM/Campus Parintins, tivemos a oportunidade de compor a equipe multidisciplinar para desenvolver, na comunidade do Remanso, um programa de reconhecimento e certificação dos trabalhadores em Pesca e Aquicultura, no âmbito da política pública de reconhecimento de saberes do trabalhador, criada em novembro de 2009 pela Portaria Interministerial nº 1082, Ministério da Educação – MEC e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE⁴, sob a nomenclatura de Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada– Rede CERTIFIC.⁵

Em Parintins, mais precisamente na comunidade do Remanso, o perfil profissional adotado para certificação foi o de “Pescador Artesanal de Água Doce”. Como requisitos prévios para se inscrever no programa de reconhecimento de saberes, o trabalhador deveria ter experiência como pescador artesanal de água doce, independente da escolaridade, pois de acordo com a normativa do programa, todos os pescadores e pescadoras, independentemente de sua escolaridade, tem o direito de participar de todas as etapas de reconhecimento de saberes.

Para a legitimação dos conhecimentos dos saberes dessa categoria de trabalhadores há um processo no qual o pescador é submetido a entrevistas por uma equipe multidisciplinar (pedagogo, psicólogo, assistente social e especialista na área). Nessa etapa também são realizadas dinâmicas de grupo e avaliação do desempenho profissional. Tais atividades servem para construir o Memorial Descritivo Sócio Profissional do candidato.

A partir desse memorial, que serve como instrumento para o reconhecimento, os profissionais que já tenham concluído o ensino fundamental são encaminhados para cursos de complementação da formação profissional, quando identificado alguma lacuna em seus conhecimentos, ou encaminhados imediatamente para o ato de Certificação Profissional. Já os que ainda não tenham concluído o segundo segmento do Ensino Fundamental, são encaminhados para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

4 Outro instrumento normativo da Rede de CERTIFIC, além da portaria de criação, é o documento Base denominado “Orientações para a implantação da Rede CERTIFIC”, onde estão descritos os objetivos e justificativos para a criação do programa; constam também dos documentos os princípios, estrutura de governança e os critérios para identificar, avaliar, reconhecer e validar os saberes dos trabalhadores.

5 A Rede CERTIFIC tem por objetivo o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos pelos trabalhadores em processos formais e não formais de ensino e a formação inicial e continuada nos diferentes níveis da Educação Profissional. “Pretende-se contemplar a grande parcela de brasileiros que não possuem sequer o ensino fundamental completo e aqueles que ainda não são alfabetizados ou são analfabetos funcionais, estando ora desempregados ora colocados no mundo do trabalho informal em condições precárias”. (BRASIL, 2011, p. 4).

Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA- FIC, ofertado pelos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica- IFs.

Na ocasião em que o programa foi desenvolvido no município de Parintins foram inscritos 84 (oitenta e quatro) pescadores e pescadoras; desses, 44 (quarenta e quatro) eram moradores/as do Remanso, onde a pesca artesanal é praticada tanto por homens quanto por mulheres. Durante o desenvolvimento do programa estivemos 04 (quatro) vezes na referida comunidade, cumprindo as etapas necessárias ao objetivo do CERTIFIC, e percebemos que além das 16 (dezesesseis) mulheres/pescadoras inscritas no programa, quase todas as moradoras da comunidade estavam envolvidas, de algum modo, com o trabalho na pesca, seja na captura do pescado ou confecção reparo dos apetrechos. Surgiram, com isso, a partir dessa experiência, os primeiros questionamentos sobre o trabalho da mulher na pesca artesanal no Remanso que norteou nossa pesquisa, tendo como extensão outras indagações que surgiram no decorrer dos estudos.

Estudos como o de Alencar (1993), ressaltam que no universo pesqueiro as mulheres estão diretamente envolvidas, são também responsáveis pela manutenção e reprodução social do grupo doméstico, no entanto ainda encontram dificuldades para que seu trabalho na pesca seja reconhecido.

O contato empírico com os/as pescadores/as do Remanso, as leituras teóricas e os estudos já realizados sobre as condições de trabalho da mulher na pesca, constituíram-se em embasamento para construção de nosso objeto de estudo partindo do seguinte questionamento: como os modos de vida desenvolvidos ao longo do tempo podem contribuir para a construção identitária da mulher pescadora na comunidade do Remanso?

Conhecida historicamente como forma de captura de alimentos, a pesca é praticada em várias regiões globais. Em comunidades amazônicas ribeirinhas, figura como principal fonte de alimento, transformando-se, ao longo do tempo, em atividade econômica pela comercialização do excedente do pescado (LIMA, 2005).

Em 2009, a Lei nº 11.959 (BRASIL, 2009) classificou a pesca comercial em industrial e artesanal, sendo a primeira, praticada por pessoa física ou jurídica, envolvendo pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial. Já a pesca artesanal é desenvolvida por pescador autônomo que trabalha com seus próprios equipamentos normalmente em regime de economia familiar, ou seja, utilizando mão-de- obra da própria

família.

Diegues (1983) considera pescadores artesanais aqueles que, na captura e desembarque de quaisquer espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois em geral a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal fim possuem reduzido desenvolvimento tecnológico.

Na Amazônia essa atividade produtiva é realizada nos espaços sociais da região de várzea e terra-firme e tem suas especificidades quanto aos procedimentos e habilidades desenvolvidos pelo pescador e pela pescadora artesanal amazônica.

A pesca artesanal conta com certas especificidades e, em algumas situações, pode ocorrer uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, de modo que aos homens cabe realizar a pesca propriamente dita, ou seja, a captura, e às mulheres a limpeza do pescado, (CIOMMO, 2007). Essa realidade, fruto da divisão sexual do trabalho⁶, presente na produção pesqueira artesanal, é determinante para considerar o trabalho do homem como mais importante, e ao mesmo tempo caracterizar o trabalho da mulher como não trabalho, ajuda ou contribuição.

A definição de pesca como atividade de captura nos espaços aquáticos (mar, rios, lagos) realizados pelo homem, adotado até o final de século XX, “contribuiu para a formação de uma identidade do homem como pescador”, (ALENCAR, PALHETA, SOUZA, 2015, p. 43). Esse entendimento conceitual, que perdurou por muito tempo, não oferecia abrigo à visibilidade do trabalho da mulher como trabalhadora da pesca. Essa realidade ao ser reproduzida, principalmente pelo poder público, negligencia o fato de que o trabalho realizado pela mulher, quer na confecção ou reparos de apetrechos, na captura ou no beneficiamento do pescado, faz parte do processo de produção pesqueira.

A promulgação, em 2009, da lei nº 11.959 (Lei de Pesca) que redefine e amplia a concepção de pesca artesanal ao normatizar, em seu artigo 4º, parágrafo único, como atividade pesqueira artesanal “*os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de*

⁶ A desigualdade entre homens e mulheres se clarifica na divisão sexual do trabalho no âmbito da família, em que a mulher e os filhos figuram em um cenário de submissão e escravidão, dando origem a uma forma de propriedade configurada como “a livre disposição da força de trabalho de outrem” (MARX & ENGELS, 1998, p. 27). Engels (2002, p. 156) afirma que “o providenciar a alimentação fora sempre assunto do homem; e os instrumentos necessários para isso eram produzidos por ele e de sua propriedade ficavam”. Assim o trabalho do homem passou a ser visto como o mais importante, enquanto que o da mulher era relegado a um segundo plano, visto como uma contribuição. Diante desse contexto, a mulher não consegue mais espaço como força de trabalho produtivo, restando-lhe a “contribuição nas atividades do ambiente privado”.

pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal”, “abriu portas para o reconhecimento das mulheres como sujeitos da produção pesqueira” (SCHERER, 2013, p. 10).

Ao analisar a condição feminina, em comunidades pesqueiras, Woortmann (1992) afirma que nesses espaços de sociabilidade a identidade local se constrói sobre o trabalho na pesca, tida como masculina; assim, critica a autora, os estudos sobre essas organizações sociais tendem a reproduzir o discurso do grupo estudado “relegando ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo” (WOORTMANN, 1992, p. 42).

É a atenção ao discurso privado que possibilitará ao pesquisador perceber que nas comunidades pesqueiras, a mulher, além do trabalho produtivo, também é responsável diretamente pelo trabalho reprodutivo (MANESCHY, SIQUEIRA, ÁLVARES, 2012). Estão elas envolvidas diretamente na captura do pescado, conservação, processamento e comercialização; são, ainda, responsáveis pelas atividades domésticas naturalizadas como trabalho de mulher. Negligenciar, portanto, o discurso privado é não reconhecer a importância do trabalho reprodutivo, desempenhado pela mulher, para que o trabalho na pesca se reproduza.

Maria Cristina Maneschy (1995) afirma que ao se ocupar do trabalho de transmissão dos conhecimentos necessários à continuidade do trabalho na pesca, do cuidado com a casa e com os filhos, da confecção e reparos de apetrechos, a mulher assegura condição para que o homem recupere as energias e retorne ao trabalho de captura. Apesar da visão reducionista que se tem do trabalho reprodutivo, seu papel é fundamental na reconstrução da relação entre a produção e a reprodução, pois é no espaço de reprodução social que são criadas as condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento do trabalho produtivo (PICCHIO, 2003).

A concepção de gênero como categoria relacional (SCOTT, 1995; 2002; 2005) foi empregada para análise do trabalho da mulher pescadora a partir dos estudos de Okin (2008) e Pateman (1993; 1996) em relação a um dos conceitos básicos da teoria liberal, a separação dicotômica da realidade social em esfera pública e privada.

A filósofa Susan Moller Okin discute as configurações históricas da dicotomia público/privado⁷ e analisa seus significados a partir de uma perspectiva de gênero. Critica a

⁷ Okin emprega o público/privado para referir-se à distinção entre vida não-doméstica e vida doméstica.

análise isolada dos domínios das esferas doméstica e não doméstica, propondo, com isso, uma revisão de parte dos fundamentos da teoria liberal. Para Okin, essa divisão se fundamenta em questões socioculturais e históricas que naturalizaram a diferenciação dos papéis masculinos e femininos em que ao homem caberiam as ações no espaço público em quanto a esfera familiar/privada seria ambiente naturalizado como de atuação da mulher. Na dinâmica da divisão sexual do trabalho, a mulher é naturalmente considerada inadequada para a esfera pública, sua responsabilidade é com a esfera doméstica, da reprodução em uma relação de dependência do marido e submissão à família.

Pateman, por sua vez, em uma crítica à teoria liberal do contrato, afirma que as esferas público/social e a privado/doméstica são inseparáveis na ordem patriarcal de submissão feminina, pois o exercício da liberdade masculina na esfera pública depende do confinamento feminino na esfera doméstica. É nesse espaço privado que as mulheres se encarregam do trabalho doméstico, essencial para a manutenção da esfera pública.

Uma das formas de manifestação da divisão sexual do trabalho presente na pesca é a dicotomia público/privado, cuja lógica sempre esteve na negação do primeiro às mulheres ao longo do tempo (SOARES, 2012). Em estudos sobre “Gênero e trabalho nas comunidades pesqueiras”, Alencar (1993) identifica que pesquisadores ao analisarem as sociedades pesqueiras tendem a reproduzir o modelo bipolar de rígida separação entre o trabalho considerado masculino (no mar) e o feminino (na terra). Nessa oposição terra/mar o trabalho no mar, considerado masculino, é visto como de maior valor produtivo contribuindo para a invisibilidade do trabalho feminino, considerado de menor importância. No entanto, ao se ocupar com o trabalho reprodutivo (cuidar dos filhos, da casa, da alimentação, do reparo de apetrechos) a mulher cria condições para que o trabalho produtivo se desenvolva (Maneschy, 1995). Esse é o motivo do contrato de submissão da mulher, pois sem esse conjunto de ações a esfera pública não se desenvolve (PATEMAN, 1996).

Diante do exposto, o estudo sobre o trabalho das mulheres pescadoras do Remanso parece-nos relevante, não só por estudar uma das formas de trabalho mais antigas na Amazônia (FURTADO, 1993), mas também por tratar-se de um segmento de trabalhadora ainda com pouca visibilidade social.

A respeito da trajetória metodológica desse estudo nos apoiamos inicialmente nos postulados de Ghedin e Franco (2008, p. 27) para quem o “método é sempre uma perspectiva de onde se quer partir para chegar a um algum lugar”. Esse vislumbre, por meio de uma determinada rota, aponta direções sobre o caminho a ser traçado, são essas escolhas que

permitem a pesquisa se tornar um conhecimento científico. Nesse processo de escolha do caminho metodológico, a investigação de abordagem qualitativa mostrou-se ser a mais adequada para a proposta deste estudo, visto que, para além de descrever os fatos da realidade cotidiana das pescadoras artesanais do Remanso buscamos analisá-los e compreendê-los mediante a interação entre os sujeitos que dela participaram. A pesquisa qualitativa “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 1998, p.79). É a partir dessa interação entre sujeito e realidade que buscamos compreender o trabalho das mulheres na pesca artesanal, e a construção de sua identidade a partir de seus diferentes modos de vida (DERRUAU, 1973), pois é o aprofundamento da compreensão de determinado grupo social que deve nortear o trabalho do pesquisador na pesquisa qualitativa (GOLDEMBERG, 2009).

A reflexão apresentada por Bogdan e Biklen (1994) dá conta de que na investigação qualitativa as informações são produzidas diretamente no contexto de referência da pesquisa, uma vez que “as ações podem ser melhor compreendidas quando observadas no ambiente habitual de ocorrência” (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p. 48). Assim, a necessidade de análise das informações, a partir dos contextos em que são produzidas, faz com que o pesquisador assuma, de certa forma, o protagonismo na produção dos dados.

Essa realidade nos impôs a necessidade de deslocamento, ao local de referência empírica da investigação, o Remanso, nos diferentes períodos do ciclo hidrológico, enchente/cheia, vazante/seca, pois só assim poderíamos observar e entender a dinâmica do trabalho das mulheres na pesca artesanal, seus modos de vida e relações de sociabilidade. Esse contato direto com o ambiente natural dos sujeitos da pesquisa tornou-se fundamental para a análise dos dados da investigação, uma vez que a pesquisa qualitativa considera o indivíduo produto do meio social por compor as estruturas que formam as sociedades (VEIGA e GONDIM, 2001) e o entendimento da lógica dessa sociedade só ocorre quando experimentamos vivenciá-la (MERLEAU-PONTY, 1980).

A partir da relação com os sujeitos da pesquisa e procurando vê-los como detentores de informações, logo informantes em potencial (CHIZZOTTI, 1998), buscamos ouvir as mulheres trabalhadoras/pescadoras que desenvolvem atividade produtiva na pesca artesanal.

A respeito da amostragem dos participantes da pesquisa, optamos por selecionar as pescadoras que participaram do Programa CERTIFIC, por possuírem características que atendiam ao interesse da pesquisa no que diz respeito a fatores como: tempo de trabalho na

pesca, conhecimento sobre pesca, tempo de comunidade, dentre outros. Assim das vinte e quatro pescadoras inscritas no CERTIFIC, ouvimos, inicialmente, seis pescadoras, contudo esse número se ampliou no decorrer da pesquisa chegando a dez pescadoras.

No decorrer dos estudos, identificamos também a necessidade de ouvirmos alguns pescadores da comunidade (quatro pescadores), pois entendemos que assim estaríamos ao alcance de mais informações que nos possibilitassem conhecer a história das mulheres na pesca artesanal da comunidade do Remanso, já que não há registros documentais sobre isso.

Os instrumentos aplicados a essa pesquisa foram escolhidos por acreditarmos que, a partir da especificidade de cada um, poderíamos articulá-los para operarem a favor do melhor desenvolvimento possível desse estudo. Dessa forma, no levantamento documental debruçamo-nos sobre documentos e registros, arquivados em instituições e órgãos públicos, como IFAM, IDAM, Colônia de pescadores de Parintins e Diocese de Parintins. Já na pesquisa bibliográfica buscamos contribuições a partir dos estudos já realizados sobre a temática, objeto da pesquisa que subsidiaram a compreensão sobre o processo histórico da participação feminina no trabalho da pesca e demais abordagens necessárias à investigação da proposta.

Em novembro de 2017 retomamos os contatos com as lideranças da comunidade objetivando iniciar um processo de reaproximação e buscar as condições necessárias à realização da pesquisa de campo. Durante esses contatos firmamos entendimento de que a partir de janeiro de 2018 retornaríamos ao Remanso para o início do trabalho de campo.

Na etapa correspondente à pesquisa de campo produzimos os dados no local da pesquisa e durante a escrita analisamo-nos à luz das referências teóricas.

Cumpramos destacar a importância da técnica da observação direta, esse procedimento nos permitiu a observação e os registros livres dos fenômenos encontrados em campo (ALBUQUERQUE et al., 2010). Dessa forma conseguimos registrar as principais informações sobre o cotidiano dos participantes da pesquisa, além das peculiaridades do local de referência empírica dessa investigação.

A observação direta gerou a necessidade de registros em um diário de campo, sendo esse um instrumento em que se registram nossas percepções sobre a realidade investigada para análise posterior. Oliveira (2000) ensina que a memória assume papel fundamental no ato da redação de um texto, pois ela permite ao pesquisador trazer ao presente eventos presenciados no passado durante o registro no diário de campo; esse aspecto faz com que “os

dados contidos no diário e nas cadernetas de campo ganhem em inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador” (OLIVEIRA, 2000, p. 34).

Nessa investigação buscamos uma complementariedade entre os procedimentos de observação e de escuta das narrativas de histórias de vida das mulheres pescadoras, possibilitando, assim, uma aproximação mais fidedigna da realidade investigada, pois segundo Roberto Cardoso de Oliveira “[...] se o olhar possui uma significação específica para um cientista social, o ouvir também goza dessa propriedade” (OLIVEIRA, 2000, p. 21). Para tanto, utilizamos como procedimento de produção de dados às escutas individuais das histórias de vida das mulheres pescadoras do Remanso. Howard Becker (1994) aponta que na história de vida valoriza-se a história própria da pessoa, em que os/as narradores/as é que dão forma e conteúdo às narrativas por meio da interpretação das experiências por eles/as vividas.

Procuramos ouvir a história de vida das pescadoras fazendo uso da Entrevista Compreensiva baseada na proposta de Kaufmann (2013). Para este autor, é a principal ferramenta empregada por aqueles que buscam produzir conhecimento teórico, sobretudo nas ciências humanas. Defende a ideia de que, a partir de uma arteficialidade intelectual, o pesquisador, não deve se prender a apenas acumular informações e descrevê-las, precisa ir além e procurar compreender a realidade do entrevistado, participando dessa realidade.

Nessa perspectiva do processo compreensivo, por meio de entrevistas, é preciso entender as pessoas como “depositárias de um saber importante que deve ser assumido do interior, através do sistema de valores dos indivíduos” (KAUFMANN, 2013, p. 47). Nesse processo não há necessidade de elaboração de várias perguntas a serem feitas ao informante, devendo o pesquisador “conduzir a conversa a partir dos pontos que deseja alcançar, sabendo que dessa conversa poderá sair a melhor pergunta a ser feita, haja vista partir daquilo que acabou de ser dito pelo informante” (KAUFMANN, 2013, p. 81). Com base nessas orientações, elaboramos um roteiro prévio de perguntas, sabendo, contudo, que outras deveriam surgir a partir do que fosse dito pelo entrevistado.

Os dados produzidos a partir do trabalho de campo foram analisados à luz do referencial teórico adotado, buscando construir, o mais próximo possível, um quadro interpretativo da realidade em que se insere nosso objeto de estudo; assim estruturamos esse trabalho em três capítulos, além da introdução e considerações finais.

No capítulo denominado “*Após um banzeiro e outro há um Remanso*” mergulhamos nos aspectos conceituais da comunidade tendo por base os estudos referentes às concentrações

populacionais rurais amazônicas. Sintetizamos, ainda, o contexto de fundação do Remanso, suas características e organização social, além de uma abordagem introdutória sobre a atividade produtiva e modos de vida na comunidade, como forma de apresentar a temática a ser pesquisada. Para isso, procuramos dialogar com os trabalhos de Wagley (1988), Bauman (2003), Souza (2006; 2013), Cérqua (2009), Lima (2000), além de outros estudos que abordam as temáticas apresentadas.

Refenciados nos estudos de Garcia et al. (2007), Garcia (2007), Wagner (2014), Ribeiro (2017) sobre a transgeracionalidade, processo de transmissão, entre diferentes gerações, de conhecimentos da tradição construídos e consolidados ao longo da história do grupo familiar, ainda por Giddens (1990), Castro (1999) e Fraxe et al. (2009), no capítulo denominado “*Vai passando adiante tradição: a reprodução dos saberes da pesca*”, abordamos a construção e retransmissão dos saberes tradicionais necessários ao trabalho na pesca e o papel da mulher pescadora do Remanso nesse processo.

No último capítulo intitulado “*Eu pesco, eu sou pescadora*”, procuramos, referenciados por Derruau (1973), Maneschy (1995), Castro (1999), Antunes (2005), Fassarella (2008), Góes (2008), Soares (2012), Palheta (2014), Alencar, Palheta e Souza (2015), Scherer (2004; 2013; 2015), e outros, intensificar a reflexão sobre o trabalho da mulher pescadora do Remanso, a partir de seus modos de vida, das relações estabelecidas entre a pesca e o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, e como os costumes, crenças e tradições atuam no contexto comunitário. Discutimos também nesse capítulo, referenciado pela narrativa das mulheres, como elas se identificam na comunidade a partir do trabalho na pesca.

Debater a condição da mulher trabalhadora da pesca a partir da realidade do Remanso nos remeteu ainda a uma discussão a respeito do tempo por elas dedicado à pesca como fator preponderante para nossa reflexão, já que, além do trabalho produtivo, também se ocupam com o trabalho reprodutivo. Para esse debate, usamos como referência os estudos de Cunha (2000) sobre as categorias tempo natural e tempo social a partir das formulações de Thompson. Procuramos retratar ainda, nesse capítulo, as redes de relações, nas quais está inserida a mulher como trabalhadora da pesca por meio das teias relacionais estabelecidas no contexto da produção pesqueira, o que contribui para que seu o tempo de pesca seja fragmentado como demonstram os estudos de Alencar (1993), Maneschy (1995), Gerber (2013), Abreu e Alencar (2017).

Buscamos finalizar esse estudo, antecedendo as notas conclusivas, debatendo a

construção identitária da mulher pescadora, a partir de seus modos de vida, com base nos aportes teóricos de Stuart Hall (2006) e Claude Dubar (1997) que abordam a dimensão sociológica no processo de construção das identidades. Para esses teóricos a identidade resulta do processo de socialização entre os sujeitos por meio das interações vividas e é afetada pelas transformações sociais. Essas transformações segundo Hall (2006) fragmentam o indivíduo promovendo o surgimento de novas identidades e alterando, com isso, seu conceito. Dessa forma nas sociedades pós-modernas a identidade é dinâmica e “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável [...]” (HALL, 2006, p. 12).

Dubar (1997), por sua vez, em estudos sobre a identidade no trabalho, afirma que as sucessivas socializações formam a identidade social por meio de dois processos: o biográfico que forma a identidade para si, e o processo relacional que forja a identidade para o outro. Para ele as duas identidades são inseparáveis, pois a identidade para si é reconhecida pelo olhar do outro. Dessa forma inferimos que a mulher pescadora convive com o estigma da identidade para o outro que a considera ajudante do marido/companheiro e não trabalhadora da pesca; ao mesmo tempo precisa ter reconhecida, pelo outro, sua condição de pescadora a partir do reconhecimento de que ela, acima de tudo, é detentora dos saberes sobre pesca que a credenciam à prática cotidiana da pesca artesanal, ao repasse dos conhecimentos aos filhos e a uma multiplicidade de tarefas inerentes à produção pesqueira, constituindo o que Dubar denomina de “identidade para si”.

A título de conclusão tecemos as considerações que entendemos serem pertinentes a respeito desse trabalho.

2 APÓS UM BANZEIRO E OUTRO HÁ UM REMANSO

2 APÓS UM BANZEIRO E OUTRO HÁ UM REMANSO

“Nos caminhos desse rio, muita história pra contar navegar nessa canoa é ter o mundo pra se entranhar, cada canto esconde um conto, cada homem e mulher; é a fé, a força, a história pra contar pra quem quiser” (NATACHA ANDRADE, 1998).

Figura 1 - Movimento circular das águas (remanso, rebojo) do Rio Amazonas na entrada da comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

A Comunidade Sagrada Família do Remanso no município de Parintins-AM é o local de referência empírica desse estudo. A cidade de Parintins, sede do município, localiza-se à margem direita do rio Amazonas, no sentido Atlântico, distando 420 km por via fluvial de Manaus, capital do estado. Com área territorial de 5.952Km², município limita-se ao Norte com o município de Nhamundá, ao Sul com o de Barreirinha, já a Oeste o limite se estabelece com o município de Urucurituba, enquanto Juriti, no estado do Pará, estabelece limite a Leste.

A área rural do município (Figua 02) é formada por 192 comunidades, segundo dados da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPA, 2012) ⁸, cujas atividades econômicas concentram-se na agropecuária, agricultura e pesca desenvolvida geralmente em regime de economia familiar.

⁸ Não há dados atualizados sobre a área rural do município.

(2000) cujos estudos afirmam que a partir dos anos 70 o Movimento Eclesial de Base - MEB e a prelazia começaram a desenvolver um trabalho de organização dos povoados, incentivando a formação de lideranças comunitárias e promovendo orientação aos moradores para que assumissem uma condição de independência e responsabilidade pelo seu próprio destino. Nesse contexto,

As vilas e os sítios são, a partir dessa década, chamados de comunidades, termo que denota não só o assentamento, mas carrega principalmente o sentido de responsabilidade comunal pelas decisões políticas que afetam a vida de seus moradores. Essa organização social dos assentamentos se consolidou na década de 80. A partir dessa data, a estrutura de lideranças criadas pelo MEB passa a ser reconhecida como autêntica (não vinculada estritamente a Igreja Católica) e é adotada tanto por instituições governamentais (como prefeituras e EMATER) quanto por outras não governamentais (como congregações protestantes) (LIMA e ALENCAR, 2000, p. 149).

Dessa forma, o termo comunidade passa a ser utilizado para designar os locais de aglomerações populacionais nas áreas rurais, organizadas a partir de responsabilidade comunal e estrutura de liderança. Os povoados das áreas rurais, tanto os localizados em regiões de várzea quanto aos de terra firme, são chamados comunidade. O termo é usado nos povoados onde os moradores estão organizados politicamente, com cargo de representação (LIMA, 2000 apud ALENCAR, 2005).

Embora busquemos adotar nesse trabalho o conceito de comunidade com base no trabalho realizado pela igreja católica junto às concentrações populacionais reunidas em torno de um projeto de evangelização, não se distancia, contudo, de outros conceitos empregados em estudos sobre comunidades em seus diferentes contextos.

No âmbito da ciência social, as temáticas sociedade e comunidade encontram em autores como Tönnies, Durkheim e Weber expoentes que elaboraram teorias procurando interpretar as mudanças das quais foram contemporâneos, e formularam o conceito dicotômico de comunidade/sociedade utilizado para definir o processo de transição da sociedade de uma estrutura agrária fundamentada nos laços comunitários para uma sociedade industrial e moderna (SOUSA, 2010).

O debate teórico sobre comunidade é introduzido na Sociologia com a obra de Ferdinand Tönnies (1855-1936), intitulada *Comunidade e Sociedade*, de 1887¹⁰. A comunidade para Tönnies “é, em princípio, uma relação física que se expressa em ações e palavras, e as relações comuns em face dos objetos são de natureza secundária, não sendo tais

¹⁰ As citações literais dessa obra constam nos textos selecionados e publicados em MIRANDA, Orlando de (org.). Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: EDUSP, 1995, pp 231-342).

objetos trocados, mas possuídos e utilizados em comum” (p. 260). Na visão do autor, nas relações comunitárias, a coletividade é o objeto principal das ações dos sujeitos, uma vez que os valores não agem direcionados para o campo pessoal, mas sim visando ao coletivo; torna-se com isso, a comunidade, uma forma ideal de vida social.

O espírito comunitário, segundo o sociólogo, começa a se estabelecer desde o nascimento e torna-se uma forma de vida verdadeira e duradoura, perdurando tanto nos momentos de alegria quanto nas dificuldades, pois, “aonde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma espécie de comunidade” (p. 239). A comunidade, portanto, é caracterizada por uma relação consensual e recíproca em que não há, individualismo, isolamento, mas sim uma participação efetiva de cada membro na vida comunitária.

Ao refletir sobre o processo de convivência em comunidade, no crepúsculo do século XXI, sob o manto teórico da tensão estabelecida entre modernidade e pós-modernidade, Bauman (2003) advoga que pertencer a uma comunidade consiste em abdicar de sua individualidade em nome de uma estrutura organizativa que privilegia a coletividade. Por isso, entende o sociólogo polonês, que a “comunidade é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance, mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir”, (2003, p.195). Nessa linha argumentativa, estar em comunidade envolveria pertencer a um sistema organizacional de convivência com uma configuração capaz de prover todo o necessário para uma vida significativa e compensadora. Porém, esse privilégio de vida edênica traz consigo o ônus da escolha. Continua autor:

O preço é pago em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à auto-afirmação’ e ‘à identidade’. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito (BAUMAN, 2003, p. 10).

Firma-se o entendimento de que embora os estudiosos nos apresentem diferentes significados para o termo comunidade, ora como espaço ideal de convivência, (TONNIES, 1887), ou como possibilidade de vida significativa onde às pessoas gozam de uma proteção não encontrada fora do convívio comunitário, mas que habita no campo dos sonhos, do imaginário, uma projeção de futuro (BAUMAN, 2003), a busca pelo convívio comunitário sempre existe, pois não é da natureza do ser humano o viver isolado, desprovido de segurança. O anseio pela segurança conduz o ser social a criar laços comunitários e ao mesmo

tempo novas comunidades com características peculiares em suas formas de constituição e manutenção identitária.

As comunidades como constituidoras de identidades defensivas aparecem nos ensinamentos de Castells (1999, p. 99) firmadas no entendimento de que “comunidades culturais de cunho religioso, nacional ou territorial parecem ser a principal alternativa para a construção de significados em nossa sociedade”. Essas formas de organização comunitária, segundo o autor, resistem às tendências sociais predominantes, e ao mesmo tempo transformam-se em identidade de defesa e solidariedade contra as ameaças do mundo moderno, “são construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de auto identificação”, (CASTELLS, 1999, p. 84).

Apesar de direcionar sua atenção mais para o conflito entre a busca por segurança e a consequente ausência de liberdade como aspectos inerentes à vida em comunidade, e questionar sua viabilidade, Bauman (2003) demonstra concordar com Castells no sentido de que as comunidades no mundo moderno estão pautadas na resistência e identidade defensiva, pois a maioria dos indivíduos só poderá enfrentar as dificuldades que a alta modernidade oferece se buscarem na convivência comunitária a segurança que lhe é atribuída pela concepção clássica de comunidade.

Em comunidades ditas tradicionais, como as de pescadores, que têm sua história construída sob o manto da interação com a natureza e na valorização dos saberes, transmitidos de geração em geração, procuram, por meio da oralidade, dar continuidade às tradições transmitidas pelos antepassados, e assim, assegurar a permanência dos traços comunitários (TERRA, 2011).

A relação dos povos tradicionais com a natureza é objeto de estudos de inúmeros pesquisadores. Cândido (1964) e Diegues (2000), por exemplo, relatam a utilização dos recursos naturais (terra, florestas, água), por esses povos, sempre em obediência a regras da natureza e em nome do interesse comum, fazendo das comunidades tradicionais um espaço também de identidade e resistência. (TERRA, 2011).

A Igreja Católica no Documento 100 da CNBB “Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia” (2014) também defende que a comunidade é caracterizada por agregar seus membros em torno de uma identidade coletiva. Assim,

“O termo comunidade pode abranger todos os agrupamentos humanos

e por diferentes meios. O que a caracteriza é o fato de agregar seus membros numa identidade coletiva. Geralmente, comunidade significa ter algo em comum. Formam comunidade aqueles que têm em comum ou compartilham o que têm e o que são” (CNBB, 2014, p.33).

Além do plano de afiliação religiosa, uma das formas de construção da identidade coletiva adotada pela igreja católica consistia na formação de lideranças com propósito de buscarem soluções para os problemas estruturais da comunidade como falta de escolas, postos de saúde e outros (PANTOJA, 2005). Contudo, segundo a autora, a filiação comunitária dada pela igreja pode não se sustentar quando há outras representações religiosas na mesma comunidade¹¹.

Ao fazer referência histórica ao processo de representação comunitária adotada pelas concentrações populacionais rurais, Silva (2005) afirma que

Elas já haviam sido identificadas como comunidades por pesquisadores que chegaram na década de 1940 e 1950 [Wagley (1977) e Galvão (1976)], mas foi apenas com o movimento de Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base que os ribeirinhos passaram a denominar seu local de moradia como comunidade e a identificar-se como comunitários (SILVA, 2005, p. 283).

No município de Parintins a Prelazia¹², fundada em 1955, atuou diretamente na criação das comunidades nas áreas rurais¹³ a partir do trabalho árduo de sacerdotes e missionários que se deslocavam para essas localidades e se reuniam com os moradores nas celebrações dos cultos dominicais (PANTOJA, 2005).

A partir da atuação dos missionários, em algumas localidades formam-se congregações, assim:

Um grande número dessas comunidades, particularmente nos primeiros anos, nasceu como Congregações Marianas de homens, com capelas para culto e reuniões formativas[...] e aos marianos foram se acompanhando outros movimentos e irmandades, como as Senhoras do Apostolado da Oração, a cruzada Eucarística Infantil, Club de jovens, etc; e foram se organizando as várias atividades comunitárias coordenadas por pessoas responsáveis, qualificadas em cursos administrados pela Prelazia (CÉRQUA, 2009, p.154).

Se não quisermos recorrer aos escritos documentais, ou às pesquisas acadêmicas para

¹¹ Pantoja (2005) em pesquisa nos municípios de Parintins, Maués, Silves e Itacoatiara, aborda o trabalho de organização comunitária da Igreja Católica por meio do plano de afiliação religiosa, e aponta a presença de outras denominações religiosas como ameaças à evidência da filiação comunitária dada pela religião.

¹² A Prelazia de Parintins foi fundada em 1955 e teve como primeiro Bispo prelado Dom Arcângelo Cérqua. Sobre a atuação da Prelazia junto às comunidades rurais consultar Cérqua(1980, 2009) e Souza (2006).

¹³ “A data da fundação dessas comunidades, quase sempre coincidiu com a construção da capela pelo menos provisória” (CERQUA, 2009, p. 154).

constatarmos a presença da igreja católica na criação das comunidades rurais amazônicas , uma observação atenta revelará que sua influência está presente na vida dessas concentrações populacionais por meio das celebrações e ritos que sustentam o culto à igreja, além da devoção aos santos padroeiros ou de devoção, evocados como protetores da comunidade (GALVÃO, 1976).

A Igreja passa a ser nas comunidades rurais amazônicas a principal edificação, geralmente localizadas nos centros desses povoados (WAGLEY, 1988). Ao seu redor vão surgindo escola, campo de futebol, cantina comunitária e casas. A exemplo do Bom Pastor que reúne, em comunidades, suas ovelhas dispersas pelo mundo afora, o primeiro bispo de Parintins, Dom Arcangelo Cérqua, cuida de dirimir qualquer dúvida a respeito da paternidade das comunidades rurais do município de Parintins:

Importa-me sim a paternidade das comunidades rurais, que seria injusto atribuir a quem chegou quase um decênio após sua fundação. O cuidado de reunir os caboclos dispersos no interior em comunidades foi a ideia - chave da Prelazia desde o ano de 1955 em que foi instalada. No fim de 1963 havia já um bom número de comunidades, com capela e anexa escolinha, onde o povo vivia em espírito de fé e fraternidade, respirando progresso e dignidade (CÉRQUA, 2009, p. 149).

Como consequência desse movimento de caráter religioso-social as comunidades tornaram-se a principal referência de pertencimento socioespacial, já que os grupos de moradores passaram a se organizar pela fé sustentada na administração dos sacramentos e não mais demarcados por um denominador geográfico comum, a residência, característico das localidades (PANTOJA, 2005).

Outro aspecto característico da presença da igreja católica, e sua influência nas comunidades, é apontado por Andrade (2017) em estudo realizado sobre uma comunidade rural de Parintins. A igreja de Parintins, segundo ele, determinava a organização padrão comunitária que consistia em erguer o prédio da igreja no centro do aglomerado de casas. Hoje esse modelo é mantido em grande parte das comunidades rurais, como no Remanso, conforme demonstrado na Figura 3; esse aspecto demonstra que mesmo com a presença de outras denominações cristãs na região¹⁴, há forte influência da igreja católica nessas comunidades.

¹⁴ Cumpre registrar que segundo as informações obtidas no Remanso não há presença de outras denominações cristãs na comunidade.

Figura 3- Igreja da Sagrada Família



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

O trabalho da igreja em organizar as comunidades tinha como propósito criar condições necessárias para que seus moradores pudessem se desenvolver espiritual e socialmente (FRAXE et al., 2009), para isso era necessária uma atuação missionária forte que fosse capaz de combater as práticas julgadas erradas pela igreja, dessa forma passou-se a proibir a prática de atos considerados nocivos ao desenvolvimento da fé cristã, como por exemplo, a venda e consumo de bebidas alcóolicas nas comunidades.¹⁵

Esse modelo de organização comunitária adotada pela igreja, a partir da estruturação física assentadas na capela, escola, salão comunitário etc., contribui para que as comunidades rurais sejam um referencial de pertencimento, a partir da afiliação religiosa, pois como afirma Arenz (2003, p. 105) “os ribeirinhos se consideram católicos, tendo como base de sua vida comunitária uma capela com a imagem do padroeiro e a festa anual”.

A esse respeito Pantoja (2005) afirma que:

O plano de afiliação religiosa é ainda hoje o de maior força de pertencimento a uma comunidade. A igreja, as práticas religiosas as atividades afins (festejos, bingos), e o grau de adesão a elas, podem ser tomados como indicadores do grau de coesão e organização de uma comunidade. (PANTOJA, 2005, p. 169)

¹⁵ Sobre a organização das comunidades rurais, ver Diretório das Comunidades Católicas Rurais da Diocese de Parintins, 2015.

Apesar de afirmar em suas pesquisas que o pertencimento a uma comunidade ainda está fortemente assentado no plano de afiliação religiosa, Pantoja (2005) identifica que a criação das comunidades se tornou dinâmica. Dentre os fatores dessa dinamicidade está o conflito entre moradores, o que muitas vezes faz com que uma mesma localidade abrigue mais de uma comunidade; dificultando, com isso o reconhecimento pelo poder público.¹⁶ Diferenças religiosas também concorrem para o surgimento de novas comunidades, como identificou a autora:

Diferenças religiosas - católicos e evangélicos - podem provocar cisões e surgimento de novas comunidades, aglutinadas em torno de congregações. Tal como o sistema implantado pela Igreja Católica nas comunidades por ela criadas, carteira de comunitários são também expedidas pelas igrejas evangélicas como a Assembleia de Deus. Com efeito, em Parintins é possível encontrar carteiras de presidente expedidas pela Igreja Católica, por denominações evangélicas e também pela Prefeitura (PANTOJA, 2005, p. 172).

É por meio do trabalho de organização comunitária da Prelazia de Parintins, assentado no plano de afiliação religiosa, que a Sagrada Família do Remanso, situada na zona rural do município de Parintins, foi fundada em 15 de maio de 1964, tendo como primeiro presidente seu Joaquim Pereira da Cunha (CÉRQUA, 2009). Essas são as informações de que se tem registro oficial, os demais dados que nos ajudam a historiar a comunidade são relatos guardados na memória dos moradores mais antigos que vivenciaram esses momentos, individual ou coletivamente, ou até mesmo ouviram de seus antepassados. A memória do passado é formada a partir de eventos vivenciados individual ou coletivamente podendo sofrer modificações, construções ou flutuações (POLLAK, 1989).

As narrativas dos moradores mais antigos do Remanso dão conta de que a comunidade resultou da união entre outras duas existentes na área de várzea do Remanso: a comunidade do Sagrado Coração de Jesus, situada na “boca do primeiro lago” e a comunidade do Bom Futuro”, cuja localização era a região do Paurá”.

Tinham duas comunidades, a Sagrado Coração de Jesus, que ficava não boca do primeiro lago e a comunidade do Bom Futuro, na região do Paurá. Teve um ano que a cheia foi muito grande, aí ficou difícil das famílias permanecerem lá na várzea, aí vieram pra esse lado. Depois que veio da Várzea a comunidade ficava antes na “Ponta da Paulina”, uma ponta de terra em frente à comunidade, ela era uma das primeiras moradoras, mais tarde a comunidade foi para a cabeceira dos terrenos do Laurindo (Pesquisa de campo, 2018).

¹⁶ “[...] de uma maneira geral, para o poder público o reconhecimento de uma comunidade deve ser formalizado pela prefeitura, e, para tal, critérios como número mínimo de casas, existência de escola, capela e centro social podem ser obrigatórios. Esses critérios não são igualmente válidos para a Igreja Católica ou mesmo para ONG” (PANTOJA, 2005, p.172)

Outro morador do Remanso nos revela mais detalhes do surgimento da comunidade, a partir do que ouvira de seu pai, um dos primeiros moradores, complementada já por sua história de colaboração para a organização comunitária.

Em 1961, foi criada a comunidade Nossa Senhora das Graças na costa do Paurá pelo padre Mário e Dom Arcângelo. Em 1973, junto com a comunidade Sagrado Coração foram colocadas no terreno que hoje é do seu Fernando Maia, nessa época o presidente era o seu José Graça Caldeira da Silva, depois foi o seu Raimundo Costa. Em 1977 foi para o terreno do seu Laurindo Azevedo da Cunha, nessa época o presidente era seu Raimundo Nogueira. Em 1990, eu e o padre Waldir Farias Coelho, através de um projeto de doação de uma família italiana trouxemos para o terreno que na época era do seu Eduardo de Souza. [...]

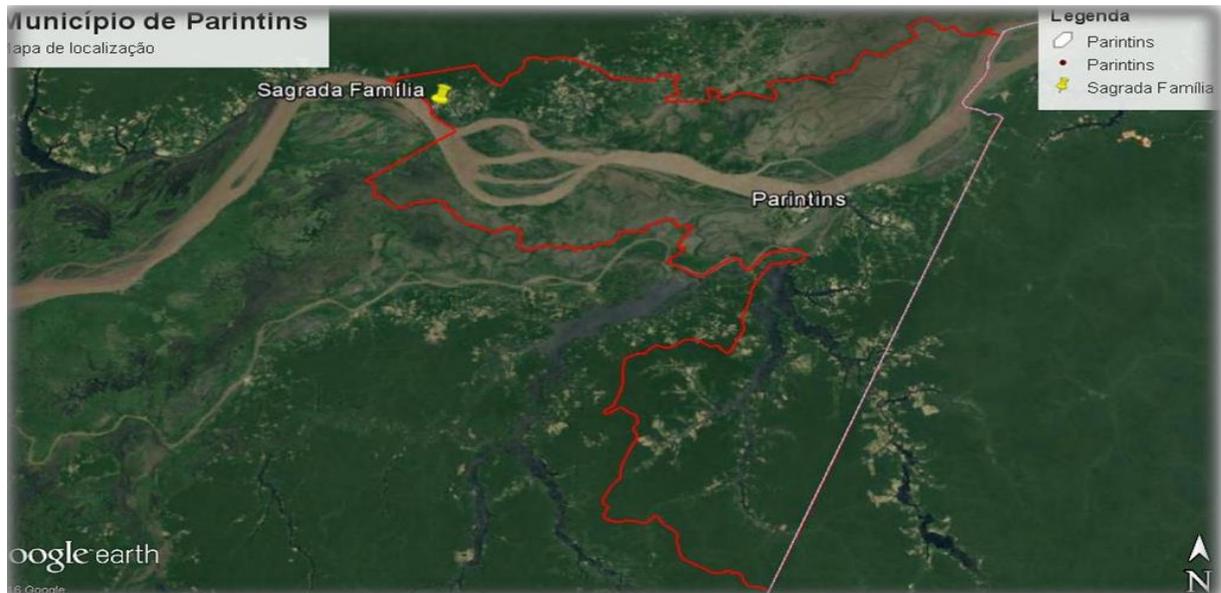
Na época tentamos três vezes comprar o terreno dele, só na terceira vez que aceitou negociar. Foi então que negocieei o terreno dando quatro mamotes que na época a comunidade já criava gado. Em 1991, com as bençãos de uma família italiana e ajuda da comunidade foi construída a capela da comunidade, depois de construir a capela, os terrenos foram medidos e doados aos moradores para construírem suas casas. (Pesquisa de campo, 2019)

Esse deslocamento constante dos moradores até se fixarem onde hoje se localiza a comunidade, além de ser motivada pela grande cheia do ano de 1973, parece fazer parte da estratégia adotada pela igreja, citada anteriormente, de juntar em um mesmo lugar as pequenas aglomerações espalhadas pelas margens dos rios e sítios, com o propósito de melhor assisti-las; assim, “o surgimento das Comunidades Católicas Rurais resultam da necessidade eclesial dessa região, organizadas para viver a comunhão fraterna, lutar por melhorias e pelo desenvolvimento social”(DCCRP, 2015).

2.2. Um mergulho no remanso das águas

Situado na localidade do Mocambo do Arari, área rural do município de Parintins (Figura 4), a comunidade Sagrada Família do Remanso está localizada à margem esquerda do rio das Amazonas, com ecossistema de terra firme. O tempo de deslocamento até a cidade de Parintins está diretamente condicionado ao meio de transporte fluvial utilizado, podendo ocorrer em um lapso temporal de 03h a 08h de viagem. O ciclo das águas também influencia na dinâmica do deslocamento, pois no período da vazante do rio não há como as embarcações chegarem ao porto da comunidade; a solução que se apresenta é as pessoas se deslocarem de canoa ou rabeta até às margens do rio Amazonas e lá apanharem o meio de transporte que os levará ao destino desejado.

Figura 4 – Mapa de localização da comunidade Sagrada Família do Remanso.



Fonte: Google Earth (2017)

O Remanso (Figura 5) hoje é composto por cinquenta e quatro famílias cuja principal atividade produtiva é a pesca. No entanto, algumas famílias se dedicam também ao cultivo da mandioca, macaxeira e milho; produção de farinha de mandioca, piracuí (farinha de peixe) e na criação de aves de pequeno porte.

Figura 5 – Comunidade Sagrada Família do Remanso



Fonte: Mário Bentes (2013).

As famílias podem ser consideradas pluriativas, pois exercem atividades de

agricultura, extrativismo, pesca e criação de animais. Há também alguns moradores que trabalham na escola da comunidade ou fazendo transporte escolar, além daqueles que complementam a renda com benefícios sociais como Benefício de Prestação Continuada-BPC e Programa Bolsa Família.

Estudada a partir da lógica de organização social camponesa, a pluriatividade é caracterizada quando membros de famílias de agricultores passam a desenvolver variadas atividades não ligadas à agricultura (SCHNEIDER, 2003). Dito de outra forma, refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra [...] (2003, p.101).

A noção de multifuncionalidade apresentada por Carneiro e Maluf (2003) é reveladora da ampliação da função social, até então atribuída à pesca e a agricultura, praticada pelos agentes sociais denominados pescadores-lavradores; se outrora essas atividades tinham como função a produção de bens agrícolas, hoje são responsáveis também pela conservação dos recursos naturais e qualidade dos alimentos.

Embora as pesquisas relacionadas a multifuncionalidade e pluriatividade adotem como unidade de observação apenas as famílias que praticam agricultura familiar, Cotrim e Miguel (2008) analisam a possibilidade de a pluriatividade também estar presente nos grupos domésticos de pescadores artesanais. A justificativa para esse vislumbre, embora entendam que o tema pluriatividade em famílias de pescadores ainda não tenha sido devidamente estudado e debatido como entre os agricultores familiares, se fundamenta no fato de que esses agentes sociais, além da prática da captura, também exercem ações de confecção de apetrechos, processamento, armazenamento e comercialização do pescado. Mostram ainda, os estudos, que a renda familiar desses grupos é oriunda de múltiplas fontes como pesca agricultura, caça, ou ainda da venda de mão de obra (pedreiros) e prestação de serviços (serviços de jardinagem e limpezas de casas de praia).

Apropriando-nos do entendimento de Cotrim e Miguel (2008) sobre a possibilidade de aplicação, em famílias pesqueiras, de alguns tipos de pluriatividades classificados por Schneider¹⁷, identificamos, a exemplo dos autores, no Remanso, características de *pluriatividade de base agrária* aplicável àqueles pescadores que vendem sua mão de obra nos

¹⁷ Schneider (2006) classifica a pluriatividade nas famílias de agricultores em: Pluriatividade intersetorial, Pluriatividade de base agrícola, Pluriatividade sazonal ou informal, Pluriatividade para-agrícola, Pluriatividade tradicional ou camponesa.

trabalhos de fabricação e conserto de apetrechos de pesca, conserto de motor rabeta e manutenção de canoas e bajaranas. Há, também, algumas famílias que adotam procedimentos de beneficiamento e processamento da produção pesqueira e agrícola (farinha de peixe, farinha de mandioca, beiju) destinada à comercialização, caracterizando a pluriatividade pára-agrícola¹⁸. Decorrente da sazonalidade do processo de produção pesqueira, a presença do que seria a pluriatividade *informal* está representada por aqueles pescadores que em algumas épocas do ano trabalham como pedreiros, carpinteiros, vaqueiros ou no comércio informal. A execução dessas tarefas ocorre na própria comunidade ou fora dela.

A diversidade de estratégias sociais e produtivas (SCHNEIDER, 2006) adotadas pelas famílias de pescadores são corroboradas pelos estudos de Fraxe et.al (2009) ao revelarem que no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca estão presente múltiplas atividades; além da pesca, que figura como atividade principal, desenvolvem a agricultura, praticam a caça, além da criação de pequenos animais; todas essas ocupações demonstram a intensidade com que esse grupo social mantém os moldes de organização do trabalho tradicional, contando para isso com a participação de todo o grupo doméstico.

Apesar dessas diferentes ocupações, a pesca artesanal ainda é a principal atividade produtiva da comunidade; em pelo menos 85% das famílias do Remanso há membros envolvidos com essa atividade de subsistência e sobrevivência¹⁹.

No que se refere à organização espacial do Remanso, as moradias, construídas de alvenaria, ou madeira, são distribuídas em duas ruas (Figura 6), a rua da frente, onde também está localizada a igreja, denominada de Rua Nossa Senhora das Graças, e a de trás da igreja, Rua Sagrado Coração; há também duas travessas²⁰ denominadas de José Leal e Waldir Coelho.

¹⁸ Trata-se de uma evolução da produção para autoconsumo, antes produzidas para a subsistência da família, que passou a ser destinada à comercialização (SCHNEIDER, 2003).

¹⁹ Dados do Programa Rede CERTIFIC.

²⁰ Espécie de rua estreita, transversal a duas outras principais.

Figura 6 – Ruas do Remanso- rua da frente e rua de trás



Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Apesar das ruas serem nominadas, os comunitários costumam se referir a elas como rua da frente e rua de trás; essa forma de identificação assemelha-se aos relatos de Charles Wagley ao descrever a organização espacial da fictícia Itá, segundo o qual seus moradores nunca se referiam às ruas pelo nome, mas pela posição que se encontravam, “rua primeira”, “rua segunda” e “rua terceira”(começando do rio)” (WAGLEY, 1998, p. 46).

As moradias não possuem cerca para estabelecer limites entes elas, os quintais são abertos, revelando quase sempre a atividade produtiva predominante naquele grupo familiar, pois não é raro avistarmos, expostos nos quintais, apetrechos de pesca ou qualquer outro elemento relacionado a essa atividade produtiva, além da presença de pequenos animais domésticos como galinhas, patos e porcos.

Apesar da criação de animais domésticos e a presença de algumas árvores frutíferas, principalmente de bananeiras (Figura 7) os espaços domiciliares do Remanso não apresentam as características dos quintais agroflorestais tipificados por Fraxe et al., (2006), com árvores frutíferas, variedades de espécies arbóreas e criação de pequenos animais domésticos.

Figura 7 – Quintal na comunidade do Remanso



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

A distância que separa o Remanso dos centros urbanos e a dificuldade de deslocamento força a comunidade a buscar alternativa para suprir a dificuldade de acesso a bens e serviços essenciais. Para exemplificar essa assertiva citamos a adaptação pela qual passaram algumas residências locais para atenderem às necessidades dos moradores em alguns produtos alimentícios básicos como arroz, café, açúcar e outros. Geralmente esses produtos são comprados em Parintins ou no distrito do Mocambo do Arari²¹. A distância entre o Remanso e o Mocambo é de aproximadamente 60 minutos dependendo do meio de transporte utilizado.

A infraestrutura do Remanso é contemplada com o programa Luz para Todos, do Governo Federal, essa realidade alterou o modo de vida na comunidade; observamos que com a chegada da energia elétrica estabeleceu-se uma nova configuração nas residências que passaram a contar, nesse espaço domiciliar, com produtos eletroeletrônicos como a televisão, a geladeira, ventilador, sem esquecer do telefone celular.

Apesar do esforço de algumas famílias em manterem ainda os costumes tradicionais não há como negar as alterações que o modo de vida desses grupos sociais sofreu em virtude do contato com novas realidades assentadas, principalmente, nas tecnologias (SOUZA, 2013), elemento constituidor do modo de vida urbano.

²¹ O Distrito do Mocambo do Arari foi constituído em 23 de outubro de 1985 de acordo com a Lei Estadual n. 1707, de 23/10/1985, e está localizado a 60 km da sede do Município de Parintins. (BORGES, 2017).

A realidade acima narrada não é suficiente, porém, para eclipsar as características da comunidade que tem seu modo de vida assentado nos saberes tradicionais que caracterizam a pesca artesanal; pois mesmo diante do avanço da presença de aspectos modernos na vida das populações tradicionais, na residência de qualquer pescador no Remanso encontramos sinais de que ali é uma casa de pescador ou pescadora, quer pela presença de uma rede de pesca estendida no quintal, de um caniço suspenso na beira da casa, ou de algum outro item característico de quem vive da pesca (Figura 8).

Figura 8 – Rede de arrasto no quintal e malhadeira na varanda, contrastando com a cerâmica e tijolo na residência de um pescador.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Esse aspecto presenciado no Remanso encontra em Derruau (1973) uma explicação clássica; infere o autor, que a casa constitui-se em um espaço limitador do modo de vida; dessa forma, embora o pescador, por ser pluriativo, desenvolva diferentes atividades produtivas, e, de alguma forma, passe a incorporar traços dessas ocupações em seu cotidiano, ainda assim, será a casa o último reduto a ser alterado. Assim, a presença de traços da modernidade, proporcionado pela qualidade de vida a partir da profissão, não consegue alterar por completo um espaço que guarda características peculiares de determinado modo de vida.

Anthony Giddens (1990) traz ao conhecimento que em uma sociedade tradicional a identidade dos sujeitos é construída a partir das práticas sociais, pela tradição, relações de parentesco e localidade; limitando, assim, a esses elementos a construção identitária dos sujeitos. Esses preceitos preestabelecidos são quebrados, segundo o autor, pela modernidade

que age como uma ordem pós-tradicional impulsionando as potencialidades individuais, transformando a identidade, até então referenciada na tradição, em uma identidade móvel, mutável, oportunizando aos sujeitos possibilidades e escolhas. Ancorada na reflexão teórica de Giddens, Fraxe et al., (2009) nos lembra que as consequências da modernidade atuam diretamente na construção e reconstrução de uma suposta identidade regional na Amazônia. Segundo a autora, embora o homem amazônico procure ainda manter suas práticas tradicionais, até então principais constituidoras de sua identidade, recebe influência direta da sociedade urbano-industrial. A influência da sociedade urbano-industrial, apontada por Fraxe, na vida das populações rurais amazônicas, não consegue, porém, suplantando os meios e modos de vida tradicionais constituidores de suas identidades.

Leandro Tocantins, adjetivado por Américo Jacobina de “pensador voltado à modernização (TOCANTINS, 1969, p. 09), entende que a opção pelo moderno, não contempla, contudo, o abandono daqueles que com seus conhecimentos contribuíram no passado. A força da modernização irreversível de nossa cultura consistirá em “assimilar valores novos” e incorporá-los aos reais valores existentes, enriquecendo o patrimônio do país e não o transformando num permanente calidoscópico de nomes cuja efemeridade acabará por anular a todos (TOCANTINS, 1969, p. 10).

O processo de modernização não pode negligenciar os conhecimentos tradicionais que caracterizam e compõem o modo de vida na região, pois “a cultura regional e a experiência de vida local [...] são as raízes mais profundas de nossa identidade, no seu núcleo reside um segredo de conciliação e de equilíbrio entres os valores modernos e tradicionais” (RIBEIRO, 2015, p. 25). Deve, portanto, enveredar por um caminho, que ao ser trilhado promova o encontro, se não harmonioso, mas necessário entre a modernidade e a tradição.

Semelhante às comunidades rurais parintinenses estudadas por Silva (2009) o Remanso apresenta estrutura de organização religiosa, os líderes comunitários são escolhidos pelos moradores, sob a orientação da estrutura diocesana²², cujas normas constam no “DIRETÓRIO DAS COMUNIDADES CATÓLICAS RURAIS DA DIOCESE DE PARINTINS-2015”.

Como forma de assegurar a harmonia e espírito comunitário, a igreja orienta que durante o processo de escolha das lideranças não são permitidas campanhas ou manifestação de apreço ou despreço em relação a nenhum pretendo candidato. A escolha dos membros da

²² Dentro da estrutura organizacional diocesana, a comunidade Sagrada Família do Remanso, a partir de 06/01/2019 passou a pertencer à Área Missionária Nossa Senhora do Rosário do Mocambo do Arari.

coordenação comunitária deverá ser feita dois meses antes da aclamação pelo pároco, para possibilitar que os membros reflitam antes da nomeação das lideranças que administrarão a comunidade (DCCRP, 2015).

Reza ainda o DCCRP que a coordenação será indicada pelos comunitários, dentre aqueles que são envolvidos na vida eclesial, e apresentada ao pároco para possível confirmação e nomeação, nunca ocorrerá por chapa eletiva para evitar divisão de seus membros, pois “toda comunidade cristã se inspira nos quatro elementos distintivos da igreja primitiva: o ensinamento dos apóstolos, a comunhão fraterna, a fração dos pão e as orações (CC nº 80 *apud* DCCRP, 2015).

Além das questões acima citadas o DCCRP trata ainda das seguintes questões relativas à organização das comunidades católicas rurais da diocese de Parintins:

- Formação e atribuição da coordenação comunitária
- Formação nas comunidades
- A catequese nas comunidades e suas finalidades
- A capela da comunidade
- Terrenos da comunidade
- Visitas do padre ou da equipe missionária
- Celebração dominical da liturgia
- Festas Religiosas
- Dizimo nas comunidades

O papel primeiro da coordenação da comunitária, em obediência ao DCCRP “*é zelar pela ação evangelizadora e tomar consciência de sua identidade de igreja*” (p.05). A igreja é identificada pelos bispos do Brasil no documento 100 da CNBB como a casa, local onde se vive a fraternidade de irmãos em cristo.

A imagem da igreja como casa é o local onde se ouve a convocação feita por Deus, em Cristo, para que todos sejam um e vivam como irmãos. O chamado é para todos. É vocação para todos formarem a grande família de Deus a família dos que “ouvem a Palavra de Deus e a põe em prática (Lc 8,21). Nos textos do novo testamento a expressão casa significa comunidade, construída por pedras vivas (1 Pd 2,5) e serve de inspiração para viver a unidade cristã (DCCRP, 2015, p. 5-6).

Vemos que a criação das Comunidades Católicas Rurais não tinha como objetivo

apenas fixar os moradores em um determinado lugar; mas, a partir do conceito de casa, assegurar-lhes um local de referência para o cristão peregrino encontrar-se no lar onde possa sentir-se entre os amigos como se sentia Jesus, em Betânia, na casa de Maria, Marta e Lázaro (DCCRP, 2015, p. 6).

O trabalho desenvolvido pela coordenação comunitária reflete bem o que determina o DCCRP, podemos citar como exemplo a atuação do vice coordenador que exerce também a função de ministro extraordinário da palavra, estando sob sua responsabilidade às celebrações dos cultos dominicais e outras atividades pastorais em uma demonstração de zelo pela ação evangelizadora na comunidade.

Apesar de não contar com a presença de um sacerdote nas comunidades, a Diocese de Parintins mantém um trabalho de formação de equipes missionárias nas paróquias para ajudar os padres nas visitas às comunidades e formação de lideranças para atuarem na ausência dos presbíteros.

O DCCRP se encarregou de disciplinar também a visita dos padres nas comunidades assim como a formação das equipes missionárias. A visita dos padres deverá ser agendada previamente de acordo com a necessidade da comunidade, durante a presença do sacerdote dever-se-á aproveitar para reunir a comunidade e dirimir dúvidas sobre o trabalho catequético ou outras necessidades no âmbito da evangelização. Já a formação das equipes missionárias deverá dar especial atenção aos problemas sociais existentes na comunidade, procurando levar representantes de instituições envolvidas com diferentes questões sociais como droga, álcool e outros.

As ações promovidas pela Igreja nas comunidades católicas rurais, além de objetivarem propagar a fé católica, servem também como forma de socialização entre os moradores. É comum nos dias em que há celebração do Sacramento do Batismo, da Eucaristia ou qualquer outra manifestação religiosa haver participação de grande parte dos moradores. Aproveita-se esse momento também, para repassar os avisos de interesse da comunidade, pois durante a semana fica difícil o contato já que por viverem da pesca todos os dias se deslocam *pro lado de lá*²³, sendo o domingo reservado para descanso e participação nas celebrações religiosas na comunidade.

A religiosidade é marcada pela devoção à Sagrada Família, cuja festividade em sua honra é celebrada entre o primeiro e o segundo sábado do mês de maio; nesse período a

²³ É como os moradores se referem a outra margem do rio Amazonas onde costumam pescar.

comunidade se organiza para realização das celebrações religiosas e realização da festa social. O círio fluvial é um dos momentos marcantes da celebração religiosa, pois parece lembrar a peregrinação da comunidade por vários locais até chegar onde hoje está estabelecida. As palavras de um dos pescadores do remanso refletem bem essa peregrinação.

A comunidade veio do Bom Futuro, devido a enchente, aqui pra Ponta Alegre, aqui de frente, aqui tinha outra comunidade no primeiro lago, aí as duas comunidades se uniram, a Coração de Jesus e Nossa Senhora das Graças e formaram a comunidade, por isso que chama Sagrada Família. Depois foi para a cabeceira do finado Laurindo Cunha, só que a comunidade foi aumentando e o lugar ficou pequeno, aí a comunidade comprou essa área aqui, pagaram com dinheiro mais quatro reses (cabeças de gado) (Pesquisa de campo, 2018).

Os relatos sobre a criação da comunidade do Remanso, guardados na memória dos moradores, revelam aspectos que diferem de algumas comunidades rurais de Parintins já estudadas. Os escritos de Souza (2006) e Silva (2009) por exemplo, dão conta de que a devoção sob a qual está assentada a religiosidade comunitária hoje, na figura do padroeiro do lugar, antes era realizada por iniciativa de um rezador, que levava o santo de casa em casa, ou como forma de pagar promessa ao santo promesseiro que era festejado com danças, ladainhas e almoço para a população; só mais tarde, com a chegada dos missionários do PIME, a partir de 1955 (CERQUA, 2009) e a institucionalização dessas concentrações populacionais como comunidades, é que os santos passam a ser oficializados como padroeiros do lugar (SOUZA, 2006). É a partir desse período que as festividades sofrem alterações; o catolicismo popular, representado pelas ladainhas, danças e outras representações passa a dar espaço ao catolicismo romanizado com destaque para a reza do terço, novenas e outros.

Esse movimento de combate da religiosidade popular faz parte da reforma da igreja denominada de romanização cujo propósito era aproximar ainda mais a igreja do Brasil a de Roma por meio do fortalecimento das instituições eclesiásticas, a consequência desse movimento foi o alinhamento de muitos presbíteros com o combate à práticas do catolicismo popular, como afirma Maués (1999, p. 121).

Essa reforma, chamada mais tarde de “romanização” implicava, entre outras coisas, em maior aproximação da Igreja do Brasil de Roma e, conseqüentemente, numa espécie de europeização do catolicismo brasileiro. Por isso ela se voltava contra o regime do padroado que implicava em muitas amarras políticas e administrativas em relação às autoridades do Império, e também se voltava contra o catolicismo tradicional, procurando disciplinar e educar o clero e o laicato.

No Remanso, porém, como vimos nos relatos anteriores, a escolha da padroeira da comunidade, a Sagrada Família”, não se deu em virtude do combate, pela igreja, à devoções

populares, como ocorreu em algumas comunidades católicas amazônicas (MAUÉS, 1999), nem por processo de oficialização de um santo promesseiro, mas como resultado da união entre as comunidades Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora das Graças; não havendo portanto, ali, uma ação direta de oposição ao catolicismo popular em nome de um catolicismo romanizado (CAMPOS, 1995)²⁴ que refletisse na escolha da Sagrada Família como padroeira do Remanso.

Campos (1995) acena para a mudança ou extinção do catolicismo popular em grande parte das comunidades rurais do médio amazonas, a partir de 1955, com a chegada dos missionários do PIME à região, cuja missão tinha por objetivo a romanização das práticas religiosas.

Os costumes do povo, as suas posturas éticas e moral, devem não só ser corrigidas, mas até mesmo adaptadas ou assimiladas às práticas religiosas, ética e moral, cultural dos bons costumes do primeiro mundo. Na desobriga, segundo eles, leva-se a catequese a um povo ainda ignorante às coisas de Deus e da igreja, cheios de vícios e embriaguez, de danças de brigas e mortes. [...] O catolicismo romano busca adequar o povo a uma vida sacramental e uma disciplina rígida (CAMPOS, 1995, p. 5).

Analisando os escritos de Campos à luz do DCCRP inferimos que o catolicismo popular nas comunidades católicas rurais do município de Parintins não foi extinto, mas submetido a um controle eclesial a fim de que não tenha maior destaque do que as festas do padroeiro. A esse respeito recomenda o Diretório:

É necessário esclarecimento à Diocese sobre os eventos ditos religiosos em homenagem a Santo Expedito, São Lázaro, São Sebastião, Divino espírito Santo e outros, que promovidos por devotos particulares, mas que se apresentam como ação da igreja que se tornam atração maior do que os que são feitos pelas comunidades.

As festas religiosas de Santos(as) que não são padroeiros(as) das comunidades rurais e que são realizadas por pessoas que não pertencem à coordenação, mesmo sendo moradores do local devem ter autorização diretamente da Diocese de Parintins, na pessoa do bispo ou pároco e devem seguir as orientações desse diretório (DCCRP, 2015, p. 22-23).

No Remanso o catolicismo popular não desapareceu, sua manifestação permanece, porém não com a frequência de outrora. Assentada na devoção, de uma das famílias à Nossa Senhora das Graças, essa manifestação popular de fé ocorre no dia vinte e sete de novembro e conta com o apoio da Diocese de Parintins conforme nos relata um dos pescadores que organiza a festa:

²⁴ Manoel do Carmo Campos traz para o debate a decadência do catolicismo popular na região parintinense no período de 1955 a 1975.

A minha avó festejava Nossa Senhora das Graças, mas em outro lugar, eu que já festejei três anos aqui. No dia de Nossa Senhora das Graças que é vinte e sete de novembro, falei com o padre e nós celebramos dez batizados no dia da festa, fizemos a formação tudinho e a celebração. Fizemos a ladainha e demos o almoço pro pessoal, fiz até um torneio pra animar, mas deu foi muita gente, matei um boi de cento e setenta quilos. Faz três anos que eu não faço, mas nas festividades da padroeira a gente manda preparar o andor dela para sair também na procissão (Pesquisa de campo, 2019).

Os relatos de como se organizou a comunidade do Remanso desde seus primórdios, buscando sempre um local em que fosse possível comportar todas as famílias, a busca por recursos para adquirir o terreno onde hoje está localizada, além de como se organiza sua ocupação territorial impedindo que pessoas de outros locais possam fixar residência no Remanso (DCCRP), parecem revelar traços do que Bauman²⁵ (2003) teoriza sobre viver em comunidade, o lugar comum em que os interesses estão voltados para a coletividade. O retrato dessa realidade está nas ações dos moradores visando a buscas por melhorias para a comunidade sem esperar pelo poder público. Podemos citar como exemplo a mobilização na realização de eventos para arrecadar recursos visando dotar a escola da comunidade de melhores condições de funcionamento; foi assim que conseguiram comprar geladeira, freezer, fogão e louças para equipar a cantina da escola.

Além dos eventos para arrecadar recursos, a comunidade possui um pequeno rebanho de gado bovino cujo objetivo é utilizar sempre que há necessidade de recursos para alguma benfeitoria na comunidade ou até mesmo nas comemorações das festividades da padroeira.

É voz corrente no Remanso que não convém esperar que o poder público adote ações capazes de melhorar a infraestrutura da comunidade. Como nos afirma um dos moradores: “é melhor fazer um esforço e ir conseguindo as coisas devagar, por que se esperar por eles (prefeitura) não adianta” (Pesquisa de campo, 2019).

Durante as festividades da padroeira, a Sagrada Família, a comunidade recebe visita de moradores das localidades próximas que sempre procuram participar. Também nesse período a Paróquia da Catedral de Parintins se faz presente por meio de agentes de pastorais e sacerdotes que, junto com moradores, se encarregam da programação religiosa.

A parte social da festividade, geralmente conta com bingos e competições esportivas como o torneio de futebol (Figura 9). Os torneios de futebol costumam reunir times de outras comunidades reforçando a função de socialização dessa prática esportiva que na análise de

²⁵ Viver em comunidade, para Bauman, é pertencer a um sistema organizacional de convivência em que prevalece o bem comum.

Matos (2015: p. 397), é

[...] uma das atividades capazes de reunir, sem obrigação, maior número de pessoas [...]. É nele que homens e mulheres podem experimentar e compartilhar, em público, divertidas excitações com aprovação social.

Figura 9 - Jogo de futebol na comunidade



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Ainda a respeito dessa modalidade esportiva, como forma de entretenimento e sociabilidade, Cruz (2007) ressalta que as disputas acirradas inerentes a sua prática são incentivadas pela participação de agitadas torcidas. Outro fator que incentiva a disputa é a premiação oferecida aos vencedores podendo variar entre troféu, caixa de bebidas ou até mesmo cabeça de gado.

O Remanso guarda ainda traços de comportamentos tradicionais adotados por seus antepassados; esse comportamento observa-se, por exemplo, na hora das refeições; mantém-se o costume de reunir a família para juntos se alimentarem; essa prática não consiste só em acomodar-se para a refeição como forma de melhor consumir os alimentos, ou ainda para descansar depois de um período de trabalho, mas carrega, além da presença do poder patriarcal, uma carga simbólica assentada nos ensinamentos religiosos disseminados nas comunidades ribeirinhas amazônicas (WAGLEY, 2009). Nesse contexto o ato de sentar à mesa juntos, familiares e convidados, remete ao exemplo contidos nas narrativas bíblicas em que Jesus ao multiplicar os pães para alimentar o povo pede a todos que sentem; outra passagem remete a Ceia do Senhor, em que Jesus senta à mesa para cear com os seus. Esse comportamento vai nos revelando um pouco mais do modo como se organiza esse grupo social que tem nos ensinamentos cristãos um dos constituidores de seu modo de vida.

Como forma de manutenção da tradição comunitária as crianças e adolescentes são inseridos na dinâmica da comunidade por meio do desenvolvimento de atividades inerentes à manutenção ou até alteração do modo de vida comunitário. Os pais são os responsáveis por repassarem aos filhos os ensinamentos básicos para a manutenção dos costumes locais; assim, as crianças desde cedo aprendem a plantar, cuidar dos animais, pescar e a desenvolver outras tarefas que fazem parte da tradição familiar. Todas essas ocupações, contudo, não podem, de acordo com os pais, obstar o compromisso que os filhos devem ter com os estudos.

A estrutura educacional implantada e mantida na comunidade funciona na Escola Municipal Nossa Senhora das Graças (Figura 10), com oferta de turmas do Maternal, Ensino Fundamental e Ensino Médio, atendendo oitenta e nove alunos, entre os do Remanso e de comunidades próximas. O Ensino Infantil e Fundamental atende crianças distribuídas nos turnos matutino e vespertino; para atender a essa demanda, ministram aulas na comunidade cinco professores - desses, dois são da comunidade, outros, de Parintins - que junto com duas servidoras de serviços gerais e a gestora completam o quadro funcional da escola. A demanda de Ensino Médio é atendida por meio do Ensino Tecnológico, implantado pela SEDUC-AM, em torno de dezessete alunos cursam essa etapa de formação escolar.

Figura 10 - Escola Nossa Senhora das Graças



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Em conversa com a gestora da escola identificamos, a exemplo das demais comunidades rurais amazônicas, que o currículo escolar implementado não contempla

conteúdos nem práticas pedagógicas capazes de conduzirem à reflexão sobre o modo de vida dos estudantes a partir de uma articulação entre a organização curricular e os ensinamentos transmitidos de geração em geração como sugere Souza (2013) em sua pesquisa a respeito do ensino da Geografia nas escolas ribeirinhas no município de Parintins. Para ele é preciso que haja, nas escolas ribeirinhas, a problematização das temáticas ensinadas para que o aluno possa, a partir disso, reflexionar e entender seu lugar de vida.

Diferente da educação, que aparenta atender às necessidades da comunidade, no que diz respeito à estrutura física e recursos humanos, o serviço de assistência básica em saúde é ofertado em condições de precariedade, beirando a inexistência. A comunidade não possui UBS - Unidade Básica de Saúde, porém sempre contou com os serviços de uma ACS - Agente Comunitário de Saúde - que se encarregava de fazer as visitas domiciliares, e, dependendo de cada situação, encaminhava os pacientes, por meio de uma ambulância²⁶, à Agrovila do Mocambo, comunidade mais próxima, onde eram atendidos.

Essa realidade, que já era precária, piorou a partir do início da atual gestão municipal, em janeiro de 2016, com a saída do único Agente Comunitário de Saúde que atuava na comunidade; diante dessa situação qualquer morador que necessitar de assistência básica em saúde terá que se deslocar até a agrovila do Mocambo para ser atendido, ou à sede do município, a cidade de Parintins.

Ao procurarmos a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA - Parintins para obtermos alguns dados sobre o Remanso, a Coordenação de Atenção Básica da Zona Rural nos informou que os dados estavam desatualizados, pois o Remanso era uma área descoberta, ou seja, não era atendida pelos serviços da SEMSA²⁷.

Essa condição em que se encontra o serviço de saúde no Remanso remete à preocupação demonstrada por Wagley (1988) ao se referir às políticas públicas adotadas na região amazônica; depois de pontuar que os projetos pensados para a região não podem negligenciar os aspectos sociais e culturais das populações locais, direciona sua preocupação para a necessidade da atuação do governo, por meio de ações que visem a melhoria das condições de vida da população principalmente no que diz respeito à educação em saúde, com vistas a esclarecer a população sobre determinadas enfermidades. Nas palavras de Wagley (1988),

²⁶ Lancha que conduz pacientes do interior para a sede do município, prestando os primeiros atendimentos de saúde.

²⁷ Até a conclusão desse trabalho essa situação ainda permanecia no Remanso.

Uma campanha de saúde pública deve, portanto, incluir um programa de educação sanitária que tenda a modificar as crenças tradicionais enraizadas a respeito das causas e tratamento de doenças e que demonstre a necessidade de manter recursos de saúde pública e os benefícios que dele resultam (1988, p. 252).

Guardados o devido tempo, proporções e o contexto em que Wagley realizou seus estudos sobre “uma comunidade Amazônica”, correspondente a uma área de concentração referente a um município em sua totalidade; diferente, portanto, do utilizado atualmente em estudos sobre as populações rurais amazônicas, entendemos que as preocupações do antropólogo a respeito das políticas públicas em saúde encontram abrigo na realidade das comunidades rurais amazônicas como no Remanso.

A problemática identificada por Wagley (1988), parece ainda ecoar e ganhar destaque em trabalhos como de Scherer (2004) que ao debater a vulnerabilidade social ribeirinha dedica espaço para a discussão sobre a falta de assistência médica nas áreas rurais da Amazônia, o que obriga os moradores a se deslocarem às cidades sedes em busca de atendimento básico em saúde, demonstrando que o meio rural ainda é desprovido de Políticas Públicas.

Chegar ao Remanso, partindo da cidade de Parintins, sede do município, pode demorar de duas a oito horas dependendo do meio de transporte utilizado. Uma das formas de se deslocar até lá é conseguir uma passagem em um barco da comunidade, apanhar um transporte até o Mocambo, comunidade próxima, ou comprar passagens em uma das lanchas que fazem transporte Parintins/Urucará e ficar na entrada da comunidade.

O que para alguém de fora pode significar demora excessiva, viagem cansativa ou algo do gênero, para os moradores é mais um elemento a compor o modo de vida, visto com naturalidade e até diversão, pois o deslocamento geralmente ocorre em grupos, já que as pessoas aproveitam a oportunidade para resolverem algumas situações na cidade como expedição de documentos, consultas médicas, compras e outras situações, fazendo com que as viagens se tornem também em momentos de interação entre diferentes membros da comunidade ou até mesmo com pessoas de fora, como nas vezes em que tivemos a oportunidade de acompanhá-los nessas viagens.

Em nossas idas à comunidade enfrentamos situações distintas para chegar até lá. Antes de elegê-la como local da pesquisa já a havia visitado como servidor do IFAM/Parintins e

membro da equipe multidisciplinar responsável por implantar programa Rede CERTIFIC²⁸. Nessas oportunidades o deslocamento se deu por meio da lancha institucional; antes, porém, foi preciso entrar em contato com o presidente da comunidade informando o dia em que estaríamos lá, para assim, sermos aguardados²⁹, pois se não avisássemos correríamos o risco de não encontrar os moradores na comunidade, já que saem todos os dias para pescar. Esse era o procedimento adotado toda vez que precisávamos ir ao Remanso. Foi durante essa experiência que vislumbramos a possibilidade de realizar um estudo para tentar entender como se dava a participação das mulheres na pesca artesanal praticada na comunidade, visto que elas trabalham diretamente na produção pesqueira.

Decorridos quatro anos do trabalho realizado no Remanso, por meio do programa Rede CERTIFIC, precisávamos retornar à comunidade, agora com o propósito de apresentar a proposta de trabalho que estávamos dispostos a realizar; era necessário, com isso, encontrar uma forma de aproximação, já que não sabíamos se as lideranças eram as mesmas da época em que lá estivemos pela primeira vez; isso nos preocupava pois já nos havia sido relatado, anteriormente, que algumas instituições ou pesquisadores chegam ao local, prometem algumas vantagens, começam a desenvolver trabalhos, não concluem, e não retornam mais a comunidade, o que deixa os moradores insatisfeitos; e não era essa a impressão que queríamos passar à comunidade.

Para evitar situação semelhante, procuramos, em Parintins, se havia algum morador do Remanso de quem pudessemos nos aproximar para assim termos acesso à comunidade. Conseguimos, por meio de uma colega de mestrado, o contato de um professor que trabalha no Remanso, mas não obtivemos o êxito esperado; voltamos a buscar outros meios até conseguirmos o contato telefônico de duas lideranças locais: o coordenador e o vice coordenador da comunidade. A partir daí, houve a aproximação necessária para podermos entrar na comunidade sem temer uma reação dos moradores semelhante a dos balineses para com os estrangeiros narrada por Geertz (2008)³⁰.

28 A Rede CERTIFIC é uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica, instituída por meio da Portaria Interministerial nº. 1.082, de 2009 e reorganizada pela Portaria Interministerial nº 05, de 25 de abril de 2014, entre o Ministério da Educação - MEC e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, voltada exclusivamente para o atendimento a trabalhadores jovens e adultos que buscam o Reconhecimento e a Certificação de Saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem.

²⁹ Esse procedimento foi adotado por todo o período em que durou a pesquisa de campo.

³⁰ Em “Notas sobre a briga de galos balinesa”, Geertz relata a indiferença dos balineses no trato com os estrangeiros que chegam ao local, há uma fronteira simbólica estabelecida que depende da autorização do grupo para ser cruzada.

2.3. Unidade familiar de produção: pescadores(as) pescando a vida.

A pesca artesanal compõe o modo de vida dos moradores do Remanso; toda a organização cotidiana é tecida com base na produção pesqueira, que por sua vez sofre influência direta da sazonalidade das águas. Praticada em regime de produção familiar, a pesca artesanal é a principal atividade produtiva desenvolvida na comunidade envolvendo todo o grupo doméstico. Desde muito cedo as crianças já são inseridas na pesca, muitas vezes acompanhando os pais na pescaria.

A pesca artesanal exige uma gama de conhecimentos por parte daqueles que a praticam. São conhecimentos assentados na tradição, repassados de pai para filho por meio da prática diária “através da ampliação e agudeza de um saber sensível, de uma estética pesqueira, cujo contato direto com a natureza aquática exige isso enquanto condição insuprimível do viver nas (e das) águas” (RAMALHO, 2011, p. 316).

Ao reflexionar sobre o processo de aprendizagem dos saberes entre as populações tradicionais, como a de pescadores, Furtado (1993) enumera alguns dos conhecimentos necessários à prática da pesca artesanal, dentre os quais:

[...] conhecer os pesqueiros ou pontos de pesca; os tipos de peixe que neles habitam; identificar as melhores horas de capturá-los; saber sobre a influência dos ventos e das chuvas nas pescarias, os espaços que podem ou não pescar; a influência da lua no regime das águas pluviais e fluviais [...]; o saber manejar o ambiente; o saber tecer uma tarrafa; arpoar um pirarucu; gapuiar ou tapar um igarapé, etc. (FURTADO, 1993, p. 200).

Diegues (1983) estabelece considerações que inserem o pescador artesanal no rol daqueles possuidores de uma profissão, pois é por meio do domínio e desenvolvimento de técnicas que reúne conhecimentos capazes de assegurar sua sobrevivência e reprodução como pescador. Essa afirmação encontra abrigo na fala de um pescador do Remanso, ao afirmar:

não sou pescador, sou matador de peixe, o pescador é quem coloca a malhadeira e espera o peixe cair, o matador de peixe encontra um jeito de fazer o peixe cair na rede; colocar malhadeira não é pescar”. Hoje temos que encontrar formas de enganar o peixe, quem fica esperando não pesca nada (Pesquisa de campo, 2017).

Ao solicitarmos mais esclarecimento sobre sua fala a respeito do termo “matador de peixe”, entendemos que o pescador artesanal está constantemente precisando reformular e adaptar as técnicas empregadas na captura, para ele, diferente de outros tempos é preciso ter ainda mais conhecimento para ser considerado pescador.

Na época da seca é fácil pescar, não tem para onde o peixe ir, agora na cheia quando ele se esconde só quem sabe mesmo, por isso que digo que o pescador espera o peixe cair na rede ou no anzol, o matador de peixe não, ele dá um jeito de pegar o peixe (Pescador do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

A pesca artesanal se assenta nos conhecimentos produzidos na relação homem/natureza e sua socialização. As variadas técnicas artesanais empregadas para a captura são desenvolvidas e aperfeiçoadas ao longo do tempo, e quando atestada sua eficiência vão sendo retransmitidas às demais gerações geralmente por meio da oralidade, observação e prática. Para Ramalho(2015,p.19),

O pescador é sempre resultado de várias gerações, de ancestralidades corporificadas em suas técnicas (manejo das águas, das armadilhas e do barco e formas de sociabilidades) repassadas, aperfeiçoadas e constantemente renovadas nos campos material e simbólico, que são também patrimoniais.

Na realidade do Remanso a necessidade de aperfeiçoamento das técnicas de captura está presente nos relatos de pescadores e pescadoras que atribuem a elas o êxito na pescaria em época de escassez do pescado:

[...] Agora precisa praticamente de técnica para pegar o peixe, do jeito que está, quem não tiver técnica não consegue pescar, e todo tipo de arreio tem que ter, malhadeira, espinhel, arpão, zagaia. A malhadeira de linha tem que ser de acordo com o peixe, malha 80, para pegar dourado, malha 70, para pacú, apapá, malha 65 também pra pacú, para todo de tipo de peixe a gente tem malhadeira. A malha 40 serve para pegar mapará, branquinha, jaraqui. Tem um período que a gente usa muito a tarrafa. O senhor já viu tarrafa de balão (Figura 12) serve para ensacar o peixe assim ele não sai por baixo, é uma técnica diferente. A tarrafa normal que vende na casa do pescador é de saco, essa aqui vai buscar o peixe lá no fundo mesmo. Eu lembro que quando vinha uns pescadores do Mocambo pra cá eles usavam a de saco, quando puxavam vinha dois ou três peixes, quando jogávamos essa vinha cheia, eram dois cabocos ora puxar. Pra usar essa tem que ter técnica, quem não sabe jogar, joga gato (enrolada), porque ela é pesada, tudo isso é técnica. Isso aqui papai que usava. Aqui não é todo mundo que usa, é difícil usarem. [...] Eu não sei fazer, só consertar, um vizinho que sabe fazer. Eu não gosto de ficar sem esse arreio (Pesquisa de campo, 2019).

Figura 11 – Arreios de pesca



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

As técnicas de pesca são sempre aprimoradas de acordo com a necessidade, quem vive essa realidade faz questão de deixar claro que se assim não procedesse não conseguiria pescar:

Não pescamos mais como antes, o peixe ficou esperto, conhece a isca, a malhadeira até a sombra da canoa, pescador precisa saber enganar o peixe, tem que colocar a malhadeira de acordo com o peixe, usar a linha e a isca de acordo com o peixe, linha preta na água preta, linha branca, pra água branca; às vezes temos que esconder a canoa em baixo de uma beira de barranco para o peixe não ver se não fizer isso e outras coisas não pegamos nada (Pesquisa de campo, 2017).

As estratégias de captura estão sempre presentes no modo de vida das populações tradicionais que assumem uma relação de proximidade com a natureza. As mais diferentes situações inerentes à vida dos pescadores fazem com que eles recorram ao saber construído à base da observação (MORAES, 2005), e os reformulem de acordo com o contexto vivido por cada geração.

Esses saberes, ditos tradicionais, são transmitidos de geração em geração por meio da memória em que o mais velho ensina ao mais novo a forma de sobrevivência diária por meio do exercício da pesca artesanal. Oliveira (2004) sustenta que a memória não consiste, em absoluto, em uma regressão do presente ao passado, pelo contrário, num progresso do passado ao presente, ou seja, é por meio da memória que os conhecimentos vão sendo repassados e o ofício da pesca ensinado aos mais novos.

Para Pollack,

[...] a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLACK, 1992, p. 201).

No Remanso ouvimos relatos que nos revelam como os conhecimentos guardados na memória são recepcionados em forma de aprendizado envolvendo observação e acompanhamento do processo de produção pesqueira dos pais, irmãos e maridos, ou outra pessoa do grupo familiar; “Aprendi com meu pai e olhando outras pessoas fazerem. Meu pai me chamava para ir colocar malhadeira, eu olhava como era, ajudava também” (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

Souza (2006) argumenta que a transmissão dos saberes tradicionais nas comunidades rurais vem ocorrendo por meio da observação e da prática, geralmente é nessa interação com os pais na pesca, na agricultura, caçadas e afazeres domésticos que os filhos são iniciados nas atividades e com isso vão se apropriando dos conhecimentos. É dessa forma que ocorre a transmissão e reprodução dos conhecimentos entre as populações tradicionais, e por meio dela, também, que vai se configurando a divisão sexual do trabalho dentro do grupo familiar a partir da concepção de trabalho masculino e trabalho feminino.

É com base nessa concepção de divisão sexual do trabalho que ainda na infância os meninos já começam a acompanhar os pais ou parentes no trabalho da pesca, como relata Furtado:

Desde cedo, por volta dos cinco anos de idade, os meninos já começam a ir com seus pais ou parentes para a pescaria[...]. Ajudar a transportar um remo para a canoa, ajudar a pilotar a montaria, escoar a água acumulada no fundo da canoa, vigiar uma malhadeira que ficou arriada num determinado lugar para capturar o peixe; ajudar na gapuia ou na tapagem de um igarapé para pegar peixes, ou ainda, simplesmente para ir com o pai para aprender a pescar, são algumas das tarefas realizadas pelos meninos (FURTADO, 1993, p. 201).

Diferente dos relatos de Furtado (1993) que dão conta da não participação das meninas nas atividades de pesca, restando-lhes a dedicação aos afazeres domésticos, fruto da concepção de que “pesca não é serviço de mulher” (p. 201), podemos afirmar que no Remanso esse entendimento não se reproduz por completo, conforme relatos das pescadoras:

[...] Aprendi a pescar com meu pai, mas quando morava com ele não pescava muito, só comecei a pescar mesmo depois que casei [...] não costumo ensinar meus filhos, o pai deles que faz isso. Já pesquei

muito só eu (Pesquisa de campo, 2018).

[...] Meu pai foi que me ensinou. Eu aprendi pescar com ele, de caniço, de malhadeira [...]. Depois que casei passei a pescar com meu marido, [...] Malhadeira eu aprendi também a tecer, quando eu fiquei com ele eu que ensinei ele (marido) começar a malhadeira, que eu já começava (Pesquisa de campo, 2019).

Vemos nas narrativas das pescadoras do Remanso situações distintas em relação à participação da mulher no trabalho da pesca artesanal; no primeiro, diferente do que afirma Furtado (1993), a mulher está presente em todos os momentos: aprendendo com o pai, pescando com o marido, ou sozinha; apenas quanto ao papel de ensinar, é que parece-nos haver a predominante responsabilidade masculina nesse ofício.

Essa predominância masculina no ofício de ensinar, em nossa análise, a partir do que ouvimos das pescadoras, está associada ao maior tempo de dedicação do homem ao trabalho da pesca, enquanto que o tempo da mulher é fragmentado devido aos trabalhos domésticos; dessa forma a presença dos filhos é mais constante junto ao pai aumentando sua participação no processo de transmissão dos conhecimentos .

Longe de querer considerar que no Remanso há um movimento contrário, por completo, da lógica predominante nas comunidades pesqueiras a respeito do trabalho da mulher na pesca, o segundo relato, contudo, nos revela uma inversão dessa lógica, ao apresentar a mulher assumindo o papel de transmitir os conhecimentos que havia aprendido com seu pai em uma flexibilização dos papéis historicamente definidos dentro do contexto da pesca artesanal.

Não podemos assumir, porém, que haja um movimento espontâneo na direção dessa subversão, pois embora demonstre estar em uma posição que historicamente é de domínio do homem, a mulher pescadora ainda encontra dificuldades em romper com as “desigualdades e diferenças de gênero que repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família” (SORJ, 2010, p. 57).

3 VAI PASSANDO ADIANTE TRADIÇÃO: A REPRODUÇÃO DOS SABERES DA PESCA

3 VAI PASSANDO ADIANTE TRADIÇÃO: a reprodução dos saberes da pesca

Neste capítulo buscaremos abordar a construção e retransmissão dos saberes tradicionais necessários ao trabalho na pesca, assim como o lugar da mulher nesse processo.

Fruto de um processo histórico e cultural, os saberes tradicionais constituem-se em um conjunto de conhecimentos empíricos que faz parte da cultura de determinado grupo social se perpetuando no decorrer dos tempos, conservados e transmitidos entre as diferentes gerações.

A concepção de cultura como “teias de significados que amarram o homem” (GEERTZ, 2008, p. 4), permite-nos inferir que há um processo dinâmico na construção dos saberes tradicionais a partir da constituição de significados formadores de um conjunto simbólico compartilhado entre as pessoas de um mesmo grupo social.

Os conhecimentos tradicionais são construídos e consolidados por meio de técnicas inicialmente³¹, transmitidos pelos pais e aprimoradas nas práticas cotidianas, muitas vezes pelo contato com outros membros do grupo familiar; no processo de transferência de conhecimentos, se mostram essenciais, a oralidade e a observação (LÉVI-STRAUSS, 2006). Esses saberes, herança da ancestralidade, ao serem transmitidos para outras gerações, contribuem para a permanência viva da cultura, contribuindo para a manutenção das formas de vida das sociedades tradicionais (MOREIRA, 2007).

O tradicional não se constitui, porém, em um saber estático, passa por um processo de recriação e renovação (HOBSBAWM, 2002), sem deixar, contudo, de ser tradicional. Essa assertiva se faz realidade na pesca artesanal em que pescadores e pescadoras estão constantemente renovando suas práticas e técnicas promovendo, assim, uma reinvenção de sua identidade (FRAXE, 2009).

A afirmação encontra abrigo na realidade das pescadoras e pescadores do Remanso quando fazem referência às práticas de captura, deixando claro que os conhecimentos como constituidores da identidade sofrem transformações com o passar do tempo para se adaptarem a uma nova realidade:

Não pescamos mais como antes, naquela época era mais fácil, hoje tem pouco peixe e o peixe está mais esperto, na safra é mais fácil, todo mundo pega, depois fica mais difícil, temos que ser espertos para pescar alguma coisa, primeiro era só deixar a malhadeira, ia tirar estava cheia, hoje não, tem que ficar olhando, mudando de lugar, tem

³¹ Algumas mulheres revelaram ter aprendido com os pais, mas aprimorado com o marido ou companheiro; essa abordagem será melhor desenvolvida no decorrer desse trabalho.

que ter técnica, usar os arreios de acordo com o peixe (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

Assim, a busca por alternativas que possam oferecer melhores possibilidades de captura do peixe, presente não só no uso de novos equipamentos, mas na atitude dos pescadores e pescadoras frente à situação, conforme acima narrado, revela que os conhecimentos tradicionais passam por transformações que os aprimoram de acordo com o contexto social em que estão inseridos. Esse processo, que na narrativa dos pescadores e pescadoras do Remanso consiste em acrescentar novas técnicas de captura aos conhecimentos existentes, contribuem para que haja a reformulação dos conhecimentos da tradição e a reconstrução identitária.

Um dos fatores que contribuem para a reconstrução da identidade do pescador artesanal amazônico é a modernização do setor pesqueiro por meio da inserção da tecnologia em todo o processo da pesca artesanal, desde captura, retratado nos apetrechos modernos utilizados, passando pelo processamento, até chegar ao armazenamento e comercialização do pescado.

Em nossa observação durante o trabalho de campo notamos que o trabalho das pescadoras e pescadores artesanais está envolto a uma “combinação entre o moderno e o tradicional” (GIDDENS, 1990, p. 37). O moderno pode ser exemplificado pelo uso da malhadeira, do barco motorizado, da rabeta e principalmente do gelo, pois são elementos que antes não faziam parte do universo da pesca, sendo incorporados pela modernização do setor pesqueiro. Apesar da incorporação do moderno, o tradicional não deixa de existir e está representado, pela canoa, arpão, flecha e outros elementos característicos da tradição pesqueira.

Fraxe et al. (2009) nos lembra que as consequências da modernidade atuam diretamente na construção e reconstrução de uma suposta identidade regional na Amazônia. Segundo a autora, embora o homem amazônico procure ainda manter suas práticas tradicionais, até então principais constituidoras de sua identidade, recebe influência direta da sociedade urbano-industrial. O ritmo das mudanças imposto pela modernidade e o campo de sua abrangência está na ordem da descontinuidade pregada por Giddens (1990). Para o autor, embora as civilizações tradicionais possam ser consideradas mais dinâmicas que outros sistemas pré-modernos, não se compara à rapidez das mudanças impostas pela modernidade.

Dessa forma, dada a natureza da modernidade em promover mudanças extremas, os conhecimentos da tradição tornam-se algo em movimento, que repassados de geração em

geração vão evoluindo à medida que são repassados, transformando-se em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas (ANDREOLI, 2007, p. 47).

Importa realçar, contudo, que os conhecimentos reformulados não são incorporados de imediato no cotidiano dessas populações. Observamos, no Remanso, que, principalmente as mulheres pescadoras, tendem a conservar por mais tempo as técnicas aprendidas no passado, e somente aos poucos começam a se adaptar ao novo; esse detalhe emerge das falas de algumas pescadoras ao afirmarem:

[...] as mulheres pescam nos mesmos lugares que o homem, fazem o mesmo trajeto, às vezes vão duas mulheres quando não tem parceiro. Alguns arreios eu não uso, (tarrafa de balão) essa aqui não dá é muito pesada, a primeira vez que fui jogar, foi eu pra um lado, ela ora outro. Ele (falando do marido) usa bastante, aprendeu a usar com o pai dele, é boa por que vai buscar o peixe lá no fundo, não escapa nada. Eu pesco de espinhel, de malhadeira. (Pesquisa de campo, 2019).

Esses relatos evidenciam que algumas mulheres, apesar de traços da modernidade presentes na pesca artesanal, ainda preservam técnicas antigas de captura contribuindo para a permanência dos saberes da tradição.

3.1. A família e os saberes da tradição

A abordagem da construção dos saberes inerentes à pesca artesanal, como parte do processo de inserção da mulher nessa prática tradicional nos levou a dialogar com trabalhos que apresentam estudos a respeito da transmissão e permanência dos conhecimentos, entre as populações tradicionais, a partir do contexto familiar. Estudos como de Garcia et al. (2007), Garcia (2007), Wagner (2014) e Ribeiro (2017) orbitam a transgeracionalidade, processo de transmissão, entre diferentes gerações, de conhecimentos da tradição construídos e consolidados ao longo da história do grupo familiar (FALCKE e WAGNER, 2014). Vieira(2011) referenciado por Ribeiro (2017) afirma que é por meio da transmissão e perpetuação de saberes que os grupos sociais asseguram a manutenção e continuidade de sua cultura e reprodução social, criando mecanismos capazes de atuar como transmissores e reprodutores de conhecimentos e identidade; pois “as relações estabelecidas com a família na qual se nasce são as mais importantes da vida e vão representar a base do comportamento futuro” (FALCKE e WAGNER, 2014, p. 25).

As populações tradicionais constroem seu modo de vida na relação homem/natureza explorando-a produtivamente, assim organizam seu trabalho e forjam suas relações sociais (ALENCAR, 1993). Como em grande parte das comunidades pesqueiras amazônicas, a pesca

é a principal atividade produtiva das famílias do Remanso, sendo praticada desde criança por homens e mulheres, é um saber tradicional cujos ensinamentos são repassados por meio da tradição oral (DIEGUES e ARRUDA, 2000).

Uma das características da pesca artesanal, além do pouco uso da tecnologia e baixo custo da produção, é a importância da família como unidade de produção e consumo (MALDONADO, 1986). A família caracteriza-se por ser o espaço primeiro das relações sociais entre os indivíduos, é nesse templo de sociabilidade que se inicia o processo de educação por meio das relações estabelecidas nos cotidianos sociais e comunitários nos quais a família está envolvida (GARCIA et al., 2007). Nela, como lugar de interatividade, são criadas as condições necessárias para a transmissão dos costumes, crenças e valores que constituem o modo de vida das várias gerações. É na família, no contato com o ambiente natural, que as práticas artesanais utilizadas pelos pescadores, são transmitidas e apreendidas (DIEGUES, 1994).

Ancorada nos ensinamentos de Bronfenbrenner (1979; 1996), para quem as relações de aprendizagem no seio familiar ocorrem por meio de “díades desenvolvimentais”; Garcia (2007) encontra amparo para o entendimento do processo de transmissão cultural nas famílias de pescadores artesanais por meio das relações diádicas. Essas se configuram quando “duas pessoas prestam atenção nas atividades uma das outras e delas participam”, ocorrendo, dessa forma, a transmissão dos conteúdos culturais entre as gerações. É na prática cotidiana da família que se estabelecem essas relações; os conhecimentos são transmitidos e assimilados por meio das diferentes formas que assumem as díades na interação entre os membros do grupo familiar, denominados processos proximais (BRONFENBRENNER e MORRIS, 1998 apud GARCIA, 2007).

A partir de uma apropriação dos achados de Garcia (2007), relacionamos o processo de transmissão dos saberes da pesca no Remanso às diferentes formas de manifestação das díades desenvolvimentais.

- **Díade observacional:** é caracterizada pela relação de interatividade em que um sujeito observa a atividade desenvolvida por outro, ao mesmo tempo em que este sabe que está sendo observado. No Remanso podemos identificar essa relação diádica na fala de uma das pescadoras ao afirmar “*eu aprendi a pescar com meu pai, ia com ele pro lago e ficava olhando, aprendi só olhando*” (Pesquisa de campo, 2018).

- **Díade de atividade conjunta:** caracterizada pela interação entre duas pessoas no desenvolvimento de determinada atividade, essa relação favorece o aprendizado e a continuidade da atividade mesmo quando uma das partes estiver sozinha na prática cotidiana. Essa interação se manifesta na fala de uma das pescadoras do Remanso ao afirmar que começou a pescar com o pai, mas foi com o marido que aperfeiçoou os conhecimentos: *“Eu ia com meu pai, mas depois que casei foi que eu comecei a pescar mesmo, faz vinte e sete anos que estamos nessa vida de pesca, o que eu aprendi foi com ele”*. (Pesquisa de campo, 2018).
- **Díade primária:** caracterizada pela presença na lembrança de cada sujeito das pessoas e das relações entre elas estabelecidas, demonstrando que ainda há influência dessa interação nas atividades praticadas. *“Meu pai foi que me ensinou. Eu aprendi pescar com ele, de caniço, de malhadeira [...], foi meu incentivador. O que eu sei aprendi com ele”*. (Pesquisa de campo, 2018).

A transgeracionalidade, por meio das díades desenvolvimentais está presente na transmissão dos saberes da pesca no Remanso; grande parte das pescadoras e pescadores ouvidos revelou que esses conhecimentos lhes foram repassados por membros do grupo familiar, revelando que é a família o espaço onde há a construção e transmissão dos saberes e valores necessários à convivência entre seus membros e à manutenção dos laços culturais.

A respeito da construção e transmissão dos conhecimentos da pesca artesanal no ambiente familiar, Maldonado (1986), sustenta que

[...] através do conhecimento que tem da natureza que explora para sobreviver e do seu trabalho no mar, o homem se apropria, de determinadas maneiras, dos ambientes produtivos e do mundo em que vive. Essa apropriação se realiza no processo de trabalho e o ultrapassa, pois inspira modos de ser e de estabelecer relações sociais, de constituir família, de organizar o trabalho (MALDONADO, 1986, p. 07).

As organizações dos trabalhos a partir das diferentes maneiras de apropriação dos recursos naturais como forma de sobrevivência dão o tom na maneira como ocorre a transmissão dos conhecimentos dentro do grupo familiar, é nessa relação com o ambiente natural e apropriação dos ambientes produtivos que esses agentes constroem e transmitem os saberes que constituem e organizam seu modo de vida.

Vejamos o que se pode abstrair sobre isso a partir da fala de uma das pescadoras do Remanso.

Quando pescava com meu pai, pescava perto de casa, tinha muito peixe, usava caniço e malhadeira pequena, ia de canoa. Eu vim pescar no Amazonas depois que casei, é diferente, [...] agora pesco de noite também, antes não. (Pesquisa de campo, 2018).

Essa afirmação não revela apenas o caráter patriarcal da transmissão geracional de saberes, mas demonstra as diferentes formas de organização do trabalho a partir do domínio que exerce sobre o ambiente natural, revelados nos instrumentos e locais dos quais se apropriavam para pescar. Essas diferenças, representadas nas técnicas utilizadas, no uso de determinado apetrecho e na apropriação dos espaços produtivos indicam como cada agente lida com o ambiente, organiza seu trabalho e transmite aos demais membros do grupo. Outro aspecto que nos é permitido identificar nessa manifestação é a relação diádica primária (BRONFENBRENNER e MORRIS, 1998 apud GARCIA, 2007) por meio da qual a pescadora mantém na memória os ensinamentos repassados por seu pai, mostrando que eles ainda exercem influência nas suas práticas.

Giddens (2002) ao reflexionar sobre tradição defende que esta envolve o ritual por meio do qual se assegura a conservação da natureza, atua também diretamente na manutenção da memória coletiva e das características do saber tradicional. O autor faz referência à figura do guardião da tradição como aquele que se destaca por ter acesso privilegiado à verdade e por ele se manifesta em suas práticas.

Na pesca artesanal a transmissão dos saberes recai sobre aqueles que desenvolveram, dominaram e até aprimoraram esses conhecimentos ao longo dos tempos; são eles que carregam consigo a marca da credibilidade e da confiança conquistados face aos conhecimentos e saberes acumulados, creditando-lhes com isso a missão de repassá-los às novas gerações. O ato de ver, entender, imitar e aprender, nos ensinamentos, constituem a base do processo de transmissão dos conhecimentos entre as gerações; esse procedimento encontra credibilidade na sabedoria presente no ato de fazer daquele que ensina (BRANDÃO, 1984).

Diegues(1983) em um dos seus estudos sobre pesca artesanal a compara a outras formas de artesanato para afirmar que o domínio da arte de pescar requer um tempo maior de experiência em uma comparação com outras formas de artesanato; avança ainda na analogia para concluir que, diferente de outro artesão, é imperativo que o pescador domine o manuseio de instrumentos diversos empregados na captura de diferentes espécies.

Se os saberes transmitidos de uma geração a outra concorrem para a perpetuação e manutenção da identidade cultural de determinado grupo social, isso não assegura que os

conteúdos repassados permaneçam imutáveis no decorrer dos tempos; a isso, deve-se o fato de que as gerações sofrem influências do contexto sociocultural por elas vivenciado (GARCIA, 2007). Assim, os valores podem ser mantidos de acordo com sua relevância para determinada geração, ao mesmo tempo que novos podem ser incorporados impulsionados pelos avanços sociais (FALCKE e WAGNER, 2014).

Para constatar a assertiva a respeito das mutações pelas quais passam os saberes passados entre gerações, recorreremos mais uma vez aos relatos de algumas pescadoras do Remanso para quem ser pescador hoje, viver da pesca, ou até sobreviver desse ofício, requer mais tempo de dedicação e emprego de novas técnicas de captura.

De lá pra cá eu pesco mais, dobrou, por que antes agente pescava só pra comer agora já pesca pra vender. O conhecimento foi aumentando, antes era caniço e malhadeira, agora tem outros, ainda pesco pacú de caniço. [...] O peixe está mais escasso, tem que ficar mais tempo pescando para poder encher uma caixa, primeiro a gente colocava a malhadeira quando ia olhar estava cheia, de um tempo pra cá ficou mais difícil, agora tem que pintar a malhadeira por que na água preta o peixe encara (na água preta o peixe enxerga a malhadeira branca), tem o tintol, a casca do murici, a casca do piquiá, que a gente coloca na água para pintar a malhadeira (Figura 2), (Pesquisa de campo, 2019).

Pra pescar tem que ter conhecimento, experiência, ter técnica, se eu vou praquele lado tenho que levar uma malhadeira pra branquinha, pra curimatã, a pacuzeira, se eu levar só um tipo de malhadeira não dá certo, tem que levar a 0,25 para peixe miúdo (Pesquisa de campo, 2019).

Figura 12 – Arreios de pesca (malhadeira para água branca e para água preta, espinhel).



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Embora as novas configurações sociais conduzam a alterações dos padrões culturais construídos e perpetuados no seio familiar levando a busca de novos modelos pelas diferentes gerações (FALCKE e WAGNER, 2014) os conhecimentos e valores transmitidos não perdem sua validade na construção da identidade cultural desses agentes, pois é alicerçado neles que direcionam suas ações.

Se o domínio do manuseio de apetrechos diversos de acordo com as diferentes espécies a serem capturadas, conforme relatado acima por uma pescadora, impera na pesca artesanal (DIEGUES, 1983), a adaptação desses apetrechos (Figura 2) e de técnicas de captura compõem o modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais do Remanso; sendo, dessa forma, os saberes modificados de acordo com o contexto social da geração que o utiliza, sofrendo transformações com o tempo objetivando atender às necessidades de cada época geracional (BENINCÁ e GOMES, 1998).

Roque Laraia (2001), em sua obra, “Cultura: um conceito antropológico”, traz para discussão o entendimento que se tem de cultura, sua manifestação, percepção e interferências no modo de viver de grupos sociais. Para o autor:

[...] O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas

corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado de uma ação de uma determinada cultura (LARAIA, 2001, p. 36).

Dessa forma os saberes inerentes à pesca artesanal e todo seu processo de transmissão geracional, transformação e adaptação aos novos contextos vivenciados pelas novas gerações são produtos da dinâmica que compõe o sistema cultural desses agentes sociais.

A partir da assertiva de que nenhuma sociedade é estática, Laraia convida ao entendimento de que a cultura é dinâmica, embora esse dinamismo seja menos perceptível em algumas sociedades cujo ritmo de mudança é menos acelerado. Entender a dinamicidade de um sistema cultural “é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos” (LARAIA, 2001, p. 52). Ao afirmar que hoje “não se pesca mais como antes, tem que ter boas técnicas, criar outras formas de pescar para não voltar para casa sem nada”(Pesquisa de campo, 2018), soa nas palavras da pescadora que os saberes transmitidos pelas gerações anteriores sofreram transformações e hoje se apresentam reconstruídos e adaptados em sua forma de aplicação, sem, contudo, serem desprezados em sua forma primeira de transmissão.

Essa necessidade de reconstrução e adaptação dos saberes, presente nos relatos das pescadoras, deve-se sobretudo a diminuição do estoque pesqueiro, consequência da pesca predatória na região. Nas palavras de uma pescadora local a intensa atuação de barcos de pesca é fator preponderante para a escassez dos recursos pesqueiros:

De um tempo pra cá ficou mais difícil, não tem mais muito peixe. A gente que vive disso sabe como é que é ficar o dia todo pra lá (pescando) e não pegar quase nada. Esses barcos aí acabam com tudo. Um dia eles cercaram o lago de ponta a ponta, não escapa nada (Pesquisa de campo, 2019).

Dessa forma a utilização de instrumentos e práticas consideradas predatórias não respeitando os limites dos ambientes lacustres traz “consequências perversas sobre a reprodução das espécies e o repovoamento da própria fauna aquática” (WITKOSKI, 2007, p. 304).

Os conhecimentos tradicionais são construídos a partir de um processo dinâmico resultante de significados formadores de um conjunto simbólico presente e compartilhado em determinado grupo social; essas “teias de significados que amarram o homem” (GEERTZ, 2008, p. 4), vão sendo tecidas ao longo dos tempos, sofrendo transformações, adaptações e com isso se renovando; a renovação ocorre quando diferentes significados são a elas incorporados por aqueles que desenvolvem novos conhecimentos e os transmitem aos demais

membros do grupo.

3.2. A mulher pescadora e a transmissão dos conhecimentos tradicionais.

A abordagem sobre como ocorre a transmissão dos saberes da pesca artesanal objetivando a inserção das mulheres nessa prática buscará o entendimento da presença das trabalhadoras da pesca nesse fenômeno, tanto como receptoras dos conhecimentos quanto como transmissoras no exercício prático do ser pescadora no Remanso.

Embora seja a pesca artesanal uma prática que por muito tempo esteve associada ao fazer masculino, subjugando a participação feminina a de ajuda ao homem, a mulher sempre esteve, de alguma forma, envolvida com todo o processo do trabalho, não sendo diferente quando na tarefa de ensinar aos filhos os saberes necessários ao trabalho pesqueiro.

É comum entre as populações tradicionais, como a de pescadores, a transmissão de saberes entre as gerações como forma de assegurar a reprodução da prática pesqueira e a manutenção da identidade cultural, e por se tratar de um processo que faz parte também da formação de novas gerações, envolve, não só o pai e a mãe mas todo o grupo familiar.

A transmissão dos conhecimentos inerentes à pesca artesanal comporta no mesmo ato o trabalhar e o ensinar, pois é durante o processo de produção em que envolve, em geral, todo o grupo doméstico, que os pais, ou outros membros da família, atuam como transmissores dos saberes aos novos membros do grupo familiar.

Diferente de outros processos de ensino e aprendizagem em que alguém busca o conhecimento para ampliar sua capacidade de atuação em determinada área; na pesca, a transmissão dos saberes ocorre no cotidiano, muitas vezes sem que a parte detentora do conhecimento eleja determinado momento para que se dedique a essa transmissão, pois é no cotidiano do pescador que o processo ocorre naturalmente (FURTADO, 1993). É durante o processo de trabalho na pesca, quer na captura ou na confecção e reparo de apetrechos, no processamento ou comercialização do pescado, em que está envolvido o grupo doméstico, que a transmissão dos conhecimentos ocorre.

Há ainda, em algumas situações, a participação de membros diversos da família, como tios, sobrinhos, primos e outros; essa interação social no trabalho, fortalece os laços de solidariedade por intensificar as relações familiares, além de contribuir para o repasse dos conhecimentos sobre a pesca, pois é nesse momento que eles são transmitidos pelos mais velhos e assimilados pelas novas gerações (CASTRO, 1999); é o processo de formação do

pescador por meio do trabalho, e nele está a mulher diretamente envolvida.

Estabelecendo uma relação análoga aos ensinamentos de Saviani (2007) a respeito dos princípios ontológicos do trabalho e sua relação com a educação, as formas tradicionais de trabalho na pesca e a transmissão dos saberes a ele inerentes, ao proporcionarem ao pescador e pescadora, por meio do trabalho, a produção e reprodução de sua existência, também promovem sua formação, pois é pelo trabalho na pesca que eles se formam, tornam-se pescadores e atuam na formação das novas gerações de pescadores e pescadoras. O processo de trabalho é também um processo educativo.

Os dados obtidos por meio da observação direta, entrevistas, e ainda em conversas com as pescadoras, revelam que o contato das trabalhadoras da pesca com os saberes necessários à prática pesqueira sofre variações de acordo com a composição do grupo familiar e a forma como organizam o trabalho na pesca. Identificamos, com isso, que as mulheres que revelaram ter aprendido a pescar com os pais são de famílias em que todo o grupo familiar está ou estava envolvido com a pesca, são as pescadoras com mais tempo de atividade pesqueira, cuja família fazia de seu trabalho também a oportunidade de repassar os conhecimentos constituidores de sua identidade cultural; essas mulheres em sua maioria continuam vivendo da pesca, ora acompanhando o marido, ora pescando sozinha, como nos revela uma delas:

Desde cedo eu pescava, aprendi com meu pai, pescava de caniço, malhadeira, arpão, depois eu casei eu passei a pescar com ele, até um dia ele disse: e agora como vou pescar só eu³², por que nós vamos no bote e o bote é grande (Pesquisa de campo, 2019).

Por outro lado, há pescadoras que receberam os conhecimentos, contudo não os utilizam na prática intensamente, pescam raramente, mais na “safra³³” (Pesquisa de campo, 2018), acumulam menos tempo de pesca e geralmente não costumam sair sozinhas para pescar.

Essa realidade encontrada no Remanso revela que há famílias que embora pratiquem a pesca, por motivos diversos,³⁴ não envolveram as mulheres nas atividades pesqueiras a ponto de se tornarem pescadoras, limitando-as ao conhecimento por meio da observação, não

³² Esse comentário tem referência com o fato de a pescadora ter começado a trabalhar como merendeira na escola da comunidade, o que a impede de sair para pescar todos os dias com o marido.

³³ Para os pescadores do Remanso a safra é o período correspondente aos meses de agosto a outubro quando se intensifica a pesca do peixe liso e outras espécies.

³⁴ Observamos que em algumas famílias, embora as mulheres recebam os conhecimentos inerentes à prática da pesca artesanal, seus pais preferem que elas se dediquem aos estudos; alguns alegam que acham perigoso, suas filhas ficarem expostas ao sol, chuva e a outros fatores que podem causar danos à saúde

aprimorados por elas na prática. Essas mulheres, desde cedo, desenvolveram os saberes referentes às atividades reprodutivas; e aos poucos, dependendo da situação de cada família³⁵ passam a praticar e até aprimorar os poucos conhecimentos adquiridos necessários ao trabalho na pesca.

Quando eu morava com meus pais nem sabia o que era pesca, trabalhava na agricultura. Comecei a pescar depois que casei, comecei a ir na popa com ele (marido), depois que fui gostando não dormia mais em casa, só parei depois que nasceram os filhos, depois que parei de fazer filho voltei a pescar e pesco até hoje (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

Eu comecei a pescar com meu pai, ele foi meu incentivador, hoje pesco com meu marido. Posso dizer que aprendi com os dois, né (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

Os dois relatos acima revelam situações distintas a respeito da inserção da mulher na pesca artesanal. No primeiro caso estamos diante de uma situação em que a mulher é inserida na pesca não de forma natural em virtude de ter sido criada e educada em uma família de pescadores em que os saberes são transmitidos como forma de manutenção da tradição cultural do grupo; há, no entanto, uma situação nova que vai conduzi-la a esse processo de transmissão como receptora dos conhecimentos. É a convivência diária com quem vive da pesca, no caso do marido, que lhe proporcionou adquirir os conhecimentos necessários para a prática da pesca artesanal.

No segundo relato há a indicação clara de um processo de transmissão geracional em que o pai é o detentor dos conhecimento e assume a missão de repassá-los aos filhos; esses conhecimentos são complementados com a atuação, agora, do marido no processo, proporcionando, quem sabe, o aprimoramento desses conhecimentos visando a atender a nova realidade em que estão inseridos.

A narrativa das mulheres pescadoras nos permitiu conhecer sua atuação como receptoras dos conhecimentos relativos à pesca e também como transmissora desses saberes.

Ao abordarmos o processo de transmissão dos saberes em que a mulher figura na condição de receptora desse processo de comunicação e transmissão de conhecimentos, evidenciou-se que os saberes são transmitidos entre gerações, em que os mais velhos, avós, pais, tios, na condição de detentores dos saberes, repassam aos novos membros da família. Notamos, porém, que em alguns casos a transmissão dos conhecimentos nem sempre está associado a repassá-los com o propósito de tornar o aprendiz pescador ou pescadora, mas um

³⁵ Observamos que não são todas as famílias que procuram repassar os saberes da pesca às meninas, isso varia de acordo com as condições e necessidade de cada grupo familiar.

processo natural em que os filhos também aprendem esse ofício na convivência diária, acompanhando os pais, embora não tenham a intenção de praticá-lo. Nesse caso o processo de transmissão e aprendizagem ocorre pela observação e convivência, não avançando para o campo da prática onde podem ser testados e aprimorados.

Esse contexto pode servir, em nosso entendimento, para explicar a fala de alguns pescadores e pescadoras do Remanso afirmando que “pescador é quem vive da pesca”(Pesquisa de campo, 2018), pois o pescador, principalmente hoje com a acentuada escassez do pescado, precisa, além de aprimorar os conhecimentos e técnicas de captura, defender a conservação dos recursos pesqueiros e a reprodução das espécies.

Parece-nos que a realidade acima descrita é característica do grupo de mulheres pescadoras que revelou ter aprendido com seus maridos/companheiros as técnicas de manuseio dos apetrechos utilizados na pesca artesanal. Para elas, mesmo acompanhando os pais em algumas oportunidades, o aprendizado se deu com o marido por meio da prática, pois quando as filhas acompanham os pais, na maioria das vezes está presente só a observação como meio de aprendizagem, não ocorrendo a prática, fundamental para o aperfeiçoamento dos conhecimentos.

Nesse cenário a filha ainda não precisa ter os conhecimentos sobre pesca aprimorados, pois depende dos pais a quem compete prover o sustento da família; porém depois que passa a viver com o companheiro/marido cuja principal fonte de sobrevivência da família é a pesca, essa mulher irá precisar aperfeiçoar na prática os conhecimentos aprendidos com os pais para poder ser considerada pescadora, “aquela que vive da pesca”. Aí, pode estar, em nossa análise, explicação para a afirmação de que os companheiros/maridos também as ensinaram a pescar.

O processo de transmissão de conhecimentos para a inserção na pesca artesanal das mulheres do Remanso parece estar envolto a um contexto sociocultural em que não se concebia, em uma comunidade de pescadores, que às meninas fossem transmitidos conhecimentos a respeito de determinada atividade que por tradição deveriam ser desenvolvidas somente pelos homens, como no caso da pesca. A esse respeito, Furtado (1993) já mencionara em seu estudo sobre a pesca na Amazônia que os meninos sempre acompanhavam os pais ou parentes desde cedo no processo de captura, já desenvolviam pequenas tarefas; as meninas, contudo, não participavam desse tipo de atividade, ficavam restritas ao trabalho doméstico, dentre as quais ajudar a mãe nas tarefas da casa, cuidar dos irmãos e tratar os peixes que o pai trazia do lago.

Como citado anteriormente, o processo de transmissão dos conhecimentos ocorre de forma natural, muitas vezes não havendo a intenção de sua transferência entre os membros de determinado grupo familiar (FALCKE e WAGNER, 2014); assim apesar de algumas mulheres afirmarem nas entrevistas que não aprenderam com os pais, mas o acompanhavam em algumas ocasiões, o aprendizado estava em curso por meio da observação, mesmo não sendo essa a intenção das partes.

Constatamos, por meio das entrevistas, que há famílias em que as mulheres não praticam a pesca, preferindo, ou tendo a oportunidade de trabalhar em outro ramo de conhecimento, isso não significa, porém, que a elas não foram repassados os saberes necessários ao trabalho na pesca, pois eles são transmitidos em todas as ocasiões em que alguém acompanha, observa ou auxilia em determinado trabalho; dessa forma até quando os pais, não querendo deixar os filhos e filhas sozinhos, os levam para a pescaria, estarão, ao inseri-los no ambiente de sua prática cotidiana, promovendo o contato com os saberes dessa profissão e conseqüentemente os transmitindo. Essa forma de contato com os conhecimentos da pesca sempre emerge dos relatos das pescadoras quando afirmam terem aprendido acompanhando os pais ou olhando eles fazerem: “nós (irmãos) ía com eles, pra roça, pra pescar, ajudava em tudo, aí ia aprendendo, a gente via como era e aprendia” (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

Nesse contexto ocorre um processo de aprendizagem por meio da observação, pois a presença dos filhos acompanhando os pais no trabalho os coloca em condições de acompanhar o processo de captura e conseqüentemente assimilar conhecimentos necessários à prática pesqueira. Assim, as palavras de uma pescadora do Remanso afirmando “aprendi a pescar olhando sem que a mãe ou pai ensinassem” (Pesquisa de campo, 2018) revela que a transmissão dos conhecimentos tradicionais ocorre também por meio da observação, mesmo quando o observar não fora utilizado com o propósito de aprender.

A respeito da transmissão dos conhecimentos pesqueiros, Ramalho esclarece que,

O conhecimento pesqueiro – traduzido em suas formas de gestão – é patrimonial, ancestral, que transborda de geração a geração, tanto pela força da oralidade, como no ato de ver alguém mais velho pescando. É, a partir daí, que os segredos aquáticos são revelados aos mais novos, e que se entende as artimanhas das águas. (RAMALHO, 2004, p. 64).

Acrescenta ainda,

Ver, fazer e conservar na mente o aprendido é o caminho para se tornar um pescador. De fato, essa aprendizagem nunca foi feita diferentemente, porque a sua rotina sempre foi essa, passando de avô para o pai, do pai para o filho, dos mais velhos para os mais jovens [...], (RAMALHO, 2004, p .64).

Outro aspecto evidenciado nas falas das mulheres é a influência das funções sociais e de gênero desempenhados pelos membros da comunidade no processo de transmissão dos saberes. As relações de gênero sempre estiveram presentes nas comunidades pesqueiras influenciando todo o processo produtivo, operando desde a transmissão dos conhecimentos aos membros do grupo familiar; nesse contexto o homem assume o papel de ensinar aos filhos os conhecimentos necessários para que se torne um pescador; dessa forma, desde cedo o menino é iniciado na prática pesqueira ao acompanhar os pais na pescaria (FURTADO, 1993); por outro lado, sob os cuidados das mães, as meninas são ensinadas a desempenharem os papéis sociais pertencentes a elas nas comunidades de pescadores, é sob essa ótica que desde cedo são iniciadas nos afazeres domésticos.

Essa lógica, contudo, conforme conseguimos identificar, sofre alteração no Remanso, pois embora as meninas sejam educadas para as atividades do lar, com o passar do tempo começam a se interessar também pela pesca, uma vez que essa prática está no cotidiano da família. Isso não denota, porém, que ela irá se tornar uma pescadora, pois como afirmamos nas páginas anteriores, é a situação ou o contexto em que se encontra cada família que vai influenciar na opção ou não pela pesca, “aí, elas aprenderam com a gente, eu levava pra pescaria, não tinha com que deixar, né, depois começaram a estudar não dava, Aí, depois que casaram, não iam morrer de fome. Agora, precisa ver, pescam direto, elas estão lá pra dentro dos lagos agora” (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

As relações de gênero como influenciadoras dos papéis sociais nas comunidades pesqueiras emergem nas manifestações das pescadoras como forma de negação de seu papel na transmissão dos saberes inerentes à pesca. A respeito dessa temática, parte da narrativa de uma das pescadoras nos revela que ela não participava do processo de transmissão dos saberes

aos filhos- “meus filhos pescam [...] quem ensina é o pai deles” (Pesquisa de campo, 2018). No entanto, em outro momento afirmara que por um bom tempo, precisou pescar sem a presença do marido, só ela e os filhos, ainda pequenos, pois precisava continuar mantendo o sustento da família enquanto o marido estava impossibilitado de pescar.

Olha só, eu levei seis anos que ele (marido) fez transporte lá pro Marajá, nós ficamos tomando conta disso daí eu e eles, me acompanhavam, os meninos, por causa que o pai deles não podia pescar, me acompanhavam, ele ficava com o bote que era de tolda e a gente ficava prá lá na canoa, por que nós tinha um bote que fazia transporte, a gente passava a noite pra lá, as vezes a gente ficava, passava a noite pra lá, sério, a gente às vezes dormia na beira do Amazonas, dormia não, ficava a noite vendo malhadeira, eu esse daqui (apontando para um dos filhos) [...] (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

Esse relato nos fez questionar novamente sobre o processo de transmissão dos saberes, já que os filhos a acompanhavam durante a pescaria, e até participavam do processo produtivo. Esse fato, sob a ótica das relações proximais de Bronfenbrenner (1979/1996, p. 46), referenciado nos estudos de Garcia (2007), faz parte do processo de aprendizagem pois “sempre que duas pessoas prestam a atenção nas atividades uma da outra ou delas participam” forma-se uma díade desenvolvimental formadora das relações interpessoais existentes no seio familiar, e nas famílias de pescadores essa interação cotidiana permite a reprodução dos saberes necessários ao trabalho na pesca (GARCIA, 2007), já que faz parte do processo de aprendizagem, observar o trabalho do outro. Dessa vez, a resposta foi outra:- “o pai deles, nós né! Nós ensinava, nessa época eu que ensinava, eles iam comigo!” (Pesquisa de campo, 2018).

Ao afirmar de imediato que quem ensinou os filhos a pescar foi o marido, diferente do que podemos inferir a partir de uma análise mais atenta de sua narrativa, estão presentes na fala da pescadora indícios das relações de gênero como orientadoras dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, pois mesmo ela sendo pescadora, detentora, portanto, dos saberes necessários que a habilitam a substituir o marido no trabalho da pesca sempre que necessário, como já citamos anteriormente, não cabe a ela ensinar o filho, pois esse é o papel do marido. Parece-nos evidente, diante dessa realidade, que o mesmo entendimento que associa a honra masculina a sua capacidade de prover as necessidades da família (ALENCAR, 1993), avança ainda mais nesse campo associando-o também ao papel de transmissão dos conhecimentos às novas gerações.

Os trabalhos de Garcia (2007) sobre a educação nas famílias de pescadores apontam para uma “reprodução transgeracional do papel feminino na atividade pesqueira” (p. 47), em

que a mulher não é considerada trabalhadora da pesca, mas auxiliar do marido pescador. Essa afirmação difere da realidade por nós constatada no Remanso, que referenciada em trabalhos como de Maneschy (1995), Alencar (1991; 1993), Scherer (2013; 2015) revela alteração no papel desempenhado pela mulher, pois assume sua condição de pescadora promovendo modificações no modelo por muito tempo reproduzido de que a pesca é uma atividade masculina; sendo, portanto, seu trabalho importante para a organização da produção pesqueira no âmbito do grupo familiar.

A inserção da mulher na captura do pescado, e não como ajudante do marido, alterou também as relações sociais estabelecidas, pois quem por muito tempo foi vista apenas como ajudante e responsável pelos afazeres domésticos, na atualidade é reconhecida pelo poder público que a legitimou institucionalmente (SCHERER, 2013), pela comunidade, e entre elas mesmas.

Na realidade do Remanso, essa condição não lhe é atribuída apenas por que é vista sair cedo na companhia do marido, dos filhos, ou sozinha para enfrentar o rio Amazonas e ir em busca do sustento familiar, mas também por que é detentora de saberes que lhe credenciam ser reconhecida como pescadora.

4 EU PESCO. EU SOU PESCADORA

[...] Olha eu vou logo lhe explicar, primeiro que eu não esperei pelo meu marido, eu estou com 57 anos, mas comigo não tem essa não, eu sou essa pessoa que gosto da pescaria, aprendi com meu pai, então, eu, pesco com meus arreios, tenho minha malhadeira, meu espinhel, mas eu não gosto de ninguém comigo, eu mesmo vou remando e soltando meu espinhel, pesco, puxo peixe de caniço, conserto malhadeira, só não faço muito mais isso aí, por que senão ele só quer já que eu faça, então eu não dou muita essa chance pra ele [...] Eu pesco, acho, desde que eu me entendi (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

Os estudos sobre a racionalidade do homem conduzem-nos ao período em que determinado ser natural, para sobreviver, age sobre a natureza, produzindo, assim, sua própria vida. Diferente de um processo de adaptação ao ambiente natural, característico dos animais, o homem atua sobre a natureza, adaptando-a às suas necessidades (SAVIANI, 2007).

Vários são os aspectos que diferenciam o homem dos animais, podemos distingui-los pela consciência, pela religião, ou por qualquer outro fator revelador dessa diferença. No entanto o marco determinante reside na capacidade do homem de produzir sua vida material por meio da produção de seus meios de vida. A essa ação mediadora do homem com a natureza, comum a todos os indivíduos, reside o sentido ontológico do trabalho (MARX e ENGELS, 1998).

Ao analisar os fundamentos ontológicos e históricos da relação trabalho e educação, Saviani (2007) formula o entendimento de que se é pela ação na natureza que o homem consegue prover suas necessidades, torna-se o trabalho, então, a essência do homem. Diante disso, continua o autor, entende-se que a essência do homem não é produto de obra divina ou dádiva natural, mas sim produzida por ele mesmo. Dito de outra forma:

[...] O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007, p. 03).

O trabalho como atividade vital às necessidades humanas constitui-se em fonte primária de formulação de sentido e realização do ser social. A natureza vital do trabalho é pautada na constante necessidade de relação entre homem e natureza (MARX, 2014), cujo propósito é o atendimento às necessidades do ser social. Entretanto, com as primeiras manifestações do capitalismo, começaram a se estabelecer no seio da sociedade a noção do trabalho como forma de produção de riqueza e crescimento econômico (DO CARMO, 1992).

Em estudo sobre o conceito de trabalho teorizado por Marx e Engels, Cenci (2012) faz

referência a Manacorda (1991) para quem o conceito de trabalho muda de acordo com o contexto em que é empregado, podendo significar a atividade desenvolvida pelo trabalhador, ou o produto dessa atividade, e que o trabalho pode ter dois sentidos: uma atividade vital, ou uma forma de alienação.

Assim, o trabalho humano não deve ser visto apenas de forma romantizada como ação criativa e transformadora, princípio primário da essência humana, pois além desse aspecto, comporta também uma dimensão abstrata que imprime ao homem condição de sofrimento e alienação. “É por meio dessas duas dimensões do trabalho, sem que uma exclua outra, que se deve entender o labor humano” (ANTUNES, 2005, p. 11).

As perdas da utilidade socialmente necessária, tida como fundamental para a realização do ser social por meio de ação produtiva e reprodutiva, continua Antunes, é que torna o trabalho alienante. É o emprego da força produtiva voltado apenas para o capital que o reduz a uma dimensão abstrata; a força de trabalho, torna-se, com isso, mercadoria. São as transformações no mundo do trabalho promovidas pelas relações de produção capitalista que ignoram sua condição de dar sentido à vida, de estabelecer relações de identidade, atribuindo-lhe um sentido em que “o que prevalece não é mais a relação entre os produtores, entre seres sociais, mas a relação entre o que é produzido” (ANTUNES, 2005, p. 40)

A respeito das formas de trabalho na Amazônia, Edna Castro (1999) discute a noção de trabalho a partir de observações sobre sua diversidade de processos e padrões de gestão, estreitamente relacionados, mas que têm sido tratados separadamente pela leitura sobre o assunto. Examina, dentro das modalidades de organização da produção encontradas na Amazônia contemporânea, alguns aspectos do trabalho desenvolvido por populações ditas tradicionais ou organizadas em unidades de pequena produção familiar. Procura compreender as mudanças e surgimento de novas tecnologias empregadas, sem, contudo, dispensar a devida atenção à importância e reprodução dos saberes das populações tradicionais sobre os recursos naturais, que tem servido para a atualização do processo de trabalho em regiões como a Amazônia.

Em comunidades de pescadores, como o Remanso, os pescadores não estão submetidos à relação empregado/empregador, uma vez que os recursos naturais, objeto do trabalho, são de uso coletivo e público. O trabalho envolve todo o grupo familiar em um processo de interação que serve também para o repasse dos conhecimentos pelos mais velhos à nova geração. É o processo de formação do pescador por meio do trabalho.

Na interação do pescador e pescadora com a natureza, esses trabalhadores amazônicos desenvolvem técnicas, buscam alternativas, aprimoram conhecimentos, enfrentam desafios e fazem da pesca seu modo de vida e constituidora de identidade. A produção desses conhecimentos reúne múltiplas dimensões, visíveis e invisíveis, extrapolando os elementos técnicos e englobando o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico (CASTRO, 1999).

O trabalho ocupa um lugar importante na vida das pessoas e da sociedade de modo geral, costuma-se usar como identidade pessoal aquilo que se tem como ocupação, ou seja, o indivíduo é aquilo que faz. O espaço de trabalho e sociabilidade assume fundamental importância na reprodução da existência e na construção da identidade dos sujeitos (CASTRO, 1999); assim, pescadores e pescadoras têm sua característica identitária coletiva forjada no trabalho que desenvolvem na pesca.

A definição de pesca como trabalho de captura nos espaços aquáticos (mar, rios, lagos) realizada pelo homem adotada até o final de século XX, “contribuiu para a formação de uma identidade do homem como pescador” (ALENCAR, PALHETA e SOUZA, 2015, p. 43). Esse entendimento, por muito tempo adotado, não oferecia abrigo à visibilidade da mulher como trabalhadora da pesca, essa realidade ao ser reproduzida, seja por órgãos públicos, acadêmicos ou até mesmo pela população que muitas vezes não conhece o trabalho da mulher como pescadora (GERBER, 2013), negligencia o fato de que o trabalho realizado pela mulher, quer na confecção ou reparos de apetrechos, na captura ou no beneficiamento do pescado faz parte do processo de produção pesqueira de acordo com a Lei nº 11.959 (BRASIL, 2009).

Por muito tempo predominou em comunidades pesqueiras um modelo dual de divisão sexual do trabalho assentada na distinção das tarefas desenvolvidas por homens e mulheres e nos espaços onde se realizavam de acordo com cada gênero (ALENCAR, 1993). Essa realidade contribuiu para que os estudos sobre o trabalho da mulher em comunidades pesqueiras reproduzissem o discurso público que obscurece sua participação no trabalho de produção pesqueira. Para que essa tendência não continue sendo reproduzida é preciso que o pesquisador, em seu campo de observação e análise, tenha o cuidado ao enveredar por esse caminho sob o risco de desconsiderar a importância da mulher nesse ambiente, até então de predominância masculina. (ALENCAR, 1993; WOORTMAN, 1991).

Estudos mostram que a divisão sexual do trabalho prevalece nos ambientes da pesca e diferencia as atividades desempenhadas por homens e mulheres, além de direcionar as responsabilidades de cada um (FONSECA et al., 2016). Nesse sentido, o trabalho reprodutivo

geralmente é associado ao fazer feminino, enquanto o trabalho produtivo, na esfera pública, é de responsabilidade do homem, concepção que tende a conferir maior valorização do trabalho masculino. Contudo, se a desigual distribuição de trabalhos encontra explicação em questões biológicas, sociológica e culturais (FONSECA et al., 2016), são as construções sociais que exercem maior influência nas condições em que vivem homens e mulheres (KERGOAT, 2009).

Essa dinâmica remonta ao avanço do capitalismo que se desenvolveu promovendo uma rígida separação entre o que era considerado espaço público, da produção econômica, e o que pertencia à esfera privada, o espaço das relações pessoais. Embora não representasse, em sua totalidade, a dimensão das relações sociais e conseqüentemente a situação de todas as mulheres, era a percepção predominante, principalmente pela alteração que o desenvolvimento do capitalismo e a industrialização promoveram nas formas de produção e nos arranjos familiares. Essa análise orbita a dinâmica capitalista internacional que, focado no desenvolvimento industrial, combinava uma proposta dicotômica de organização social: a dinâmica da produção (esfera pública) e da reprodução (esfera privada). Esse arranjo alterou a forma de produção dos grupos familiares promovendo uma desvalorização do trabalho realizado no âmbito privado por não estar diretamente associado à lógica mercantil. Dessa forma, vai-se idealizando que o lugar das mulheres é o mundo privado-familiar; longe, portanto, da esfera pública, da produção, privando-a dos espaços de poder e das possibilidades de desenvolvimento econômico³⁶ (UNICAMP, 2015).

As construções sociais estabelecidas que tornam o homem responsável pelo provimento das despesas do grupo familiar, como forma de manter sua honra perante a sociedade (ALENCAR, 1993) contribuem para a invisibilidade do trabalho da mulher no setor pesqueiro, já que sua atuação resta caracterizada como complementar, reforçando, assim, o modelo já estabelecido (GOES, 2008; FASSARELLA, 2008; HIRATA e KERGOA, 2007).

O espaço da mulher no trabalho da pesca artesanal é determinado mais pelas

³⁶ A partir da segunda onda do feminismo, após os anos 1960, desenvolveu-se forte crítica à ausência de uma compreensão do papel econômico do trabalho doméstico na discussão da economia tradicional. O trabalho doméstico é essencial para a “reprodução cotidiana das pessoas” e a família tem sido utilizada como a forma mais barata desta reprodução (que inclui o cuidado, a educação, a manutenção cotidiana, além da própria reprodução biológica). Este é um “aspecto central da contribuição da economia feminista para a crítica ao sistema capitalista, que considera econômico apenas o que está na esfera mercantil, com expressões monetárias e financeiras.” Esta perspectiva foi retomada e fortalecida no final dos anos 1990 com a “constituição das mulheres enquanto sujeitos políticos na luta contra o neoliberalismo e, particularmente, a visibilidade das mulheres rurais como trabalhadoras, [que] tornou pública a reivindicação de reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres como econômico e não como atribuição natural motivada pelo ‘amor materno’” (MORENO, 2014, p. 36, apud UNICAMP, 2015).

construções sociais, do que pela questão simplesmente biológica, embora seja a partir dela que as relações se estabelecem. Nossa incursão no Remanso permitiu-nos constatar que as mulheres desenvolvem os mesmos trabalhos que os homens no processo produtivo, e quando porventura não o fazem, não é por incapacidade, devido sua condição de mulher, mas pelo fato de o marido ou companheiro entender que determinado trabalho, por suas características, apresenta riscos para a mulher pela exposição ao sol, chuva e ventos fortes, sendo mais apropriado que ele assuma, firmando sua condição de provedor das necessidades da família (ALENCAR, 1993).

Essa assertiva se revela quando em conversa com um dos pescadores ele nos diz que a mulher dele sempre pescou, sempre o acompanhou na pescaria: “ela é uma companheira, ela pesca, sempre me ajudou” (Pesquisa de campo, 2018). Atualmente não gosta que ela pesque sozinha, pois acha perigoso; na mesma linha argumentativa se encaixa o relato de uma pescadora ao afirmar: “agora estou indo menos, não estou indo direto por que eles (marido e filhos) não gostam que eu vá, é mais difícil né, ir para dentro do lago, é perigoso à noite, eu já varei muito esses lagos aí (Pesquisa de campo, 2018).

Tal realidade se constitui reveladora de que as identidades de gênero, fortemente arraigadas nas comunidades pesqueiras, assentadas na divisão sexual do trabalho, não mais operam por completo capazes de marcar a divisão bipolar das atividades homem/mulher representando uma divisão rígida das tarefas de acordo com o gênero (ALENCAR, 1993).

Apesar dessa realidade por nós constatada, observamos também que algumas mulheres ainda resistem em afirmar sua condição de pescadora, preferindo repousar na construção social por muito tempo difundida de que o homem pesca e a mulher o auxilia. Alencar (1993) infere que o papel social do homem nas comunidades pesqueiras está diretamente ligado a sua condição de provedor da família que lhe é atribuída pela construção da identidade de gênero, de forma que se não lhe é assegurada essa condição, comprometida estará sua honra perante o grupo social. Dessa forma, a construção social que condiciona a honra masculina ao seu papel de provedor familiar aplaina o caminho para invisibilizar o trabalho feminino, já que “as mulheres tendem a reproduzir o discurso masculino, pois sua identidade é construída a partir de sua alteridade, que é o homem, (ALENCAR, 1993, p. 69); assim, permanece o discurso, reforçado pela própria mulher, que desvaloriza seu trabalho em um contexto social que é caracterizado pelo protagonismo masculino como ocorre nas comunidades pesqueiras.

Apesar do discurso que acomoda a mulher em uma posição de pouco destaque nas comunidades pesqueiras, o que identificamos no Remanso, quer por meio das escutas

individuais ou das observações de seu cotidiano nos permitiu identificar uma realidade direcionada à subversão do modelo perpetuado pela divisão sexual do trabalho.

Sem, contudo, redefinir esse modelo, notamos que há evidências suficientes para que o trabalho feminino não seja posto em segundo plano. Encontramos na fala de alguns pescadores do Remanso expressões que podem ajudar a reconsiderar o entendimento a respeito da importância da mulher na pesca artesanal: “ela é pescadora mesmo”; “pesca mais que o marido dela, agora só ela pesca por que o marido está aposentado”; “ele só pesca com a mulher dele”; “ela é minha parceira de pesca”. Ao falar sobre o trabalho de sua esposa na pesca, outro pescador afirma: “nós pescamos juntos hoje, ela me acompanha, quando eu vou descarregar o peixe ela fica vigiando a malhadeira” (Pesquisa de campo, 2018).

A narrativa acima pode remeter ao entendimento de que a mulher fica apenas olhando a malhadeira enquanto o marido retorna ao ponto de pesca; no entanto ao longo da conversa notamos que o trabalho de “*ficar vigiando*” envolve primeiro não deixar o apetrecho só, sob o risco de ser levado por alguém ou dele retirado o pescado; por outro lado, evita sua perda já que deixá-lo por muito tempo na água é um convite para que os botos possam, além de comer o peixe, danificarem as malhadeiras causando prejuízos. Além do prejuízo material, o tempo de dedicação à pesca seria comprometido pois teriam que deixar de pescar por um tempo para se dedicar aos reparos do apetrecho, como nos revela uma das pescadoras do Remanso (Figura 3).

A gente que pesca mesmo não tem tempo pra outras coisas, olha como agora, a gente não pesca esse peixe que é proibido, no defeso né, a gente faz o seguro da gente, mas se for esperar só pelo seguro, a gente morre de fome, então a gente fica batalhando no peixe liso que não é proibido, é o que agente pesca. Só que essa época, estraga muito, a gente tem muito prejuízo, muito pau no Amazonas, olha essa daqui (malhadeira que estava consertando) está em três pedaços, ontem eu fui lá pra baixo, tava pescando né, engataram no pau aí no Amazonas, ficou em três pedaços, e agora eu vou ajeitar ela que quando ele(marido) chegar pra pescar com ela. [...] navio é muito arriscado já tem cortado várias vezes nossa malhadeira, balsa até que respeita, logo no início não respeitavam mesmo, passavam por cima, agora quando dão com a gente ela desvia, só se não tiver nenhuma luz na bajara que tiver pescando, se tiver ela desvia; agora o navio, mano, não desvia mesmo, passa por cima.

Figura 13 – Pescadora consertando rede de pesca.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Na divisão sexual do trabalho em que a mulher pescadora tem a responsabilidade de tomar conta da malhadeira, ela está exposta aos perigos inerentes o trabalho na pesca; além das fortes correntezas, típicas do rio Amazonas, o sol forte que assola a região, há ainda a presença constante de embarcações de grande porte que navegam na área do Remanso (Figura14) tornando precárias as condições de trabalho a que as mulheres pescadoras estão submetidas.

Figura 14 – Embarcações navegando na área de pesca do Remanso.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Essa realidade, típica das comunidades pesqueiras da região amazônica, retrata bem a importância da mulher no processo de produção pesqueira e não deixa dúvidas da sua condição de trabalhadora da pesca, pois como afirma uma delas “eu pesco, eu vivo da pesca, então sou pescadora (Pesquisa de campo, 2018).

4.1. A mulher pescadora e seu modo de vida

Conforme já descrevemos em páginas precedentes, o modo de vida dos moradores do Remanso é caracterizado por sua relação com a natureza, mais precisamente com o rio, uma relação direta por meio da qual asseguram o sustento da família. Homem e rio são, portanto, “os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia” (TOCANTINS, 1973, p. 280).

Entende-se o modo de vida como um conjunto de ações desenvolvidas por determinado grupo social (DERRUAU, 1973). Durante os trabalhos de campo, o contato com as pescadoras do Remanso nos permitiu conhecer peculiaridades de seu modo de vida, como o trabalho, forma de sociabilidade e principalmente a relação com a pesca artesanal.

Um dos aspectos que se manifestaram durante a realização da pesquisa foi o modo como diferentes pescadoras se relacionam com a pesca artesanal. Essa diferença se cristaliza quando passamos a considerar o tempo dedicado à pesca, locais onde pescam, e apetrechos utilizados. Parece-nos que a relação das mulheres com a pesca a partir do lugar onde pescam sofre alteração de acordo com a necessidade de cada grupo familiar, uma vez que

encontramos mulheres que vão pescar sem a presença do marido quando esses estão envolvidos em outros afazeres, pois há a necessidade de se prover o sustento da família. Há, no entanto, aquelas que mesmo sabendo manusear apetrechos e pescar, só saem se for acompanhada do marido, há outras ainda que pescam sozinhas nas proximidades da comunidade (Pesquisa de campo, 2018).

Há mulheres no Remanso que, além da pesca, exercem outras atividades produtivas como a agricultura (Figura 5), outras trabalham como servidoras públicas na escola da comunidade. São mulheres que embora tenham sua história pessoal construída a partir da pesca artesanal, a necessidade faz com que busquem outras experiências que alteram seu modo de vida e conseqüentemente e sua identidade cultural, pois, a partir do que ouvimos na comunidade, ‘ser pescadora é viver da pesca’.

Figura 15 – Produção de derivados de mandioca



Fonte: Pesquisa de campo (2018/2019).

O modo de vida da mulher pescadora, além de aspectos culturais, fundados na naturalização dos papéis sexuais no trabalho da pesca, sofre influência das questões assentadas nas crenças e tradições, que mesmo em parte superadas, ainda compõe o imaginário popular das populações tradicionais. A crença na panema³⁷, por exemplo, por muito tempo evidenciou a mulher a partir de sua suposta impureza, sendo responsável por

³⁷ Para Galvão (1976, p.81) o conceito de panema passou para o linguajar popular da Amazônia como o significado de má sorte, desgraça, infelicidade. Assim, as mulheres, principalmente durante o período de menstruação, não podiam nem tocar nos apetrechos de pesca, pois estavam impuras e isso poderia trazer todo tipo de má sorte para o homem durante a pesca.

toda a falta de sorte do pescador, tornando, assim, imprópria sua participação nas atividades pesqueiras (GALVÃO, 1976). Contudo, essa questão, especificamente, parece não mais atuar como outrora, pois o que ouvimos no Remanso, de trabalhadoras e trabalhadores da pesca, é que hoje a preocupação com a saúde da mulher pescadora está acima da crença em suposta impureza causadora de desgraça e infelicidade, por isso procuram evitar, durante o período de alteração fisiológica do sistema reprodutivo, a exposição às condições climáticas da região como sol e chuva (Pesquisa de campo, 2018). Essa situação contribui para a diversidade do modo de vida das mulheres do Remanso, pois as crenças, mitos e aspectos religiosos e espirituais são elementos limitadores do modo de vida (DERRUAU, 1973).

As questões culturais que afastam as mulheres da pesca, fundadas na naturalização dos papéis sexuais, em que a ela cabe o cuidado com os filhos, torna seu trabalho invisível perante a sociedade. Essa realidade contribui para que as próprias mulheres não se valorizem enquanto agentes de produção na pesca, impedindo-as de afirmarem sua identidade como pescadoras (SOARES, 2012).

Na Amazônia, o modo de vida das pescadoras também está diretamente associado às relações comunitárias estabelecidas, quer com os membros do grupo familiar ou com os demais moradores locais. Essas relações, importantes para a salutar convivência, fazem da comunidade um primeiro reduto de reconhecimento e valorização da mulher pescadora, pois, como afirmam no Remanso, elas são respeitadas pela comunidade, sabem que são pescadoras, assim as consideram e valorizam seu trabalho” (Pesquisa de campo, 2019).

As mulheres pescadoras do Remanso recebem o reconhecimento da comunidade e exercem essa condição com credibilidade pelo trabalho que realizam na pesca. Por vezes muitas conseguimos identificar essa relação de valorização e respeito à condição de pescadoras das mulheres na fala dos próprios pescadores quando afirmam: “olha, aqui as mulheres pescam mesmo, [...] tem umas que vão com o marido, mas tem umas que vão só mesmo, tem umas que quando não tem o parceiro vai com outra mulher” (Pesquisa de campo, 2018).

O trabalho das mulheres na pesca nos permitiu refletir sobre seus costumes, crenças e tradições, procurando entender como se estabelecem e se desenvolvem suas atividades no contexto cultural dinâmico das relações sociais estabelecidas na comunidade.

A cultura tem influência direta no modo de vida de um povo, pois interfere diretamente em seus valores, crenças e costumes. Em uma aproximação com o que teoriza

Geertz (2008), Langdon (1994) afirma ser a cultura um:

Sistema simbólico coletivo, público e expressivo que constitui uma visão de mundo que informa a ação e a prática humana. Para os membros de uma sociedade, a cultura organiza o universo e os ajuda a definir seu lugar frente ao mundo (LANGDON, 1994, p. 23).

A prática humana representada, nos casos das pescadoras artesanais, em suas técnicas de produção, remete a uma unicidade com o simbólico (DIEGUES, 1994); constitui-se, assim, cultura, trabalho e modo de vida, um todo que se influenciam mutuamente; dessa forma refletir sobre o trabalho das pescadoras, consiste em considerar também no seu modo de vida, suas relações socioambientais e a cultura de maneira dinâmica.

Derruau (1973) ao eleger a ação coletiva para conceituar modo de vida, permite-nos inferir que o modo de vida está diretamente ligado a um conjunto de ações praticadas por determinado grupo social como forma de assegurar sua existência. No caso das mulheres pescadoras amazônicas, a pesca e a agricultura, as relações familiares e comunitárias compõem esse conjunto de hábitos. Castro (1997) argumenta que as populações ribeirinhas da Amazônia forjam seu modo de vida a partir de uma multiplicidade de práticas produtivas (caça, pesca, agricultura). Ilustramos essa assertiva com dois fragmentos narrativos de pescadoras do Remanso que exemplificam a diversidade de ações praticadas.

Temos roça, ontem estava pra lá plantando, planta e pesca, não dá para viver só da pesca, por que quando para a pesca, pelo menos a roça ajuda, a gente faz a farinha, às vezes ainda vende uns frascos, dá para a gente comer; é assim que a gente vive (Pesquisa de campo, 2019).

É assim, sete horas eu já estou pescando, pra aproveitar a manhã, por que de manhã é mais que eles pegam, estão eu faço tudinho isso aí. À tarde vou cuidar das minhas galinhas, tem um monte de pinto, pato, aí vou dormir só depois da novela, aí vou pra casa. Agora não pesco mais de noite, minha vida toda foi na pesca, e continuo pescando, por que eu gosto mesmo já aposentada, (Pesquisa de campo, 2019).

As diferentes práticas produtivas (CASTRO, 1997), dentro de uma mesma organização social, fez com que Max Sorre, citado por Derruau (1973) reformulasse seu entendimento tradicional sobre modo de vida ao afirmar que “deixou de existir um modo de vida característico de um dado espaço para se passar a verificar uma multiplicidade dos modos de vida” (1973, p. 175), de acordo com o conjunto de hábitos adotados. Dessa forma, como vimos no Remanso, as pescadoras e pescadores, a partir da organização do trabalho, do tempo a ele dedicado, das diferentes práticas produtivas com as quais se ocupam, estão automaticamente formulando novos hábitos e diversificando seu modo de vida.

Ao fazer referência a Max Sorre para quem “o modo de vida surge como combinação

de técnicas” (1973, p. 170), Derruau afirma que os sujeitos se tornam socialmente diferentes pelo conjunto de hábitos inerentes ao modo de vida de cada um, pois o emprego das técnicas define os hábitos estabelecidos das diferenças.

Analisando esse entendimento a partir do contexto de populações tradicionais amazônicas, como a de pescadores, o conjunto de técnicas empregadas pela mulher pescadora é formuladora de hábitos que a diferenciam socialmente da mulher agricultora, por exemplo, e até mesmo do homem pescador, uma vez que as técnicas de captura, os locais onde pescam, as relações sociais comunitárias e outros fatores são elementos³⁸ criadores ou organizadores do modo de vida (DERRUAU, 1973).

Alguns desses elementos, como mitos e crenças, também identificados por Castro (1997) como organizadores do trabalho entre as populações tradicionais, atuam como limitadores do modo de vida (DERRUAU, 1973). Aplica-se esse entendimento, por exemplo, a determinadas crenças ou ensinamentos tradicionais que obstam a presença da mulher no processo produtivo da pesca artesanal, limitando, assim, seu modo de vida.

4.2. Tempo e lugar da mulher na pesca

Investigar o trabalho da mulher na pesca artesanal requer analisá-lo também a partir do tempo dedicado a essa prática considerando ser ela também responsável pelo trabalho de reprodução familiar o que remete a uma necessidade de conciliação entre o tempo produtivo e o reprodutivo.

A partir das formulações de Thompson (1967) as categorias tempo natural e tempo social, são trabalhadas por Cunha (2000) em uma abordagem cujo objetivo é estudar a conformidade entre tempo e espaço na pesca artesanal. O tempo natural se manifesta predominantemente em comunidades domésticas regulando os afazeres diários, não havendo, nesse cenário, uma demarcação precisa entre tempo de trabalho e de não trabalho, “constituindo-se cada uma dessas dimensões da vida no prolongamento da outra” (CUNHA, 2000, p. 102); já o tempo social encontra nas sociedades capitalistas e industriais maior forma de expressão, parecendo haver nelas melhor precisão na sua demarcação.

Para Thompson (1988) só em comunidades pequenas como de agricultores e pescadores é possível ser alheio ao tempo do relógio, pois nelas as tarefas diárias são

³⁸ Outros elementos atuam como fixadores do modo de vida na medida em que são eles que criam as raízes em que se assenta um determinado grupo: a configuração das povoações e das casas o tipo da propriedade e outros. E ainda que o modo de vida se altere, esses elementos fixadores mantêm-se. (Derruau, 1973, p. 170)

desenvolvidas sob a lógica do tempo natural. A orientação temporal se dá pela tarefa, é nessa lógica que se prioriza o que é necessário, a caça, a pesca, agricultura, os cuidados com a família.

A organização por tarefas só se sustenta, segundo Thompson, quando o trabalho é estruturado em escala doméstica sem grande grau de complexidade, não havendo regularidade nos padrões de trabalho, ocorrendo com naturalidade a interrupção de uma tarefa para dedicar-se a outra sem a preocupação com a precisão cronológica.

Em comunidades pesqueiras como o Remanso a pesca é a condutora do tempo em suas diferentes dimensões, quer econômica ou sócio-cultural, os domínios naturais e sociais que envolvem os pescadores e pescadoras os colocam em ordens temporais distintas cuja consequência é a interferência na dinâmica de organização do trabalho; o tempo social, hoje, interfere diretamente no trabalho de pescadores e pescadoras, essa realidade, porém não deve ser vista com estranheza uma vez que o trabalho na pesca sempre esteve associado a tempos diferenciados em suas diversas modalidades (CUNHA, 2000).

Sem advogar a favor de uma homogeneidade do tempo no passado, até por que não há espaço para essa inferência devido à natureza da pesca artesanal, o que Cunha procura enfatizar é a nova ordenação temporal presente no contexto pesqueiro em que tempo natural e tempo social (mercantil/capitalista) passam a compor o ritmo de trabalho dos pescadores e pescadoras uma vez que,

A ordenação capitalista que rege a sociedade dominante converte quantitativamente o tempo em valor reduzido a dinheiro. O capital passa a pressionar por dentro a atividade pesqueira, alongando o tempo de permanência no mar e regulando o ritmo da produção (2000, p. 103).

A necessidade de conviver com essa nova estrutura temporal integrada à prática pesqueira insere a mulher pescadora em uma dinâmica de trabalho que exige cada vez mais dela adaptação, uma vez que seu tempo também é ocupado pelo trabalho reprodutivo em uma rotina que, por vezes muitas, poderão influenciar, dependendo da composição familiar, na redução do tempo dedicado à pesca, é o que sempre ocorre.

O trabalho na pesca artesanal também está sob a ordem temporal do capital, expresso na relação de comercialização do pescado, por isso o tempo social passa a fazer parte do cotidiano das pescadoras, pois a ele terá que se adequar a partir de uma relação temporal de interdependência que envolverá trabalho produtivo, trabalho reprodutivo, trabalho do marido/companheiro e sua relação com o mercado consumidor, representado, na maioria das

comunidades amazônicas, pelo atravessador.

Apesar do trabalho na pesca estar diretamente associado ao tempo natural (DIEGUES, 1983; CUNHA, 2000), a modernização do setor pesqueiro, assentada principalmente nas relações comerciais, insere na organização do trabalho da pesca o tempo social, cujas ações passaram a fazer parte da vida de pescadores e pescadoras e a direcionar a dinâmica de sua estrutura, fazendo com que precisem, além do tempo natural, sempre presente em suas vidas, adaptar-se ao tempo social, pois,

[...] nas sociedades modernas, as transformações nos modos de uso, representação e valorização do tempo atingem as estruturas mais profundas da atividade humana e institucional, manifestando-se de múltiplas formas nas tomadas de decisão, na organização e planificação institucional, nas interações e na construção das identidades individuais e colectivas (ARAÚJO e DUQUE, 2012, p. 8).

4.2.1. Conciliando trabalho produtivo e reprodutivo

Dentre os diferentes aspectos discutidos, sob a ótica das relações de gênero presente nas comunidades pesqueiras, como trabalho produtivo, trabalho reprodutivo, trabalho ou ajuda, complementariedade, reconhecimento, invisibilidade, produções como de Alencar (1993), Maneschy (1995), Geber (2013), Abreu e Alencar(2017) fazem referência ao uso do tempo na pesca, por pescadores e pescadoras, a partir das relações assentadas na diferença entre os sexos, revelando ser o tempo de trabalho da mulher na pesca dividido entre o trabalho produtivo e o reprodutivo.

A divisão sexual do trabalho impôs, a homens e mulheres, ocupações distintas no campo do trabalho, sendo o homem responsável pelas obrigações com o provimento do lar, enquanto a mulher se reservava aos cuidados domiciliares (HIRATA e KERGOAT, 2007). Nesse cenário, a relação entre o tempo de trabalho produtivo e reprodutivo revela tendências distintas entre homens e mulheres; se para o homem o tempo dedicado à produção é maior em virtude do papel socialmente lhe imposto de provedor da família (ALENCAR, 1993; BOURDIEU, 1999) a mulher, por sua vez, se encarrega de prover a reprodução familiar, empregando maior parte de seu tempo para esse fim.

O uso do tempo nesse cenário remete a uma desigualdade em sua distribuição se analisado a partir da relação estabelecida entre os sexos (DEDECA, 2008), resultando sempre em um cenário de favorecimento ao homem, já que seu tempo é unicentrado, ocupando-se de uma ou no máximo duas tarefas, enquanto o da mulher é fragmentado pelas diferentes tarefas

com as quais se ocupa diariamente (ALENCAR, 1993).

No contexto das comunidades pesqueiras em que as mulheres precisam dividir seu tempo entre o trabalho produtivo e o de reprodução familiar, esse cenário de não equidade na divisão do tempo parece se acentuar a partir de uma análise à luz das relações entre os sexos.

Em pesquisa sobre comunidades que praticam a pesca no mar alto, Alencar (1993) volta sua atenção para a temporalidade dos trabalhos de homens e mulheres como uma variável da divisão de tarefas assim como ocorre com os espaços por eles ocupados na estruturação e organização dos trabalhos. O tempo de disponibilidade de homens e mulheres é o que orienta a temporalidade no trabalho pesqueiro, levando a mulher a dispensar um tempo menor do que o homem em virtude das ocupações com o trabalho reprodutivo. Afirma ser o tempo da mulher adequado ao “ritmo biológico de seu corpo” (p. 09), tornando-o cíclico e limitado. É a fragmentação de um tempo que precisa atender às ocupações as quais a mulher se dedica, distribuindo-o de acordo com essas necessidades, isso impõe limitações ao tempo dedicado à pesca em oposição ao tempo do homem cuja natureza é linear. Dessa forma,

[...] pensar o trabalho da mulher é pensar as formas como organiza seu tempo, pelo estabelecimento cultural da relação do tempo de trabalho com os tempos de seu corpo, do ciclo de vida de seus filhos e com os tempos sociais do trabalho produtivo (ALENCAR, 1993, p. 9).

A organização do tempo da mulher pescadora do Remanso, de acordo com seus relatos e nossas observações de campo, reflete bem o que Alencar identifica a respeito dos fatores que interferem em seu tempo de dedicação ao trabalho produtivo. Viver da pesca, para elas, é superar as dificuldades que se apresentam sobretudo no que se refere a conciliar o tempo com as diferentes tarefas que precisam executar, dentre as quais os cuidados com os filhos e o trabalho na pesca,

[...] depois de ter três filhos que eu comecei andar na popa dele (refere-se ao marido), mas assim pouco ainda, colocava malhadeira com ele, depois que teve mais filho não fui mais, não dava, tinha que cuidar deles, quando eu parei de fazer filho, tomei essa decisão mesmo né (de pescar), por que não tinha outra coisa pra fazer de trabalho, trabalhar a gente trabalha, mas é pouco assim trabalho braçal, na pesca já é melhor para ganhar o dinheiro, pois é mais rápido, a nossa renda é mais da pesca (Pesquisa de campo, 2018).

[...] Não tem horário certo para sair, às vezes 1h, meia noite, pra ver malhadeira, malhadeira ficava n'água direta. Olha, para falar a verdade eu chegava a ficar praticamente o dia todo, olhando malhadeira pescando apapá. Tinha vez que eu ficava só por que eles estudavam (os filhos tinham oito a dez anos). Quando eles não estavam na hora da aula, eles iam também, tinha que levar, não tinha com quem deixar, era assim (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

Esses relatos que refletem bem a realidade das mulheres do Remanso demonstram o que Alencar (1993, p. 9) infere a respeito da influência “*do ciclo de vida dos filhos*” na organização do tempo de trabalho, esse é mais um aspecto que deve ser levado em consideração quando se busca compreender o trabalho das mulheres na pesca, outrora visto como de domínio masculino, de forma que ignorá-lo significa negligenciar um fator relevante para seu entendimento.

Os dois relatos das pescadoras do Remanso nos revelam situações distintas quanto ao emprego do tempo. No primeiro, nos deparamos com uma referência temporal que envolve o tempo do trabalho de reprodução familiar e o tempo de pesca; a mulher, nesse caso, não reúne condições para dedicar-se integralmente à pesca em virtude dos cuidados com os filhos; já na segunda narrativa o que vemos, é o tempo do cuidado com os filhos se prolongando e invadindo o tempo de trabalho na pesca, demonstrando, com isso, ainda não ser possível uma demarcação precisa do tempo nas diferentes tarefas desenvolvidas pela mulher, já que elas se desenvolvem como prolongamento umas das outras (CUNHA, 2000).

Dessa forma, o tempo de pesca da mulher é diretamente influenciado pelo trabalho reprodutivo que lhe é socialmente atribuído, nos impossibilitando de pensar em uma divisão temporal mais rígida entre homens e mulheres no trabalho da pesca, em virtude da fragmentação do tempo feminino (ALENCAR, 1993; MANESCHY, 1995), essa condição é responsável por limitações de ordem temporal na atuação da mulher como trabalhadora da pesca e conseqüentemente de seu modo de vida.

Outros relatos das mulheres do Remanso dão conta de que em algumas situações o tempo de trabalho na pesca é maior em relação ao tempo reprodutivo, isso ocorre à medida em que ela amplia a atuação no trabalho de captura o que implica ficar por um maior período no lago; isso ocorre muitas vezes por conta do crescimento dos filhos que já podem ficar sozinhos ou sob os cuidados de um parente ou vizinho. Contudo, essa ampliação temporal na pesca não vem acompanhado da redução do trabalho reprodutivo, o que promoveria uma equidade entre os tempos; pelo contrário, elas precisam conciliar as diferentes ocupações, muitas vezes, para isso, precisando até sacrificar o tempo de descanso, como relata uma das pescadoras.

É assim, nunca esperei por ninguém. Ele em casa, não vai tirar uma lenha, eu faço meu trabalho todinho, eu faço meu cercado, eu me viro, ele faz o trabalho dele, dizer que ele vai chegar de lá e vai me ajudar, não me ajuda não. Eu o ajudo, mas ele não me ajuda, tudo em casa sou eu que faço (Pesquisa de campo, 2019).

[...] a gente faz as coisas antes de sair, tem que acordar cedo, ou fazer alguma coisa de noite. Hoje eles (os filhos) já dão conta de fazer as coisas, mas quando a gente chega, ainda tem que ver se está tudo bem (Pesquisa de campo, 2018).

Fica evidenciado também com os relatos, que os períodos em que a mulher tem seu tempo ocupado mais pelo trabalho reprodutivo é possível uma marcação temporal precisa; porém, quando esse tempo se amplia e alcança o trabalho produtivo, levando a mulher a estar também nos espaços que outrora era ocupado somente pelos homens, sem contudo haver uma cumplicidade de atuação no sentido de o homem ajudá-la com o trabalho reprodutivo, passa o tempo a ser composto por uma interdependência entre o dedicado aos trabalhos domésticos e o dedicado à pesca, pois o tempo reprodutivo influencia diretamente no tempo produtivo das pescadoras.

Os ensinamentos de Elias (1994; 2000; 2008) nos conduzem ao entendimento de que há transformações tanto na sociedade quanto no comportamento dos indivíduos no sentido de romper com a ideia de antagonismo entre indivíduo e sociedade, levando para o cerne das teorias sociológicas as relações de interdependência.

As relações humanas são explicadas por Elias a partir de figurações que, por meio da rede de interdependência, mostram que a dinâmica social não nos permite conceber o indivíduo isolado em sua individualidade, mas em uma teia relacional e que as interações humanas estão centradas entre o “eu” e o “tu”, o “nós” e o “eles”. Para Elias as estruturas sociais funcionam centradas na relação de interdependência entre os indivíduos, a sociedade não funciona a partir de movimentos isolados dos sujeitos, mas de suas relações de interdependências presentes em cada figuração.

Analisando o trabalho das mulheres pescadoras do Remanso em uma aproximação com a teoria figuracional, observamos que, como trabalhadora da pesca, ela está inserida em uma teia de relações que influenciam diretamente não só em seu trabalho como pescadora, mas também em seu papel de mãe, dona de casa e esposa.

Mais visível na correlação estabelecida entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, que tende a abrigar o primeiro, realizado pelo homem, em um grau mais elevado de valorização em detrimento ao segundo, geralmente associado ao fazer feminino, essa figuração se amplia para as relações estabelecidas com a família, comércio, poder público e a sociedade em geral.

As relações de interdependência funcional estão presentes em todo o processo de trabalho da mulher pescadora. No ambiente familiar elas se manifestam na necessidade de

conciliação entre o trabalho de captura e o de cuidado com a casa e com filhos, depende também muitas vezes da concordância³⁹ do marido e até dos filhos para que ela se desloque a lugares mais distantes para pescar (Pesquisa de campo, 2018). Nessa figuração a mulher pescadora a cada dia precisa dar conta das diferentes tarefas com as quais está envolvida, a pesca é mais uma delas, uma vez que também trabalha na agricultura, cuida dos filhos, da casa, planta, colhe, faz farinha de mandioca, farinha de peixe, comercializa o pescado; assim os diferentes modos de vida (DERRUAU, 1973) vão inserindo a mulher pescadora em diferentes figurações frente às necessidades que se apresentam.

A rede de interdependência se amplia a partir do momento em que a pesca deixa de ser apenas uma necessidade biológica da família e passa a compor a renda familiar; visualiza-se, assim, outra forma de relação de interdependência, dessa vez presente no processo de comercialização do pescado.

A dificuldade de armazenamento do pescado além da distância para comercializar o peixe na cidade de Parintins as obriga a venderem a atravessadores que se acomodam em barcos em frente à comunidade (Figura 6). Nessa relação comercial e de poder, o trabalho de pescadores e pescadoras sempre é visto como de menor valor refletido no preço pago pelo produto de seu trabalho.

Figura 16 - Barcos de atravessadores em frente ao Remanso.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A relação que se estabelece com o atravessador chega a interferir no tempo de pesca

³⁹ Essa concordância não consiste em autorização para que a mulher saia para pescar, mas sim uma espécie de entendimento entre os membros do grupo familiar.

das pescadoras, pois depende da presença deles no porto para poder pescar, pois do contrário, não tem para quem vender nem como armazenar, já que o próprio atravessador é quem fornece o gelo para os pescadores da comunidade.

[...] Não pesca todo dia, por que nem sempre o comprador está aí, aí não adianta pescar quando não tem gelo [...] o preço é devagar, bem dizer a gente dá o peixe, por que é difícil pra gente pegar um motor e ir pra cidade, aí quando ele vê que a gente está pegando bem ele baixa o preço, aí a gente fica até triste (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2017).

Outro aspecto que nos foi revelado pelas pescadoras sobre essa relação é que os atravessadores não compram o pescado quando é conservado no freezer, pois segundo eles, a carne amolece depois que descongela, por isso precisa ser armazenado no gelo, o que obriga os pescadores a comprarem o gelo do próprio atravessador, ampliando ainda mais essa relação de dependência.

A busca pelo reconhecimento como trabalhadora da pesca por meio do acesso às colônias, sindicatos e com isso ao crédito e aos direitos trabalhistas e previdenciários, amplia ainda mais a rede dessas relações de poder e desigualdade socialmente construídas; no entanto essa luta, segundo elas, é árdua e constrangedora, principalmente por envolver, em certas oportunidades, a desconfiança dos agentes públicos que por vezes muitas chegam a duvidar de sua condição de pescadora. Abaixo reproduzimos a fala de uma pescadora que sintetiza o que nos foi dito a esse respeito.

Nove anos eu paguei no sindicato rural, nove anos, aí de lá eu passei para a colônia, e levei quatro anos pagando na colônia e nunca fez o seguro, aí foi cancelado meu documento de lá, lá do sindicato rural, aí eu fiquei esse tempo todinho assim, aí não deu certo lá eu passei lá pro SINDPESCA, com cinco anos que eu vim fazer meu seguro. Nós temos dificuldade, olha até agora ninguém recebeu o seguro, tem uns quatro que ainda não receberam, e são pescadores. Eu digo, olha, para vocês tirarem as dúvidas de vocês. Eu falo assim mesmo, não vou mentir, pra não dizer ela contou mentira. Olha um dia discuti. Vou contar uma história pra vocês. Um dia eu discuti no SINDIPESCA, com um senhor, ele disse que devia ter uma pesquisa para ver quem é pescador mesmo, queria dizer que eu não era pescadora. Eu disse olha, vou falar uma coisa pro senhor, me desculpa, o senhor é mais velho do que eu, mas eu queria que o senhor fosse agora, eu disse, nesse ano, nesse mês, de outubro e novembro pelo menos “varar” um igarapé desses aqui que a gente vara, varando canoa para chegar lá dentro do lago, e o peixe que o senhor ia trabalhar o senhor não ia ficar nem uma semana pescando com ele, onde era cuiú e bodó, a situação da mão da gente que fica, mano (Pesquisa de Campo, 2018).

Outra pescadora nos relata sua luta para conseguir acessar os benefícios do SDPA muito em virtude da falta de informação e negligência por parte dos agentes públicos, configurando que nessa relação de interdependência e poder a mulher pescadora é a parte

mais frágil.

[...] Estou três anos que não recebo, mano, por causa que fiz o recadastramento da carteira no dia do aniversário, né, que completa. Ai eu completei dia três de novembro, aí quando foi dia onze de novembro eu foi e fiz o recadastramento, só que a moça disse que o sistema estava fraco, ela disse deixa que eu envio, só que ela não enviou meu documento, aí passou, passou, eu foi assinar o requerimento do seguro, ela disse: ah mana deu problema por que o sistema rejeitou teu seguro, mas vamos tentar, aí foi o tempo que eles cancelaram, não consegui mais. Aí eu estou pagando direitinho a mensalidade e o GPS tudinho, esses falaram que vai sair, de duas pessoas que estavam nessa situação já saíram. Eu já paguei tudinho a produção do peixe, já declarei. Aí estou esperando até agora não me chamaram ainda (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

O trabalho na pesca artesanal carrega as marcas das relações estabelecidas entre os gêneros, impondo uma distribuição das tarefas entre os sexos (WOORTMANN, 1992, ALENCAR, 1993). A inserção das mulheres na pesca, como já abordamos no capítulo III, geralmente ocorre ainda na infância sob as orientações dos pais em um processo cuja divisão de tarefas e tempo parece mais nítida entre homens e mulheres. Nesse cenário já é possível, pelo que ouvimos das mulheres no Remanso e de alguns pescadores, abstrair que o tempo da mulher desde muito cedo é dividido entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, envolvendo-as em uma múltipla jornada, pois, muitas vezes acompanham os pais na pescaria e também nos cuidados com a casa.

Em trabalho recente sobre espaço, tempo e lugar das mulheres na pesca, cujo cenário de investigação empírica foi a reserva de manejo sustentável Mamirauá-Am, no Amazonas, Abreu e Alencar (2017) revelam que as mulheres enfrentam dificuldades para se firmarem como pescadoras nos mesmos espaços de atuação dos homens, precisando com isso, romper as barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho que lhe impõem tais condições.

Dentre as várias justificativas utilizadas para sustentar a distinção de espaços e funções de acordo com os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, o entendimento de que a casa é seu espaço natural de trabalho, além da natureza da prática pesqueira vista como cansativa e perigosa atuam como alegações limitadoras da atuação da mulher na pesca (ABREU e ALENCAR, 2017).

Diante dessa realidade, tomando novamente por empréstimo a teoria de Derrau (1973) sobre modos de vida podemos afirmar que, nesse caso específico, a divisão sexual do trabalho também atua como limitador do modo de vida das mulheres pescadoras, já que seu tempo na pesca está marcado pela fragmentação que lhe é imposta em virtude da limitação do espaço de atuação (ABREU e ALENCAR, 2017) e também da necessidade em dividi-lo com o

trabalho doméstico (GERBER, 2013). No desenvolvimento desse enredo geralmente o tempo dedicado à reprodução familiar tende a se sobrepôr em relação ao tempo de trabalho na pesca, fator que contribui para o fortalecimento do discurso público em desfavor do reconhecimento da mulher como trabalhadora da pesca.

Estudos a respeito do trabalho em comunidades pesqueiras apontam para um modelo de organização sexual do trabalho na pesca assentado na distinção entre os espaços ocupados por homens e mulheres: terra e mar (ALENCAR, 1991; 1993). Esses arranjos, revelam como se estabelecem as relações entre os gêneros nos ambientes de pesca a partir da espacialidade e das elaborações simbólicas (ALENCAR, 1991).

A partir dessa concepção, dentro do conjunto de tarefas que se executam no contexto do trabalho na pesca, ao homem cabe aquelas cuja execução requer um maior esforço físico e consideradas mais perigosas, assim como as julgadas de maior importância econômica para o grupo familiar (ALENCAR, 1993); assim, todo o trabalho de captura seria de responsabilidade do homem, enquanto a mulher se ocupa do trabalho realizado em terra - limpeza do pescado e conserto de apetrechos.

A divisão sócio-espacial e de trabalho vista como lugar comum e reproduzida por grande parte dos estudos sobre a condição de trabalho da mulher nas comunidades pesqueiras, o que concorre para o não reconhecimento e invisibilidade de seu trabalho, tem sido contestada por estudiosos dessa temática (WOORTMAN, 1992; ALENCAR, 1993) por entenderem que há uma tendência de generalizar esse modelo bipolar de divisão sexual do trabalho no sentido de, a partir de uma realidade pesquisada, estendê-la a outras realidades apenas por tratar-se de “grupos que ocupam um mesmo ambiente geográfico e ecológico e desenvolvem atividades produtivas semelhantes” (ALENCAR, 1993, p. 66).

Para Alencar (1993) analisar o trabalho da mulher pescadora requer observar aspectos específicos inerentes a trabalho pesqueiro, dentre eles o fato de que a mulher, embora estabeleça relação orgânica com a pesca, não desenvolve suas tarefas nos mesmos espaços em que os homens, no entanto essa não é a realidade, por nós, encontrada no Remanso, pois lá as mulheres pescam nos mesmos ambientes em que os homens, conforme abordaremos na sequência desse trabalho.

Concordando de que analisar o trabalho da mulher na pesca requer considerar as diversidades socioculturais e as especificidades de cada contexto, a organização do trabalho da pesca no Remanso se revela marcada mais pela divisão temporal do que espacial, entre

homens e mulheres; portanto, diferente do que predomina em grande parte das comunidades pesqueiras como resultado da divisão sexual do trabalho que delimita os espaços ocupados influenciando também no tempo de atuação de um e outro no trabalho pesqueiro.

Ao abordarmos aspectos como o tempo dedicado ao trabalho na pesca, a narrativa de vida das mulheres pescadoras do Remanso revela que a temporalidade do trabalho delas está diretamente vinculada aos arranjos estruturais do grupo familiar; questões como condição econômica, a idade dos filhos, e o tempo do marido também surgem como os maiores influenciadores da temporalidade do trabalho feminino na pesca, estabelecendo uma relação de interdependência entre eles.

O tempo de trabalho da mulher na pesca concorre com o de dedicação aos cuidados com a família; quando os filhos ainda são pequenos, necessitando de uma presença maior da mãe para suprir suas necessidades básicas de cuidado, a mulher dedica um tempo menor ao trabalho na pesca, isso consiste, muitas vezes em pescar próximo à comunidade com um tempo de retorno não demorado. Por outro lado, depois que os filhos estão crescidos, já em condições de ficarem em casa sozinhos ou sob os cuidados de um parente ou vizinho, o tempo de pesca já é mais dilatado, muitas vezes se estendendo até o anoitecer ou até passando vários dias pescando.

[...] Os meus filhos pescavam comigo eles eram pequeninos, aí eu gostava muito de pescar apapá, aí eu mandei fazer uma tolda na minha canoa, aí eles estavam pequenos, eu colocava eles de baixo, eles dormiam e eu ia pescando; depois que eles começaram a estudar, eu acordava de madrugada trazia eles pra escola, agente morava em outro lugar, aí ficava pescando por aqui por perto, quando terminava embarcava eles e nós ia embora (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

[...] A gente mulher tem tudo isso. Olha, a mulher, nós mulher é diferente do homem, né, eu tiro por mim assim, que quando dá pra mim ir pescar eu vou uma semana, um mês, eu vou mesmo, a gente vai direto pro lago, aí eu paro por que não dá pra ir toda vez, tem meus filhos (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

Ela fica, (aponta para a filha mais velha) ela que dá conta aqui da casa, era ela e a outra, mas a outra já tá pra Parintins, só ela que está aqui com nós, ela toma conta aqui da casa (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

A realidade das pescadoras do Remanso encontra abrigo em Alencar (1993), para quem

[...] O tempo de trabalho da mulher é um tempo fragmentado que sofre influências [...]. O tempo da mulher é natural e cíclico. É o tempo da reprodução, que está mais adequado ao ritmo biológico de seu corpo. Essa temporalidade impede que ela tenha uma disponibilidade maior

para realizar determinadas atividades. Este tempo imprime uma lógica de distribuição das diferentes atividades que ela desenvolve, que é diametralmente oposta ao tempo e às atividades realizadas pelo homem (ALENCAR, 1993, p. 76).

A reflexão de Alencar, a nosso ver joga luz sobre um aspecto que deveria estar no centro das discussões sobre o reconhecimento da mulher como trabalhadora da pesca, pois à luz da realidade vivenciada no Remanso o tempo de trabalho é o fator preponderante na hora de se estabelecer um comparativo entre o trabalho de homens e mulheres.

O modelo de organização social do trabalho na pesca estudado por Alencar(1993), cuja essência repousa na distinção entre os espaços em que homens e mulheres desenvolvem seu trabalho, identificados como terra e mar, não se reproduz no Remanso, uma vez que de acordo com as narrativas de pescadores e pescadoras, além do que conseguimos observar, elas pescam nos mesmos ambientes em que os homens, quer acompanhadas dos maridos, filhos e até sozinhas, (Pesquisa de campo, 2018).

Essa situação se consolida porque, diferente de algumas realidades pesqueiras em que o trabalho na pesca se caracteriza pela captura, limpeza, processamento e comercialização do pescado, sendo a mulher geralmente responsável pelo reparo de apetrechos, limpeza e processamento do pescado, o trabalho em terra; no Remanso o peixe capturado é comercializado in natura, logo quando nos referimos às mulheres como pescadoras é por que elas pescam mesmo, vão para o rio Amazonas, pescam nos lagos e cabeceiras, estão sempre enfrentando as águas em busca do sustento da família, esse é o trabalho da mulher pescadora no Remanso.

Pescamos tudo por aí, na safra é aqui na frente, no rio mesmo, mas quando fica difícil tem que ir para os lagos, aí é mais longe, eu acho mais ruim [...] às vezes dá medo de noite, do banheiro, dos barcos grandes, mas não tem outro jeito (Pescadora do Remanso, Pesquisa de campo, 2018).

O que vemos é que não há uma rígida distinção de espaços ocupados por homens e mulheres na prática da pesca como resultado das relações de gênero, o que conseguimos observar e abstrair das narrativas dos pescadores e pescadoras é que em algumas situações as mulheres deixam de pescar nos locais mais distantes em virtude dos trabalhos domésticos, assim preferem pescar mais perto de casa; porém nem sempre isso é possível, o que as obriga a se deslocarem para lugares mais distantes.

Se os ambientes de pesca não diferem entre homens e mulheres, o mesmo não se aplica ao tempo; este opera como elemento estabelecedor da diferença entre homens e

mulheres enquanto trabalhadores da pesca no Remanso, influenciado pela divisão das tarefas entre os sexos que impõe à mulher toda a carga de responsabilidade sobre o trabalho reprodutivo, fator que concorre para a limitação de seu tempo no trabalho pesqueiro, sendo dessa forma o tempo da mulher sempre marcado pela fragmentação (ALENCAR, 1993).

Percebemos ainda, na fala de algumas pescadoras que a lógica do uso do tempo por elas está diretamente associada a composição do grupo familiar e a consequente organização do trabalho, podendo sofrer alterações sempre que necessário levando ao aumento ou diminuição do tempo de pesca.

[...] Eu aprendi a pescar com meu marido, sempre ia com ele , pesquei muito tempo com ele, ficava vários dias no lago, mas depois teve que parar por causa dos filhos, (...) pescava por aqui mesmo, com os filhos pequenos não dava mais para ir longe (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

[...] Eu ficava vários dias pescando, ficava à noite vigiando malhadeira, hoje quando vou sozinha pesco aqui por perto, não vou mais pra longe, só quando vou com ele (marido); (...) agora não tem mais filho pequeno, eles já dão conta de ficarem, já sabem se virar (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

Como já afirmamos vemos uma interdependência entre o tempo da mulher na pesca e o tempo do trabalho reprodutivo; por ser o tempo das mulheres o da reprodução (ALENCAR, 1993), dele depende a organização de seu trabalho na pesca podendo ser ampliado ou diminuído.

Dentre a diversidade de afazeres que envolve o trabalho reprodutivo, o cuidado com os filhos parece ser o que exerce maior influência no tempo de pesca das mulheres do Remanso, conforme abstraímos dos relatos acima; quando os filhos estão pequenos o tempo de pesca diminui, nesse período prevalece o trabalho reprodutivo, o tempo de produção volta a se ampliar quando os filhos já estão crescidos, como elas afirmam, *já sabem se virar*.

Outro fator que interfere no tempo de pesca das mulheres é o meio de transporte utilizado para locomoção, pois famílias que possuem uma embarcação de melhor estrutura, como bajara ou barco, podem ficar mais tempo pescando, pois essas embarcações oferecem maior capacidade de estoque como também de abrigo durante a noite, diferente das famílias que contam apenas com a rabeta, o que aumenta as dificuldades para um tempo maior de pesca devido às condições menos favoráveis que esse tipo de transporte oferece. Apesar desse fator não se constituir em regra, pois há pescadoras que mesmo diante dessas e outras dificuldades se aventuram nas águas dos rios em busca do sustento da família, notamos

exercer influência na dinâmica de trabalho das pescadoras e pescadores, sobretudo no tempo de trabalho das mulheres, conforme relata uma das pescadoras do Remanso: “no bote a gente fica aqui por perto, eu tenho medo de atravessar pro outro lado, é perigoso, tem muito pau, o vento também; (...) quando é no barco dá de ir”, (Pesquisa de campo, 2018).

A condição da mulher como pescadora encontra, em aspectos já apontados por vários estudos, óbices para seu reconhecimento em virtude do menor tempo de trabalho na pesca quando comparado ao tempo dos homens; essa tendência ignora a realidade das mulheres cujo tempo é fragmentado em virtude das múltiplas tarefas com as quais se ocupam, dada sua importância para a reprodução familiar (MANESCHY, 1995), o que a impede de atuar na pesca nas mesmas condições temporais em que os demais membros da família, como maridos e filhos.

Essa questão que alimenta o discurso público de que a mulher não é pescadora, mas sim ajudante, retrata que o uso do tempo também é um indicador para a promoção desigualdade de gênero. Ao analisarmos essa situação à luz da relação da mulher pescadora com o poder público vemos, por exemplo, que a Lei nº 11.959/2009 apesar de considerar o processamento do pescado e reparo de apetrechos, geralmente executado pela mulher, como trabalho da pesca, a reclassificação da categoria de pescador e pescadora artesanal, promovida pelo Decreto nº 8.425/2015, em pescador exclusivo e pescador e pescadora de apoio, alterando as regras para a concessão do Registro Geral de Pesca (RGP) se demonstra prejudicial às mulheres pescadoras que precisam dividir seu tempo com o trabalho reprodutivo.

O tempo opera, portanto, como elemento fundamental para uma possível análise do trabalho de homens e mulheres à luz das relações estabelecidas entre os sexos no trabalho na pesca, pois a nosso ver é a partir deles que emergem os questionamentos a respeito da mulher como trabalhadora da pesca.

O que conseguimos abstrair no Remanso, desde a primeira vez que lá estivemos ainda em 2010 como membro do Programa CERTIFIC, o que nos chamou a atenção de imediato e confirmado agora, tanto pelos relatos das pescadoras e pescadores quanto por meio da observação direta, é que, diferente dos achados de Alencar (1993), para quem o trabalho das mulheres na pesca não ocorre no mesmo espaço do trabalho dos homens, não há diferença em relação aos locais de pesca de homens e mulheres, sob a ótica das relações de gênero, pois elas pescam nos mesmos ambientes em que os homens, exceto em algumas situações específicas já citadas nesse dissertação.

Embora o trabalho de reprodução familiar integre com maior frequência a rotina das mulheres, elas também estão lá nos espaços ditos dos homens, como dizem elas, “*do outro lado*” trabalhando diretamente na captura, vezes muitas acompanhadas pelos maridos, outras sozinhas; se não estão presentes com mais frequência é em decorrência da limitação temporal que lhe é imposta devido seu tempo ser da reprodução conforme afirma Alencar (1993).

4.3. Ser pescadora no Remanso

[...] Aqui eu puxo peixe saio, boto minhas malhadeiras (...). Eu uso caniço, espinhel, malhadeira de branquinha, de tambaqui. Eu conserto malhadeira.. (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

[...] Eu acho que eu tinha uns dez anos quando comecei a pescar, pescava de malhadeira de caniço, só não de flecha, por que ele não deixava pegar a flecha dele, até de tarrafa eu pecava. (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

[...] Os meus filhos pescavam comigo eles eram pequeninos, aí eu gostava muito de pescar apapá, aí eu mandei fazer uma tolda na minha canoa, aí eles estavam pequenos eu colocava eles de baixo, eles dormiam e eu ia pescando. (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

[...] De dia e de noite, quando vai assim pro lago, tem que ir pra dormir, porque a gente não pode deixar a malhadeira por causa do jacaré, aí tem que ficar a noite fora de casa. (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

[...] Eu acordo ainda tá escuro, pra mim dá conta, pra poder eu ir pescar, eu faço tudo isso daí, eu lavo vasilha, já deixo tudo preparado, aí só digo pra minha netinha: - minha filha asseia a casa, passa pano, aí ela já faz esse trabalhinho, aí vai fazer o trabalho dela de aula, mais tarde ela vai pra escola; aí eu chego, já vou cuidando o peixe. É assim, sete horas eu já estou pescando, pra aproveitar a manhã, por que de manhã é mais que eles pegam, estão eu faço tudinho isso aí. (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019)

Ao longo da história, a pesca no Brasil esteve associada ao trabalho masculino, essa realidade contou com fatores que contribuíram para tal relação, dentre eles está o cadastramento e recrutamento de homens, pelo Ministério da Marinha⁴⁰ para trabalharem na pesca, o que foi determinante para invisibilizar o trabalho da mulher no contexto da pesca artesanal (FONSECA et al., 2016). Nesse cenário, com a criação das Capitânicas dos Portos e Costas e Distritos de Pesca (1846), os pescadores eram recrutados com o propósito de comporem as forças de defesa do território brasileiro. Assim, além de trabalharem na indústria pesqueira, eram, os homens, integrados ao corpo de reserva de guerra; essa condição

⁴⁰ “Entre 1840 e 1930, o Ministério da Marinha esteve à frente de tudo que fosse relacionado com a atividade pesqueira no Brasil, inclusive com relação aos profissionais desse setor. Após a criação das Capitânicas dos Portos e Costas e Distritos de Pesca (1846) o cadastramento dos pescadores tinha, sobretudo, o objetivo de defesa de território” (FONSECA et al., 2016).

impossibilitou, até a década de 1950, que as mulheres se cadastrassem como pescadoras “pois não correspondiam ao perfil profissional apto para a constituição da reserva naval, e, por sua vez, se tornam incapazes de ir além da costa, em alto-mar para realizar a pesca de caráter industrial” (GOES, 2008, p. 52).

Apesar dessas condições desfavoráveis ao reconhecimento de seu trabalho como pescadora, conforme acima narrada, há evidências de que as mulheres praticam a pesca artesanal desde o período colonial, porém foi apenas nas décadas de 80 e 90, com a valorização do trabalho realizado no âmbito do grupo familiar (FONSECA et al., 2016), que a participação da mulher na pesca começa a ser evidenciada e valorizada.

Nosso propósito de identificar na comunidade do Remanso como se estabelece a relação das mulheres com a pesca artesanal, a partir da constituição de seu modo de vida nos levou, além de perseguir esse objetivo por meio de escutas individuais, também observar seu cotidiano para que pudéssemos melhor entender a dinâmica de seu trabalho. Essa prática nos possibilitou identificar que o trabalho da mulher pescadora no Remanso envolve ocupações como confecção e reparos de apetrechos, a captura, e comercialização do pescado, além dos trabalhos domésticos (Figura 7 e 18).

Figura 17 - Mulher nos trabalhos de captura e doméstico



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Figura 18 - Mulher no trabalho de reparo de apetrechos



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Apesar da múltipla jornada na qual está envolvida (WOORTMANN, 1991; MANESCHY, 1995; GÓES, 2008) a mulher pescadora, além da dificuldade de se reconhecer como trabalhadora da pesca (GERBER, 2013) ainda precisa lidar com a desvalorização de seu trabalho; se por um lado o trabalho reprodutivo não é visto com a importância devida, por não ser dotado de capacidade de gerar um produto, concepção inversa da definição de trabalho produtivo sob o ponto de vista do capital, por outro sua atuação na pesca artesanal, quer na captura, comercialização do pescado, ou na confecção de apetrechos, ainda é vista como obrigação ou ajuda (FONSECA et al., 2016).

Não observamos entre os pescadores e pescadoras do Remanso a utilização de expressões ou comportamentos que remetessem a uma rígida divisão do trabalho na pesca a ponto de certas obrigações serem de responsabilidade só dos homens e outras das mulheres. Há sim determinadas tarefas que são mais comuns o homem desenvolver, mas não significa que a mulher não saiba fazê-la; as mulheres fazem o mesmo trabalho que os homens no processo de produção pesqueira, embora, quase sempre, seu trabalho na pesca seja sobrepajado pelas obrigações domésticas o que colabora para a ideia de que certos trabalhos no processo de produção pesqueiro são de exclusiva realização masculina, entendimento contrariado por grande parte dos relatos das pescadora como os abaixo reproduzidos.

As mulheres fazem as mesmas coisas que os homens, pescam de espinhel malhadeira, vendem o peixe, fazem o mesmo trajeto, tem mulher que vai com outra mulher pescar, quando não tem um parceiro pra ela, pega outra mulher e vão embora pescar. Quando não tem quem fique com os filhos ela não vão. (Pesquisa de campo, 2019).

[...] Eu sei tecer , sei tecer malhadeira, mas é ele que tece, consertar eu sei bem pouco, por que no momento que ele está tecendo ou consertando, eu estou fazendo as coisas em casa, né, lavando uma roupa, consertando nossa roupa, ajeitando nossa casa né, aí eu não tenho tempo para se dedicar, mas quando precisa eu faço (Pesquisa de campo, 2019).

Diferente dos achados Woortmann, (1991) e Fonseca et al., (2016), o trabalho das mulheres pescadoras do Remanso não é visto por elas ou pela família como ajuda ou obrigação. O que vimos e ouvimos a respeito é que as mulheres trabalham na pesca mesmo por que são pescadoras, pois “pecador é quem vive de pesca mano, não tem outra coisa, olha no nosso caso aqui, a gente vive disso (...)” (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2017). Elas enfrentam essa lida de acordo com a situação apresentada; quando o marido está presente, é com ele que se prepara para pescar, tendo no parceiro uma espécie de segurança quanto às ameaças que o rio possa oferecer, é o que relata uma das pescadoras afirmando que sair para pescar com o marido é mais tranquilo do que quando vai sozinha, mas a mesma pescadora revela que quando o marido esteve por dois anos trabalhando em outro ramo, ela era quem assumia o trabalho da pesca, tanto para prover as despesas da casa, quanto para o consumo da família (Pesquisa de campo, 2017).

Embora estudos como de Furtado (1993) e Garcia (2017) revelem que desde cedo, no seio da família, já começa a ser construído o lugar da mulher na pesca artesanal, entendemos que a realidade de cada família também atua nesse direcionamento capaz de alterar a lógica por muito tempo presente nas famílias de pescadores. Essa linha de raciocínio encontra fundamentação no que observamos e ouvimos de pescadores e pescadoras no Remanso:

Quando meu marido fazia transporte escolar, eu pescava sozinha, tinha que dar conta (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

Ela pesca comigo, ela me ajuda⁴¹ muito, mas quando eu não podia ir, ela pescava sozinha (...) a minha filha sempre gostou de pescar, ela ia com a mãe dela e com o irmão (Pescador do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

No primeiro relato há clara referência ao papel do homem como provedor da família

⁴¹ Cumpre esclarecer que pescadores e pescadoras não empregam o termo “ajuda” com uma conotação de não trabalho, mas de divisão de responsabilidades. Portanto, quando o pescador diz que sua mulher o ajuda na produção pesqueira ele não a está rebaixando à condição de ajudante ou não considerando seu trabalho na pesca, mas reconhecendo que ela, com ele divide a responsabilidade pelo trabalho produtivo.

revelada na construção “ quando meu marido fazia transporte escolar, (...), tinha que dar conta;” nele a mulher assume um papel que, em suas palavras, embora implícitas, é atribuição do marido, mas que ela também tem condições e sabe desenvolver, dentro de sua condição de mulher, embora ainda demonstre certa insegurança ou dúvida no cumprimento da tarefa, revelada na expressão “*tinha que dar conta*”.

Se a mulher ainda demonstra certa desconfiança ao afirmar que é capaz de realizar o trabalho que por muito tempo foi de atribuição masculina, o segundo relato de um pescador local, traz a confirmação e reconhecimento da importância da mulher no sustento familiar por meio da prática pesqueira, além de seu papel na transmissão dos saberes aos filhos, já que ao pescar acompanhada dos filhos estará também, a eles, transmitindo os conhecimentos demonstrados na prática.

Resta claro que as mulheres que tem a oportunidade de pescar com os parceiros, dessa forma o fazem; já aquelas, porém, que não se encontram nessa condição assumem sozinhas o ofício, como nos afirma um das pescadoras: “minhas filhas pescam sozinhas, com o marido, agora tem uma pra lá, desde ontem, o marido dela está aí com as crianças” (Pesquisa de campo, 2019).

A interação que conseguimos estabelecer com as pescadoras, apesar das dificuldades encontradas, principalmente em virtude da preocupação em não provocar alteração no cotidiano caracterizado pelos afazeres domésticos, e saídas para a pesca, nos proporcionou conhecer a realidade dessas agentes enquanto trabalhadoras da pesca. Alguns aspectos que conseguimos identificar em nossas observações se fizeram presente nos relatos das pescadoras, dentre eles a transformação pelo qual o trabalho da pesca vem passando ao longo dos tempos e com isso a dificuldade de ser pescadora hoje, o que requer um maior esforço para poder sobreviver da pesca. As mudanças ocorridas muito se devem à diminuição dos recursos pesqueiros provocado pela pesca predatória na região, a intensa presença de barcos de pesca, cujo objetivo é a pesca, também concorre para a diminuição do estoque pesqueiro, já que utilizam equipamentos com alto potencial de captura diferente dos pescadores locais.

[...] Logo que começamos a gente pegava muito mesmo, na safra era safra, era uma safra boa, hoje em dia não, a safra já não é mais aquela safra, cada vez que vai passando, vai diminuindo o peixe e o preço que aí vai ficando pouco. Tem muito pescador, logo que começamos pescar, eu lembro que a gente pescava ali pra cima, eu comecei a pescar com ele, não tinha nenhum filho eu pescava com ele, depois eu deixava o filho com a avó dele, e depois com essa minha filha, mas olha jogava uma malhadeira dessa, puxava, vinha uma porção de peixe, até uns sessenta peixe agente puxava, e hoje em dia se você jogar uma malhadeira grande dessa 400, 500 braças de malhadeira,

you terminat of pulling, if you pull fifteen fish is very
(Fisherman of Remanso. Field research, 2019).

A forma como era o trabalho da pesca antigamente, as lembranças da fartura descrita em seus detalhes mais esclarecedores permanecem vivas na memória dos pescadores e pescadoras do Remanso por meio da reconstrução dos dados do passado, e sua recomposição (HALBWACHS, 2013), pois assim a memória coletiva vai reconstruindo.

O autor afirma que as lembranças e recordações só podem ser percebidas e analisadas se forem levadas em consideração os contextos sociais que dão suporte à reconstrução da memória. Esta, por sua vez, funciona como forma de armazenamento de lembranças pretéritas que se manifestam no presente a partir das informações que armazenamos dos fatos vivenciados por determinado grupo social. A memória coletiva embora seja construída a partir das recordações vivenciadas por determinado grupo social, forma-se também a partir das memórias individuais de outros agentes que compõem o mesmo grupo no qual estamos inseridos. No entanto para que uma lembrança seja reconhecida e reconstituída como memória coletiva é preciso que opere a partir de eventos que tenham lugar na vida do grupo social ao qual pertencemos. Assim:

It is not enough to reconstitute piece by piece the image of an event of the past to obtain a memory. It is necessary that this reconstitution function from data or common notions that are in our spirit and also in those of others, because they are always passing from these to those and vice-versa, which will be possible only if they have been done and continue to be part of the same society, of the same group (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Priorizar a memória das pescadoras do Remanso, procurando ouvir seus relatos de vida para compreendermos como desempenham seu trabalho em seu tempo e lugar foi fundamental para estudarmos a relação da mulher do Remanso com a pesca artesanal.

As mulheres pescadoras do Remanso estão envolvidas em todas as atividades produtivas da comunidade, tanto na pesca, principal fonte de sobrevivência e renda, quanto na agricultura. Na pesca preparam e reparam petrechos, pescam e tratam o pescado; na agricultura, cultivam o solo, fazem a plantação e a colheita da produção; envolvem-se, portanto, em múltiplas atividades importantes para a reprodução do modo de vida da comunidade.

A interferência do gênero nas relações estabelecidas entre os espaços privado e público tornam invisível e limitam a participação da mulher no trabalho pesqueiro. Joan Scott (1995) destaca que o gênero é um meio de decodificar o sentido e compreender as relações

complexas entre diversas formas de interação humana, ou seja, de relações. Assim, essas relações, instituídas historicamente, atribuíram às mulheres o zelo e a manutenção do espaço doméstico, e com isso, a perpetuação de condições favoráveis à reprodução.

Dessa forma, embora a mulher tenha participação ativa no processo de produção da pesca artesanal ainda precisam lutar para terem seu trabalho reconhecido, o que as torna um sujeito silenciado pela memória social (SCOTT, 1995), já que as “desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família”(SORJ, 2010, p. 57).

As relações de gênero se manifestam sobretudo por meio da divisão sexual do trabalho; essa forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, apresenta como característica a designação do trabalho produtivo ao homem e à mulher o trabalho reprodutivo; além de permitir ao homem apropriar-se das funções com maior valor social (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Esse modelo de divisão sexual do trabalho, segundo as pesquisadoras, está assentado sobre dois princípios organizativos a saber: a separação que define o que é trabalho de homem e o que é trabalho da mulher, e a hierarquia que atribui mais importância ao trabalho do homem; reduzindo, com isso as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 5). Contudo, concluem, por se tratarem de situações construídas socialmente, mesmo sendo legitimada pela ideologia naturalista, não significa que a divisão sexual do trabalho seja imutável.

A busca por mudanças sociais e culturais que possam promover a equidade de gênero tem encontrado ao longo do percurso obstáculos difíceis de serem suplantados devido aos padrões que sustentam a especificidade das relações de gênero, revelando que os papéis sociais, culturais, econômicos e políticos sofrem influências do contexto em que estão inseridos (DE AQUINO e KONTZE, 2014).

Dentre as questões que sempre nortearam as discussões das relações de gênero está a submissão da mulher no ambiente doméstico, fator que sempre atuou como inibidor da ascensão feminina ao espaço público; entender, portanto essa situação é primordial para que se busque mecanismos capazes de promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Contudo, ainda no campo da complexidade dessa temática, surge a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais impostos culturalmente a homens e mulheres como motivadores,

juntamente com a submissão feminina ao ambiente doméstico, para se questionar se é possível falarmos ou buscarmos a promoção da igualdade de gênero e de direito em uma sociedade em que desde o nascimento se aprende a ser homem e a ser mulher, sem a reprodução simbólica da discriminação feminina (DE AQUINO e KONTZE, 2014). A resposta a esse questionamento está nas alterações que deverão sofrer as relações de gênero para que as mulheres possam ter oportunidades iguais aos homens seja para participar das esferas públicas ou para usufruírem das vantagens da privacidade (OKIN, 2008).

Essa abordagem questionadora encontra abrigo nas discussões a respeito da condição da mulher nas comunidades pesqueiras cuja submissão às questões culturais e socialmente estabelecidas as colocam em situações de desigualdade.

Bourdieu (1999) acredita que a divisão sexual dos papéis imposta a homens e mulheres, assentadas nas diferenças biológicas, assume contorno de normalidade, naturalidade, a ponto de ser tornar inevitável:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 1999, p. 17).

O discurso de Bourdieu ao mesmo tempo em que expõe a naturalização da divisão sexual como uma construção do próprio ser humano, revela que essa condição, tida como inevitável, é ao mesmo tempo recepcionada pela sociedade em um processo que contribui para a legitimação das diferenças biológicas como fundamental na divisão entre os sexos.

Se a divisão sexual das tarefas é uma construção do indivíduo que fundamentada nas diferenças biológicas decreta a condição de submissão feminina, Bourdieu (1999) elege a família como espaço propício para que essa condição se reproduza e se sustente. Segundo ele, é nesse espaço de socialização que se constrói um ambiente capaz de impor e legitimar a reprodução dessa divisão. É um ambiente legitimador e impositivo em que, desde cedo, é construído o lugar da mulher na pesca artesanal (ALENCAR, 1993). É pela divisão dos trabalhos no âmbito da família que são criadas as diferenças significantes entre homens e mulheres, e reconhecer esse fator nos fará perceber a profundidade e amplitude da construção do gênero (OKIN, 2008).

Bourdieu (1999) ressalta ainda que a igreja ao exercer seu papel de promover a valorização moral da família contribuiu para aprisionar a mulher em uma condição de

subalternidade principalmente ao sustentar sua posição de obstar qualquer atividade desempenhada pela mulher fora do ambiente doméstico, espaço onde a naturalização da submissão feminina se reproduz.

A crítica a estrutura familiar é também pauta das feministas, pois entendem ser a família um espaço em que não se dissemina a igualdade entre homens e mulheres, e a não equidade de direitos decorre da natureza contratual do casamento que institui as relações marido/mulher conferindo ao homem uma espécie de propriedade sobre a mulher, uma relação de submissão por meio da qual se firma o direito patriarcal dos homens (PATEMAN, 1993).

A distribuição das tarefas de acordo com o sexo desde os primórdios se apresenta no seio da humanidade, pois enquanto o homem saía para caçar e pescar, formas de prover o alimento para o lar, a mulher se dedicava aos trabalhos de casa (PIAZZETA, 2001). De Aquino e Kontze (2014) entendem que essa realidade respalda a dominação masculina que encontra na divisão sexual do trabalho, um terreno fértil para sua reprodução, conferindo aos homens a melhor parte. Assim, a condição de subordinação das mulheres estaria assentada na definição dos papéis sexualmente impostos pela sociedade, como também na divisão sexual das tarefas e na dualidade entre a esfera pública e a privada.

A subordinação feminina ganha voz em “*O contrato sexual*” (PATEMAN, 1993) cujo *locus* de investigação foi à estrutura das instituições sociais da Inglaterra, Austrália e Estados Unidos, na década de 80. A cientista britânica, em um trabalho de revisão da base teórica do liberalismo, analisa, sob a ótica feminista, os discursos de autores liberais, identificando neles, sobre o falso argumento da universalidade, a defesa dos interesses dos homens como grupo social dominante. Esse modo de interpretar e organizar o mundo é objeto de reflexões de Pateman e de outras autoras feministas que veem a necessidade de alternativas e resistência frente ao liberalismo patriarcal.

Ao revisar a teoria do contrato Pateman retoma o conceito de patriarcado e afirma que, diferente do que pensam os teóricos do contrato, não se pode conceber a compreensão das instituições políticas sem considerar o contrato sexual em suas análises. Sustenta que a teoria do contrato está diretamente associada à noção de liberdade, uma vez que por meio dele a mulher é submetida à dominação masculina; assim, a liberdade civil não teria um caráter universal, mas um atributo masculino inerente ao direito patriarcal. Dessa forma “a diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição” (Pateman, 1993, p. 17).

A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado, porém, essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres. A metade perdida da história conta como uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado. A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal (PATEMAN, 1993, p. 15-16).

A condição feminina, a partir de uma dinâmica patriarcal de submissão, está diretamente associada a nova ordem de organização social assentada na dicotomia e público/privado. Pateman orienta para a inseparável relação dessas esferas afirmando que a esfera doméstica, caracterizada como espaço de submissão feminina, é fundamental para a manutenção e sobrevivência dos homens e da esfera pública.

Afirma ainda, Pateman, que a separação entre a vida privada e doméstica das mulheres em relação ao mundo público dos homens está na essência do liberalismo patriarcal desde seu nascimento, em meados do século XIX, que via na esposa economicamente dependente o modelo ideal para todas as classes da sociedade. Se a associação das mulheres à esfera doméstica sempre existiu isso não significa, porém, que sempre estiveram excluídas da esfera pública, contudo a forma como são inseridas está diretamente associada a sua posição na esfera doméstica, em crenças e práticas patriarcais. Assim, segundo Pateman a educação das mulheres era voltada ao bom desempenho da maternidade e para a prática da filantropia, ações que seriam vistas como extensão do trabalho doméstico.

Por muito tempo predominou em comunidades pesqueiras, segundo estudos etnográficos, um modelo bipolar de divisão sexual do trabalho presente nas atividades desenvolvidas por homens e mulheres. Esse modelo se faz notar na divisão das atividades e dos espaços onde se realizavam de acordo com cada gênero. A reprodução dessa realidade pelos estudos acadêmicos contribuiu para a pouca valorização do trabalho da mulher nos ambientes aquáticos (ALENCAR, 1993). O modelo idealizado de divisão sexual do trabalho, em que o homem é visto como o único provedor do lar, converge para a não percepção das mulheres enquanto sujeitos sociais produtivos, permanecendo a invisibilidade feminina dentro do universo pesqueiro.

Conforme assevera Bourdieu (1999):

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo

distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (BOURDIEU, 1999, p. 41).

A discriminação contra a mulher se faz presente com maior destaque na esfera pública; por meio da divisão sexual do trabalho, a elas são oferecidas as tarefas que de acordo com as convenções sociais entende-se como feminina, cujas características se assemelham às atividades desempenhadas no ambiente doméstico e se adequam a sutileza e delicadeza feminina. Bourdieu (1999) destaca que o conceito, socialmente construído, de “vocação”, por si só já remete à assimetria sexual das atividades, sendo atribuídas às mulheres aquelas cujas características denotam caráter de subordinação e subalternidade; para ele, as atividades são elevadas a um grau de nobreza, dificuldade ou insignificância dependendo de quem as desenvolve, considerando assim àquelas praticadas pelos homens como enobrecidas, mesmo quando desenvolvem atividades reputadas femininas; dessa forma, o grau de importância não está na atividade, mas sim em quem a desenvolve, para ilustrar essa situação exemplifica as ocupações de costureira e cozinheira, que quando desenvolvidas pelo homem, em uma outra esfera, a pública, passam a ser enaltecidas.

No contexto da pesca artesanal, mais precisamente relacionado à condição da mulher como trabalhadora, essa situação se faz presente, principalmente no momento de comercializar o pescado. Para ilustrar essa abordagem trazemos a fala de uma das pescadoras do Remanso ao se referir à comercialização do pescado⁴²; “eu mesmo vendo, mas às vezes querem pagar pouco por que é mulher que está vendendo” (Pesquisa de campo, 2018); vemos que apesar da valorização que tem o pescado devido seu valor nutricional e importância na dieta alimentar da população, é visto como de menor valor comercial quando está sendo comercializado pela pescadora, caracterizando o grau de importância ou insignificância do trabalho, de acordo com quem o desenvolve.

Alencar (1993) adverte que o modelo de divisão sócio-espacial presente nas etnografias, “*característico da visão intelectual da tradição pesqueira* (p. 66),” também remete a um processo de classificação em escala de valores diferenciados para os trabalhos realizados por homens e mulheres; nesse contexto classificatório a tendência é que o trabalho da mulher seja visto como de menor importância por não se considerar sua relação orgânica com a pesca; dessa forma, todo o trabalho realizado por elas como confecção e reparos de apetrechos, comercialização e processamento do pescado são consideradas de menor

⁴² Segundo as pescadoras essa tentativa de desvalorizar a o trabalho da mulher pescadora em seu produto final é característico das relações comerciais na cidade, pois quando comercializam na própria comunidade isso não ocorre.

importância. Ressalta ainda Alencar que no universo da pesca na água, mesmo as mulheres que não desenvolvem a atividade diretamente, são também responsáveis pela manutenção e pela reprodução social nas comunidades pesqueiras.

A participação da mulher é significativa no contexto da pesca artesanal, se antes seu envolvimento limitava-se ao trabalho pré e pós-captura, confeccionando e reparando apetrechos, ou processando e conservando o pescado (MANESCHY e ÁVARES, 2011), atualmente está envolvida em todas as etapas do trabalho produtivo, inclusive a captura.

A narrativa de vida das pescadoras do Remanso e a observação realizada durante o período em que estivemos em campo nos permitiram identificar algumas características do modo de vida dessas trabalhadoras cuja fonte de trabalho e renda é a pesca artesanal. Por meio do trabalho na pesca essas mulheres passam a ocupar um espaço que por muito tempo fora visto como predominantemente masculino, o que contribuía para seu não reconhecimento como trabalhadora da pesca. Um dos fatores que conspirava para essa realidade era o fato de a própria mulher, por vezes muitas, não se identificar como trabalhadora da pesca (GERBER, 2013), conformando-se com o título de ajudante do marido característico das divisões do trabalhos entre os sexos, encarada pelos indivíduos como natural, normal, portanto inevitável (BOURDIEU, 1999).

Nessa conjuntura, o cotidiano dessas mulheres pescadoras é dividido entre o trabalho doméstico e o da pesca, seu tempo diário precisa conciliar e dar conta dessas ocupações não podendo dar-se ao luxo de ignorar uma para dedicar-se a outra, pois embora os trabalhos de cuidados com a família possam ocupar lugar privilegiado na essência do ser humano, é o trabalho na pesca que assegura o sustento familiar não podendo ser abandonado; assim, desde as primeiras horas do dia lá estão se ocupando dos trabalhos domésticos (preparando a alimentação para a família, cuidando da casa, dos filhos); a organização do tempo é crucial para a administração das tarefas, pois estas estão conectadas em uma relação que não permite exclusão nem prioridades, “tem que fazer tudo, pois não tem quem faça, é a gente mesmo, a vida de pescadora como nós mulheres, né, a gente padece um bocado, não vou dizer que é uma vida boa não (pesquisa de campo, 2019). Assim, diferente dos homens, as mulheres estão divididas entre várias tarefas, tendo muitas vezes de conciliá-las e até mesmo realizá-las algumas delas ao mesmo tempo.

[...] o outro trabalho pode ser possível de ser feito ao mesmo tempo em que o trabalho doméstico e a educação dos filhos. Assim como a reprodução, esse trabalho [o doméstico] serve a uma importante função econômica: é um serviço que permite ao trabalhador retornar,

alimentado e refrescado, ao local de trabalho no próximo dia. Mas a dona de casa não recebe nada, nem salário, nem crédito por seus esforços e contribuição (FASSARELLA, 2007, p. 60).

Ser pescadora no Remanso é desde cedo estar envolvida com o trabalho da pesca, sempre acompanhando os pais em seus afazeres e com isso já iniciando o domínio sobre esse ofício.

Desde solteira eu pescava, eu gostava muito, eu fazia meus caniços, o papai saía pro lago (...). Eu acho que eu tinha uns dez anos quando comecei a pescar, pescava de malhadeira de caniço, só não de flecha, por que ele não deixava pegar a flecha dele, até de tarrafa eu pescava. como o papai não era grande ele fazia tarrafa, assim, pequena, né, aí a gente pegava dele e jogava (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo 2019).

A realidade acima relatada contraria a identificada por Furtado (1993) em que as meninas não tinham relação com a pesca, cabendo a elas receberem os ensinamentos referentes ao trabalho doméstico e somente os meninos eram iniciados no trabalho pesqueiro.

Identificamos que o trabalho na pesca nem sempre fez parte da vida de todas as mulheres do Remanso desde sua infância; algumas delas, como no relato abaixo, que não tiveram contato com essa prática quando moravam com pais, depois que passaram a conviver com o companheiro pescador, aprenderam ou aperfeiçoaram os conhecimentos e tornaram-se pescadoras, sendo hoje consideradas pescadoras no Remanso.

Na verdade, mesmo quando morava com meu pai, nunca pesquei, era só trabalho mesmo, trabalho de trabalhar em roça. Depois que eu casei, aí que eu comecei, mas assim pouco ainda, colocava malhadeira com ele[...], aí tomei essa decisão mesmo né, por que não tinha outra coisa pra fazer de trabalho, trabalhar a gente trabalha, mas é pouco assim trabalho braçal, na pesca já é melhor para ganhar o dinheiro, pois é mais rápido, a nossa renda é mais da pesca (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2018).

Ser pescadora no Remanso, a exemplo de comunidades pesqueiras estudadas por Soares (2013), Diógenes (2014), Maia (2015), Palheta (2016) e outras, é contrariar uma construção social em torno do trabalho pesqueiro que, a depender da região, não concebe a mulher como trabalhadora da pesca, sendo o homem responsável pelo trabalho de captura e condução de embarcações pesqueiras, restando a ela o trabalho doméstico (SILVA e LEITÃO, 2012); é, sobretudo, romper com a lógica de que a mulher não pesca sozinha, só acompanhada do marido, ou que seu espaço de pesca não vai além das proximidades de sua residência.

Diferente de algumas localidades investigadas por Silva e Leitão (2012) em que o trabalho da mulher na pesca é facilitado pela condição geográfica, já que as águas tranquilas

da região facilitam o acesso delas ao mar sem grandes perigos, no Remanso, as mulheres estão presentes em todos os espaços da produção pesqueira, com destaque para a captura, cuja prática é marcada pelos constantes perigos que enfrentam dia e noite, pois para pescarem é preciso enfrentar o rio Amazonas e adentrar os lagos da região, missão difícil mas que precisa ser superada, como nos relatam as próprias pescadoras:

[...] A primeira coisa como estou lhe falando a gente passa o dia inteiro aí pra dentro pescando, chega aquela hora, quatro horas, cinco horas, aí aqui a gente vai chegar, não vai dizer que a gente vai chegar na casa da gente e vai ficar sem fazer nada (...). Tem vezes que a beira do Amazonas a gente fica aí até de noite, tem safra que o peixe dá bem de dia, tem safra que é de noite, eu praticamente só vou dormir meia-noite, pra banda da madrugada, por que eu coloco malhadeira, né, aí a gente vigia duas vezes na noite, vigia logo seis horas, né, daí a gente vai ver onze horas, aí, até que termina por que não é só uma nem duas, aí vai chegar pra casa da gente pras banda dá uma hora da madrugada aí que vai dormir, quando é cinco horas já vai de novo, mas é como eu digo a gente não tem outro meio mesmo pra dizer vai trabalhar, não sei se é por que a gente já está acostumado nisso que a gente acha que outro trabalho não serve, aí vai levando a vida mesmo, mas não é muito legal não (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

Outra característica observada do “ser pescadora no Remanso” é nem sempre ter a oportunidade de desfrutar de uma noite de sono em sua casa; dada a natureza da pesca na região em que nem sempre oportuniza retornar para o lar no final do dia, algumas mulheres pescadoras relatam a necessidade de dormir no lago, pois se assim não fizerem não retornam para casa com o pescado, sob o risco de boto e/ou jacaré comerem o pescado e ainda destruírem o arreio, há também o risco de as embarcações cortarem a malhadeira causando prejuízos.

[...] De dia e de noite, quando vai assim pro lago, tem que ir pra dormir, porque a gente não pode deixar a malhadeira por causa do jacaré, aí tem que ficar a noite fora de casa, quando já estavam maior, quando eles estavam pequenos não deixei de pescar, diminui o ritmo, hoje as vezes a gente passa mais dias, mas as vezes só de dia mesmo. A gente vai no bote, dorme em alguma casa ou em baixo da rama, já cansei de dormir com ele em baixo da rama, leva um mosqueteiro (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

[...] A gente que fica aí à noite arriscando a vida no meio do Amazonas, aí, a qualquer momento um bicho grande pode devorar a gente aí; navio, navio é muito arriscado já tem cortado várias vezes nossa malhadeira, balsa até que respeita, logo antes não respeitavam mesmo, passavam por cima, agora quando dão com a gente ela desvia, só se não tiver nenhuma luz na bajara que tiver pescando, se tiver ela desvia; agora o navio, mano, não desvia mesmo, passa por cima (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

Embora conciliem várias atribuições as mulheres pescadoras ainda precisam lutar para sobrepor as barreiras que obstam seu reconhecimento como trabalhadora da pesca, essa

necessidade tem as incentivado a se organizarem na luta pelo reconhecimento (ALENCAR,1993; MANESCHY et al, 1995).

No Remanso, contudo, as mulheres pescadoras ainda estão longe dessa organização, segundo o que conseguimos abstrair durante nosso contato com elas, não há informações suficientes por parte das entidades representativas , como SINDPESCA e Colônia Z17 sobre alguns assuntos de relevância para a categoria, além da pouca presença dos órgãos públicos que possam auxiliá-las em uma possível organização de pescadoras e pescadores, (Pesquisa de campo, 2018).

Um retrato disso é o fato de não conseguirem se organizar em prol da aquisição de um frigorífico, antigo anseio da comunidade, que conseguiria sanar o problema que eles enfrentam com a armazenamento do pescado, pois a falta do gelo⁴³ os coloca em total dependência do atravessador que se aproveita dessa situação para explorar os pescadores e pescadoras. Outra situação provocada por essa relação é que , em algumas vezes, seu ritmo de pesca depende da presença do atravessador na comunidade, como nos relata uma das pescadoras.

[...] A dificuldade é para vender o peixe, tem que vender ele, fica o flutuante aí, mas nem todas vezes eles tão aí , e nem todas vezes, eles estão com gelo, aí não adianta ir pescar, para vender na cidade é difícil por que a gente não tem a condução né, tem que ter a condução apropriada ,assim, por que o peixe do freezer ele não compra, por que eles dizem que o peixe do freezer ele cozinha, tem que ser do gelo, todo tempo conservar no gelo, é assim que é. Aí a dificuldade nossa é essa aqui (Pescadora do Remanso. Pesquisa de campo, 2019).

A contextualização da organização política das mulheres pescadoras é referenciada por Alencar, Palheta e Souza (2015) ao analisarem o processo de construção da identidade das mulheres pescadoras no Brasil, sobretudo a partir das ações da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). Afirmam que essas lutas coletivas objetivam a defesa da pesca artesanal e dos direitos das mulheres pescadoras e são reivindicações que ultrapassam o interesse de uma ou outra região ou comunidade pois dizem respeito a soluções de problemas comuns aos trabalhadores e trabalhadoras da pesca.

Scherer, por sua vez, nas páginas introdutórias de *“Trabalhadores e trabalhadora da pesca: ambiente e reconhecimento* (2013), coletânea organizada pela autora, faz referência a homens e mulheres trabalhadores da pesca, que, por meio de estratégias e formas de

⁴³ Para adquirir gelo o pescador precisa se deslocar até Parintins para comprá-lo, ou encomendar para alguém que vá até a cidade. Outra possibilidade é comprar do próprio atravessador o que já o deixa endividado, diminuindo a possibilidade de negociar um melhor preço para o pescado.

organização políticas, despontam como sujeitos políticos na luta pela conservação dos territórios pesqueiros, por condições de trabalho e direito à cidadania. Em uma contextualização histórica das manifestações políticas dos pescadores artesanais, desde a década de 80⁴⁴, Scherer cita como exemplo desse “novo cenário de lutas sociais”(p. 7) o lançamento da campanha Nacional de Regularização do Território das Comunidades Tradicionais, realizado em junho de 2012 em Brasília que contou com a participação de pescadores e pescadoras de vários estados da federação. Paralelo ao evento, a Articulação Nacional de Pescadoras (ANP) promoveu o III Encontro Nacional das Pescadoras – Pescando com Saúde e Previdência.

Apesar das ações coletivas das trabalhadoras da pesca e dos “novos cenários e lutas por direitos” (SCHERER, 2013, p. 7) há que se questionar a exemplo de Alencar, Palheta e Souza (2015): como se organizam as mulheres pescadoras em comunidades rurais amazônicas, como o Remanso?

Soares (2012) em pesquisa na comunidade Cristo Rei no Amazonas identifica a pouca expressividade na participação das mulheres pescadoras em movimentos de discussão a respeito do trabalho da mulher pescadora, o que torna as lutas coletivas fragilizadas. Segundo a autora, questões como distância, dificuldades de deslocamento e afazeres cotidianos são os argumentos utilizados para a não participação das pescadoras nos eventos sobre pesca; registra ainda que a Colônia de Pescadores é a maior responsável pela organização e mobilização social das pescadoras. Soares conclui que na comunidade Cristo Rei e no estado do Amazonas o movimento de organização das trabalhadoras da pesca ainda é tímido na busca por reconhecimento.

A ausência de ações coletivas por parte das pescadoras foi identificada também por Diógenes (2014) em pesquisa nas comunidades de Brasília e Catispera no Município de Parintins. Segundo a autora, as pescadoras não discutem coletivamente a respeito dos problemas relacionados ao trabalho que realizam nem se mobilizam em busca de melhores condições e reconhecimento, o que colabora para que a maioria delas não tenham acesso aos direitos sociais e trabalhistas já conquistados pela categoria.

No Remanso a situação não é diferente das identificadas por Soares e Diógenes,

⁴⁴ “Remonta à Constituinte da Pesca, em 1986, no âmbito da elaboração da Constituição de 1988, quando os pescadores, à semelhança do que estava ocorrendo com a luta dos trabalhadores rurais, se movimentaram durante a elaboração da Carta Magna, articularam-se na busca de autonomia política e sindical e por melhores condições de vida e trabalho, apoiados pela Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e outros movimentos sociais” (SCHERER, 2013, p. 8).

embora a maioria das pescadoras esteja associada à Colônia Z17 ou ao SINDPESCA⁴⁵, o que lhes assegura acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários, isso não se traduz em organização no sentido de busca por melhores condições de trabalho. Não há por parte delas mobilização capaz de lançá-las em lutas reivindicatória, estar associada às entidades representativas, segundo elas, não ajuda nesse propósito.

Mereceu nossa atenção o fato de que o espírito comunitário que agrega seus membros em torno de uma identidade coletiva, de algo em comum, emergido das falas de pescadores e pescadoras quando fazem referência à união por eles demonstrada durante o processo de surgimento da comunidade, como registramos no capítulo II, não se faz presente quando se trata de resolver problemas relacionados ao ser pescadora no Remanso. As necessidades de melhores condições para armazenamento do pescado, reconhecimento do trabalho por meio de um preço justo pago na comercialização e condições para escoar o produto do trabalho até o mercado consumidor em Parintins, sem a necessidade de vendê-lo ao atravessador, são constantes nas falas das pescadoras e pescadores, porém não resultam em ações coletivas para tentar resolvê-los.

Se de ainda não contam com o reconhecimento que lhes é de direito, por parte da sociedade e do poder público, pois o olhar lançado sobre elas ainda é de ajudante do marido pescador, essas mulheres pescadoras que como elas mesmas afirmam, “vivem da pesca”, já são alcançadas pelo reconhecimento de seus esposos/companheiros/familiares, e o mais importante por elas mesmas, que se identificam pescadoras do Remanso⁴⁶.

Não identificamos resistência, por parte dos homens pescadores do Remanso em reconhecerem as mulheres como pescadoras, ouvimos nas conversas em suas residências, na beira do campo de futebol, ou até mesmo nas embarcações quando precisamos viajar à comunidade, versões sobre as mulheres pescadoras do Remanso, e na maioria dessas interações os homens não se furtavam em admitir que determinada mulher era realmente pescadora e até enumeravam alguns de seus atributos como:

[...] essa pesca mesmo, ela pesca até mais que o marido dela, (...), essa pesca desde menina (...), agora só ela é que pesca porque o marido já está aposentado, (...) uma vez eu encontrei ela lá do outro lado, num barco de pesca, ela até me arrumou gelo. (Pesquisa de campo, 2018).

⁴⁵ Nem todas as pescadoras do Remanso são associadas às entidades representativas da categoria, algumas alegam, além da dificuldade em se deslocar para a sede do município, a burocracia para fazer o procedimento de associação; outras simplesmente alegaram não ter interesse em serem associadas.

⁴⁶ Ser identificada como pescadora do Remanso é ser reconhecida como pescadora, pois, segundo algumas delas, o Remanso é referência na pesca e “as mulheres pescam mesmo” (Pesquisa de campo, 2018).

As mulheres, ao trabalharem como pescadora adentram em um universo que outrora era visto como de domínio masculino, logo podemos nos indagar a motivação de tal realidade que as insere em um processo de trabalho cujas condições são precárias como nos afirma um dos pescadores do Remanso: “a pescaria é maltratosa, né, pra elas é mais difícil, por causa do sol, chuva, molhado (Pesquisa de campo, 2019).

Dados apresentados no decorrer dessa pesquisa nos fornecem informações que nos permitem constatar dois fatores decisivos para a busca de resposta a esse questionamento. O primeiro deles repousa o histórico da família como unidade de produção, que tem a pesca artesanal como principal atividade produtiva, dessa forma a mulher já cresce nesse ambiente, e sendo aos poucos iniciadas na pesca por meio da transmissão dos conhecimentos a ela inerentes.

Outro aspecto, confirmado pelos dados produzidos, e que se revelou preponderante para a inserção da mulher no trabalho da pesca é a necessidade de prover o sustento da família. Essas mulheres, como elas mesmas relatam, não têm outra forma de sustento familiar que não seja a pesca, ainda que se dediquem à outras atividades produtivas.

[...] Durante vinte sete anos nossa vida é de pesca as vezes plantamos uma roçazinha, os produtos da roça são mais para o consumo, as vezes vendemos para os comunitários. (Pesquisa de campo, 2019).

[...] Pecador é quem vive de pesca, mano, não tem outra coisa, olha no nosso caso aqui, a gente vive disso, por que sem isso, a gente também trabalha em roça, esse saco de macaxeira nós fomos buscar lá na beira do Amazonas, a gente planta para o nosso sustento, não tem mercado para esses produtos, só para a pesca. Não tem uma associação, que a gente possa entregar o produto, vender, não tem. Esse ano ninguém plantou, por que o período bom para plantar a gente está pescando, nesse período do defeso que a gente não pesca, não presta para plantar. (Pesquisa de campo, 2019).

Assim, as mulheres do Remanso pescam, plantam roças, processam a mandioca para a extração de derivados como farinha, beiju, tucupi e outros, sem esquecer de que é dela a responsabilidade pelos cuidados e educação dos filhos, é dessa forma que se processa a organização do trabalho no Remanso a reprodução social vai tomando forma .

4.4. Por uma identidade da mulher pescadora

Os dados produzidos durante a realização desse trabalho nos revelam as alterações no modo de vida de pescadores e pescadoras cuja principal motivação são as transformações pelas quais passam o processo de produção pesqueira, alterando, com isso, suas configurações identitárias.

Stuart Hall (2006) ao estudar as identidades sob a perspectiva da pós-modernidade afirma que é do processo de pertencimento do indivíduo às culturas de classe, étnicas, religiosas, linguísticas e, sobretudo, nacionais, que surgem as identidades culturais. Porém, mudanças estruturais que transformaram as sociedades modernas no final do século XX, estão “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, tinham nos fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, p. 2006, p. 9). Essas transformações, que para o autor alteram as identidades pessoais e influenciam a ideia de sujeito integrado que temos, provoca, por meio de uma perda de sentido de si estável, “o deslocamento do sujeito” (HALL, 2006, 9) constituindo uma crise de identidade para o indivíduo.

Ao longo dos tempos a pesca vai passando por transformações exigindo dos agentes e grupos sociais que aprimorem seus conhecimentos. Isso ocorre por meio da interação entre os sujeitos, transformando-se em um processo de aprendizagem pelo conhecimento que cada indivíduo tem sobre determinada ação, sendo socializadas com o grupo e transformadas por ele.

A partir dos ensinamentos de Hall (2006, p. 7) para quem “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”, inferimos que na pesca artesanal, representada nesse estudo pelo trabalho das mulheres do Remanso, essa realidade se faz presente por meio das mudanças que transformam os processos da sociedade alterando os quadros referenciais característicos da pesca artesanal.

Os conhecimentos sobre pesca e a prática pesqueira foram construídos a partir de um processo de socialização baseado na transmissão geracional dos conhecimentos, sendo ampliados e aperfeiçoados a partir das diferentes interações sociais e culturais realizadas. Essas interações são capazes de promover uma aproximação entre o indivíduo e a conduta do grupo social com qual se relaciona em um processo de incorporação de padrões sociais que passam a fazer parte do conjunto de experiências do sujeito (KRUPPA, 1994, apud, OLIVEIRA, 2011).

O conjunto de experiências acumuladas por incorporação de padrões sociais a partir de um processo de socialização, aliado aos aspectos subjetivos, nos permite entender o processo de construção das identidades em uma perspectiva sociológica (DUBAR, 1997). Para Dubar, as construções identitárias se dão a partir de duas perspectivas a “identidade para si” e a “identidade para o outro”, sendo a identidade para si a forma como nos reconhecemos, e a

identidade para o outro como somos vistos ou caracterizados por terceiros.

Apesar de processos diferentes quanto ao ponto de análise (“eu e o outro”) estão intimamente ligados por dois aspectos: a subjetividade e a construção social; logo a forma como alguém se identifica, fruto da subjetividade, nem sempre caminha de mãos dadas com a identidade atribuída pelo outro. No entanto, embora isso ocorra, ainda assim a identidade para si carece das relações estabelecidas com o outro, pois a subjetividade e o entorno social são as duas mãos do processo de construção identitária.

As configurações identitárias no trabalho teorizadas por Dubar (1997) resultam de pesquisas realizadas com funcionários de empresas que passavam por processo de transformações provocando a mudança de atitude de seus empregados oferecendo capacitações técnicas para assim atenderem a essas transformações ou até para buscarem novo emprego se fosse o caso.

A partir de uma interação entre a vivência no mundo do trabalho, os movimentos de emprego e a relação dos trabalhadores com a formação para a execução das tarefas, o autor busca a definição de identidade profissional. As configurações identitárias surgem das relações dos indivíduos com as instituições (empresas onde trabalham) e de sua relação com as mudanças de seu passado.

Podemos tomar por empréstimo a teoria de Dubar, guardadas as devidas proporções e realidades estudadas, e aplicá-la em uma análise da configuração identitária da mulher pescadora. Dessa forma, teremos a identidade para si, caracterizada pelo ser pescadora a partir de seu modo de vida, e o ser pescadora a partir de uma perspectiva de identidade para o outro. Assim a busca por uma possível construção identitária das pescadoras, nos remete a teoria das construções identitárias como um processo de socialização (DUBAR, 1997).

Nesse cenário, a identidade da mulher pescadora se constrói a partir da relação entre sua história de vida como pescadora e a concepção que se tem da mulher no universo pesqueiro assentada nas relações estabelecidas socialmente. Assim, por se formarem em um contexto relacional, as identidades podem ser desvirtuadas quando se tenta defini-la desconsiderando esses aspectos.

Dessa forma não podemos deixar de nos reportar, mais uma vez, ao poder público como esfera detentora das atribuições de regulamentar o exercício das profissões como a de pescador e pescadora artesanal. Nesse contexto a definição das categorias de pescador

exclusivo⁴⁷ e trabalhador de apoio à pesca, a partir de diferentes atribuições, estaria, a partir dos ensinamento de Dubar, rotulando não um conjunto de postos de trabalho definidos a partir das tarefas atribuídas ao pescador exclusivo, mas sim um conjunto de agentes capazes de desenvolver as tarefas inerentes a essa categoria, como por exemplo se dedicar de maneira ininterrupta ao trabalho da pesca, e outros que não são vistos com essas condições, dentre eles a maioria das mulheres pescadoras consideradas trabalhadoras de apoio.

No entanto, se os estudos de Dubar dão conta de que os indivíduos, a partir de uma identidade virtual social, eram classificados entre os que tinham condições de “mudar suas atitudes no trabalho, ter acesso à formação e desenvolver suas competências profissionais” (DUBAR, 1997, p. 256) e aqueles que não reuniam essas condições, na pesca artesanal o que perdura é a classificação dos agentes por não reconhecimento da natureza do trabalho, especialmente da mulher pescadora, cuja capacidade de atuação no trabalho da pesca não difere do homem, porém dada sua responsabilidade com o trabalho reprodutivo, que a impede de se dedicar exclusivamente à pesca, encontra dificuldades para ser reconhecida como trabalhadora da pesca, o que interfere em sua concepção identitária a partir do outro. Dessa forma a configuração identitária da mulher estaria marcada pela visão de que ela, por não se dedicar exclusivamente ao processo de captura, seria apenas um apoio, uma ajudante do marido pescador. Essas condições desconstruem a identidade da mulher pescadora “duramente conquistada e forjada na cotidianidade do trabalho. Reificam, ainda, as desigualdades de gênero e de classe social” (SCHERER e LOPES, 2015, p. 218).

A partir da concepção da identidade para o outro (DUBAR, 1997), a mulher pescadora seria aquela que só pesca acompanhada do marido, não pesca sozinha, por ser mais frágil fisicamente, seu trabalho é de ajuda ao marido. Todos esses aspectos elencados compõem um conjunto de fatores que sustentam sua identidade virtual para o outro. A mulher pescadora, no entanto, é detentora de conhecimentos sobre pesca, forjados na observação, na prática cotidiana da pesca artesanal, esses saberes práticos foram adquiridos com a experiência da realização das tarefas e constituem o que Dubar denomina de “identidade para si”.

Se os estudos de Dubar sobre as configurações identitárias emergem das transformações pelas quais passam as empresas, exigindo de seus trabalhadores mudança de

⁴⁷ A MP nº 665/2014, convertida em lei nº 13.134 de 16 de junho de 2015, reclassificou o conceito de pescador artesanal criando a categoria de pescador exclusivo, aquele que pratica a pesca de forma ininterrupta, portanto vive unicamente da pesca. Já o decreto nº 8.425/2015 que estabelece novas regras para o acesso ao Registro Geral de Pesca (RGP), regulamenta o parágrafo único dos artigos 24 e 25 da lei 11.959/2009, e com isso reclassifica a categoria de pescador e pescadora artesanal, criando as categorias de pescador(a) exclusivo(a) e trabalhador e trabalhadora de apoio, (SCHERER E LOPES, 2015).

atitudes, as transformações pelas quais passam a pesca artesanal, caracterizada principalmente pela modernização do setor pesqueiro, impactaram as relações sociais e conseqüentemente a configuração identitária de pescadores e pescadoras. Essa realidade é evidenciada nas observações por nós realizadas, durante o trabalho de campo, assim como nos diálogos com as pescadoras ao refletirem e buscarem na memória o ser pescadora antes e agora, como já demosramos nesse trabalho, são relatos que ao mesmo tempo em que nos revelam como se pescava antes e como ocorre a prática hoje, clarificam o teor de transformação que atingiu essa prática ao longo dos tempos interferindo na configuração da identidade de pescadores e pescadoras.

A identidade é dinâmica, está em movimento, passando por constantes transformações (HALL, 2006; DUBAR, 1997). Uma pessoa, na condição de ator é marcada por dois eixos de identificação, um “sincrônico”, ligado a um contexto de ação e a uma definição de situação, em um espaço dado, culturalmente marcado, e um eixo “diacrônico”, ligado a uma trajetória subjetiva e a uma interpretação da história pessoal, socialmente construída (DUBAR, 1997, p. 20) que influenciam na forma como as pessoas se definem como sujeitos de um sistema determinado e produto de uma trajetória específica. Essa dualidade, para Dubar, traz problemas para as identificações, aquelas definidas oficialmente, identificação para o outro, e as subjetivas, reivindicadas pelo sujeito e submetidas ao reconhecimento do outro.

O conceito de pescador artesanal de acordo com a legislação pesqueira, em uma analogia aos estudos de Dubar, estaria na esfera de uma identidade para o outro, a partir das definições legais do conceito de pescadora artesanal; nesse cenário, a mulher, como pescadora de apoio, estaria sobre a égide da identidade a ela atribuída, aquela que não se dedica à pesca de forma ininterrupta, portanto não guardando as características que se espera de um pescador exclusivo, assim não seria pescadora, mas trabalhadora de apoio à pesca.

A identidade da mulher pescadora, a partir da teoria de Dubar se dá pela dinâmica da transmissão geracional dos saberes da pesca e pela concepção de trabalho regulamentado pelo Estado, caracterizando a identidade para si e a identidade para o outro. Pode-se entender que a identidade profissional da mulher pescadora é caracterizada pela identidade geracional herdada, resultante do processo de transmissão transgeracional dos conhecimentos pesqueiros, frequente nas comunidades de pescadores, e a identidade profissional adotada, como resultado da regulamentação da profissão de pescador que promove mudanças no modo de ser tradicional do pescador em nome de uma adequação aos princípios legais da profissão (defeso, tipos de apetrechos a serem utilizados, documentação e outros).

A identidade para si está representada na dedicação em aprender os ensinamentos inerentes à pesca, conciliar o trabalho na pesca com os afazeres domésticos, sempre procurando uma melhor forma de contemplar os dois, ajustar seu tempo de pesca, cuidar da família, é todo um processo identitário construído ao longo da vida; já a identidade para o outro se manifesta quando a mulher pescadora procura atender aos requisitos elencados como necessários para ser considerada pescadora perante o Estado, constituindo sua identidade virtual.

Dessa forma, em princípio, a identidade da mulher pescadora é construída partir dos ensinamentos recebidos pelos pais, ao acompanhá-lo nas pescarias e observá-lo e, em aos poucos sendo iniciada na prática pesqueira; após constituir família, outros aspectos, a partir da convivência com marido, passam a compor sua identidade profissional, dentre eles a necessidade de pescar não só para a alimentação mas como fonte de renda, a obrigação de se enquadrar nas normas que regulamentam a profissão de pescadora artesanal, passando, assim, a se adequar a uma concepção de pescador idealizado pelo outro, o Estado; tem-se a construção de uma identidade profissional para o outro.

Essas duas identidades estão relacionadas, por meio de continuidades ou rupturas (DUBAR, 1997), o que provoca a dinamicidade do processo de construção identitária. Dito de outra forma o processo de construção de uma identidade profissional de pescadora para o outro pode se dar valorizando os aspectos que formam a identidade profissional para si, como os conhecimentos adquiridos na prática repassados pelos ancestrais, suas primeiras experiências como pescadoras e a realidade da mulher pescadora que precisa conciliar o trabalho produtivo e o reprodutivo; por outro lado os elementos constituidores da identidade profissional para o outro podem promover rupturas na identidade profissional para si por meio da não valorização de alguns aspectos de sua constituição e até a necessidade de incorporação de novos traços identitários.

No âmbito das comunidades pesqueiras, mais especificamente quanto às mulheres pescadoras, essa realidade se faz notar na luta pelo reconhecimento das ações por elas desenvolvidas como atividade de pesca, têm-se dessa forma uma constituição identitária para o outro pelo processo de exclusão, pois a forma posta como identidade de pescadora a partir do que precíua a lei, custa a receber os elementos constituidores das identidade profissional para si, assentado nos seus modos de vida, constituidores da identidade profissional para si.

Dessa forma, partir dos ensinamentos de Goffman (1963) referenciados por Dubar

(1973) não há como falar em identidade das pescadoras considerando apenas uma variável de rotulagem que define as identidades sociais virtuais dos indivíduos, pois assim, estaríamos contribuindo ainda mais para eclipsar o papel da mulher no trabalho da pesca artesanal; a identidade da mulher pescadora deve ser analisada, portanto a partir de sua trajetória social, pois é por meio dela que a identidade para si é construída e legitimada, pois não podemos falar em identidade para si sem a legitimidade subjetiva (DUBAR, 1973).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo procurou-se compreender a construção do lugar do trabalho da mulher na pesca artesanal por meio dos modos de vida desenvolvidos na comunidade do Remanso, ao longo dos tempos. Para tal, apoiamo-nos em suas narrativas de vida, assim como em observações realizadas no local da pesquisa, além de revisão de literatura. A revisão literária nos apresentou, sob a perspectiva de diversos autores, o trabalho da mulher na produção pesqueira. Há relevantes estudos, em contextos diversos, que retratam a atuação da mulher na pesca artesanal e sua importância para a manutenção dessa prática tradicional e revelam os diferentes modos como está envolvida no trabalho pesqueiro em todas as etapas de sua produção.

O trabalho empírico assumiu características de pesquisa qualitativa almejando alcançar os objetivos propostos e nos forneceu alguns resultados. Inicialmente, buscou-se compreender como se dá a transmissão dos conhecimentos inerentes à prática pesqueira e a participação da mulher nesse processo, tanto na recepção quanto na transmissão dos conhecimentos. Identificou-se que na transmissão dos saberes estão presentes diferentes formas de manifestação das díades desenvolvimentais, conforme identificado por Garcia(2007), a partir dos estudos de Brofembrener sobre as relações de aprendizagem no âmbito familiar, e aplicados no contexto da pesca artesanal. Assim, desde cedo as crianças são inseridas, pelos pais, no universo pesqueiro e aprendem os conhecimentos iniciais inerentes a sua prática; esses conhecimentos, dependendo da forma de organização do trabalho familiar serão ou não aprimorados. No repasse dos conhecimentos geralmente se manifesta uma forma de divisão sexual do trabalho em que os meninos costumam acompanhar os pais e as meninas as mães. Isso, porém, não constitui regra, pois a pesquisa demonstrou que há determinadas situações em que essa lógica é contrariada e a mulher, na ausência do marido/companheiro, assume o trabalho de ensinar também os meninos.

As pescadoras do Remanso, como elas fazem questão de afirmar “vivem da pesca”, e para isso não se furtam de frequentar os mesmos espaços ocupados pelos homens no trabalho de captura; fazem do rio Amazonas e dos lagos da região do Remanso seu ambiente de trabalho. A naturalização do trabalho reprodutivo como de responsabilidade das mulheres faz com que o tempo e espaço de dedicação à pesca estejam associados à composição da estrutura familiar e a consequente dinâmica da organização do trabalho; nesse contexto os afazeres domésticos e os cuidados com a família interferem diretamente no tempo e espaço de

pesca das mulheres pescadoras, assim como em seu reconhecimento como trabalhadora da pesca.

Identificou-se também que o conjunto de ações que constituem os modos de vida das pescadoras do Remanso estão assentados na relação com a natureza e nas formas de sociabilidade estabelecidas na comunidade. A relação com a natureza se manifesta na prática da pesca artesanal, principal atividade produtiva das famílias do Remanso, na caça, criação de pequenos animais e agricultura, componentes do universo produtivo da comunidade. Essa diversidade de práticas produtivas contribui de acordo com Derruau (1973) para que haja não mais um modo de vida, mas múltiplos modos de vida, o que altera também a identidade cultural das mulheres pescadoras. Assim, a constituição identitária da mulher pescadora do Remanso é produto dos diferentes modos de vida que se estabelecem na comunidade, caracterizado pelo conjunto de experiências, fruto das interações sociais e culturais.

Nesse contexto, coaduna-se a constituição identitária das mulheres pescadoras com a teorizada por Dubar (1997): a identidade para si, forjada nos seus diferentes modos de vida e a identidade para o outro. Entendemos, portanto, que a valorização e o reconhecimento da mulher como trabalhadora da pesca passa necessariamente por reconhecer a identidade para si como produto de toda sua história de vida na produção pesqueira e as relações socialmente estabelecidas, são esses aspectos que precisam ser considerados na formulação da identidade para o outro sob risco de ser desvirtuada sua identidade.

A pesquisa de campo lançou luz sobre a falta de participação das mulheres pescadoras do Remanso em eventos orientativos sobre os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca, assim como daqueles que reivindicam a valorização do trabalho da mulher pescadora. Essa realidade, predominante nas comunidades ribeirinhas amazônicas, dificulta o reconhecimento do trabalho da mulher pescadora e contribui para a permanência de sua invisibilidade como trabalhadora da pesca. Mesmo nas reuniões realizadas pelas entidades representativas da categoria ainda é escassa a participação das pescadoras do Remanso, muito em virtude, da distância entre a comunidade e a sede do município. Por isso entendemos que algumas abordagens como a divisão desigual das tarefas no âmbito doméstico, a múltipla jornada a que se submetem, característico das mulheres em comunidades pesqueiras, ainda não encontram terreno fértil para discussão no Remanso.

Finalizamos essas considerações firmando o entendimento de que os resultados apresentados anteriormente referendam a relação entre os diferentes modos de vida desenvolvidos no Remanso e a constituição identitária da mulher pescadora; acreditamos, ainda, que esse estudo apresenta resultados que podem contribuir para o debate a respeito do

reconhecimento do trabalho da mulher na produção pesqueira.

Ao longo desse estudo observamos que a caracterização identitária da mulher pescadora é inconclusa, pois, a “tentativa” do ordenamento jurídico em caracterizar a pesca artesanal e seus agentes não consegue recepcionar no texto legal as demandas do cotidiano das pescadoras e pescadores - assentadas nos seus diferentes modos de vida- fazendo com que a identidade para si ainda não encontre abrigo no conceito de identidade atribuída pelo outro, pois como ouvimos no Remanso – “quem diz que mulher não pesca, é por que nunca veio aqui pra ver a gente passar a noite no meio desse rio, perder sono, se arriscando. Se isso não é ser pescadora, me diga o que é[...] (Pesquisa de campo,2019).

Podemos apontar como limitações desse estudo o fato de a amostra, por ser de conveniência, obstar a possibilidade de expansão para a totalidade das pescadoras do Remanso. O fato de optarmos por termos como sujeito dessa pesquisa as pescadoras que haviam participado do programa CERTIFIC também impossibilitou uma maior abrangência da pesquisa. No entanto, mesmo com as limitações apontadas ou outras que eventualmente possam ser identificadas, estima-se que esse estudo nos permitiu conhecer melhor os diferentes modos de vida da pescadora do Remanso e compreender como agem na construção do trabalho da mulher pescadora e na sua constituição identitária.

Por fim, esse estudo buscou contribuir para o conhecimento do trabalho das mulheres pescadoras nas comunidades amazônicas como o Remanso. Futuras investigação podem ampliá-lo abrangendo questões diversas inerentes ao contexto do trabalho da mulher na pesca artesanal, pois ainda há muito a se investigar, já que essa temática é um campo fértil para outros trabalhos de investigação.

6 REFERÊNCIAS

- ABREU, Adriana; ALENCAR, Edna F. **Tempos e Lugares dos Gêneros na Pesca Manejada de Pirarucus: Uma Análise Do Processo de Construção do Acordo de Pesca do Jarauá/Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-AM**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos): Florianópolis, 2017.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de.; LUCENA, R.F.P. & ALENCAR, N.L. Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. Pp. 39, 64. In: Albuquerque, U.P.; Lucena, R.F.P. & Cunha, L.V.F.C. (Eds.), **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife, Núcleo Publicações em Ecologia e Etnobotânica Aplicada (NUPEEA), 2010.
- ALENCAR, Edna Ferreira. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão. Belém-Pará, 1993.
- _____. Mulher, pesca e ambiente: As mulheres pescadoras e a conservação de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM). In: SCHERER, E. (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente de reconhecimento**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- ALENCAR, Edna Ferreira.; PALHETA, Sandra Pereira.; SOUZA, Isabel Soares de. Trabalho na pesca, ação política e identidade: as mulheres da colônia de Pescadores Z-32 de Maraã- Amazonas. In: SCHERER, Elenise Faria. (Org.). **Aqui estamos: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDRADE, Gilciandro Prestes, de. **Festa de São José Operário na Comunidade de Terra Preta do Rio Mamuru em Parintins**. 2017, 113f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- ANDREOLI, Vanessa Marion. **NATUREZA E PESCA: Um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos - PR**. 2007, 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARAÚJO, Emília & DUQUE, Eduardo (eds.) (2012). **Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas**. Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em Ciências Sociais ISBN: 978-989-8600-07-3. Braga. Portugal. Livro eletrônico.
- ARENZ, Karl Heinz. **São e salvo: a pajelança da população ribeirinha do Baixo Amazonas como desafio para a evangelização**. Quito (Equador): ABYA-YALA, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.
- BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BENINCÁ, Ciomara Ribeiro Silva & Gomes, William B. (1998). Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações. In: W. B. Gomes (Org.), **Fenomenologia e pesquisa em psicologia** (135-159 pp.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.
- BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Kanopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Lei n. 11.959 de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em <http://legislação.planalto.gov.br>. Acesso em 20/06/2016.

_____. **Ofício Circular nº 62/2011**. Fomento à implantação de programas interinstitucionais de certificação profissional – CERTIFIC e formação de avaliadores em articulação com o programa Brasil alfabetizado e com o programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – formação inicial e continuada (PROEJA FIC). Brasília, DF: 28 de junho de 2011.

BRASIL, João Bosco dos Santos. **Mulheres pescadoras da Várzea no município de Parintins -Am: A pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera**, 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas – Manaus, 2015.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979/1996.

_____.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental process. In: LERNER, R. M. (ed.). **Handbook of child psychology: Theoretical models of human development**. 5. ed., p. 993-1028, 1998.

BORGES, Kássia Valéria de Oliveira. **As mulheres ceramistas do Mocambo: a arte de viver de artefatos ambientais**. 230f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas- Manaus, 2017.

CÂNDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito - estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CAMPOS, Manuel do Carmo. **A decadência do catolicismo popular na região parintinense (1955-1975)**. Revista Cultura Teológica, 1995, p.109-117.

CARNEIRO Maria. J. MALUF Renato. S. **Para além da produção: multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura**. Rio de Janeiro: Mauad /Nead, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura**. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edna. **Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 1 - dezembro 1999.

_____. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F.(Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento de meio ambiente**. Belém: NAEA, 1997.

CENCI, Adriane. **O conceito de trabalho em Vygotski: apropriação e desenvolvimento das proposições de Marx/Engels**. Trabalho Necessário, Ano X, nº 15, 2012.

CÉRQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de fé no Médio Amazonas**. 2 ed. Manaus: ProGraf- Gráfica e Editora, 2009.

- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- CIOMMO, Regina Célia Di. **Pescadoras e Pescadores: A questão de equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 10, n. 1, p.151-163, 2007.
- CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Documento 100. “Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia**. 52ª Assembleia Geral Aparecida - SP, 30 de abril a 9 de maio de 2014.
- COTRIN, Décio Souza, MIGUEL, Lovois de Andrade. **Pluriatividade: uma noção aplicável em pescadores artesanais**. Encontro de Economia Gaúcha (4:2008 maio: Porto Alegre, RS). Anais do evento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal. In: Antônio Carlos Diegues. (Org.) **A Imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec, p.101-109, 2000.
- DE AQUINO, Quelen Brondani; KONTZE, Karine Brondani. **O “CONTRATO SEXUAL” E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.42, jul./dez., p.250-267, 2014.
- DEDECA, C. S. Regimes de Trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In Costa, A. O. et al. (orgs), **Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais**. 279-297. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- DERRUAU, Max. A noção de modo de vida, os mecanismos e os sistemas econômicos. In: **Geografia Humana I**. Portugal/Brasil: Editora Presença, 1973.
- DIEGUES, Antônio Carlos e ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (org.). **Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP: MMA, 2000.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo. NUPAUD/USP, 1994.
- _____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil**. Revista Etnográfica, Vol. III (2), pp. 361-375, 1999.
- DIOCESE DE PARINTINS. Diretório das Comunidades Católicas Rurais de Parintins. Parintins, 2015.
- DIOGENES, Antônia Maria Raposo. **As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
- DO CARMO, Paulo Sérgio. **A ideologia do trabalho**. 10. ed. São Paulo. Moderna, 1992.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução: Anette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Portugal: Porto editora, 1997.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.
- _____. **O Processo Civilizador**, vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____. **Introdução à Sociologia**. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa: Edições, 2008.

ELIAS, Norbert. & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENGELS, Friedrich. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Centauro, 2002.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, Adriana (org.). **Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

FASSARELLA, Simone Simões. **O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino.** Ser Social, v. 10, n. 23, 2008, p. 171-194.

FONSECA, Marília; ALVES, Fátima; MACEDO, Márcio Chagas e AZEITEIRO, Ulisses M. **O Papel das Mulheres na Pesca Artesanal marinha: Estudo de uma Comunidade Pesqueira no Município de Rio das Ostras, RJ, Brasil.** Revista de Gestão Costeira Integrada, 16(2): 231-241. disponível em : http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-593_Fonseca.pdf.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto, et. al. Natureza e Mundo Vivido: o espaço e lugar na percepção da família cabocla/ribeirinha. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHERER, Elenise (org.). **Amazônia: Políticas públicas e diversidade cultural.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FRAXE, Therezinha J. P; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique S. (Org.). **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: memória, ethos e identidade.** Manaus: EDUA, 2009.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Viagens: um estudo da viagem religiosa de Itá, Baixo Amazonas.** 2. Ed. São Paulo: Nacional, 1976.

GARCIA, Narjara Mendes. **EDUCAÇÃO NAS FAMÍLIAS DE PESCADORES ARTESANAIS: TRANSMISSÃO GERACIONAL E PROCESSO DE RESILIÊNCIA.** 87.f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Fundação Universidade do Rio Grande - Rio Grande, 2007.

GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Ângela Mattar; CHAVES, Priscila Freitas e SANTOS, Lúcia Oliveira dos. **Educando meninos e meninas: Transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar.** Maringá, v. 24, n. 1. Psic. da Ed., São Paulo, 93-112 pp, 2007.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o mar:** uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina. 418 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** 1ªed. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação.** São Paulo: Cortez, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: UNESP, 1990

_____. **Modernidade e identidade.** Tradução de P. Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Modernidade e Identidade Pessoal.** Tradução de Miguel Vale de Almeida. 2ed. São Paulo: Celta Editora, 1997.

_____. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: UNESP, 1990.

GOES, Lidiane de Oliveira. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e**

mulheres que atuam na pesca artesanal. 208 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GOLDEMBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, 11ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Tradução de Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set. 2007.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (org). **Introdução, a invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo.** Petrópolis: Vozes, 2013.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LEDOARÉ, Helene; SENOTIER, Daniele. (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009.

LANGDON, J. **Representação de doenças e itinerário terapêutico dos Siona da Amazônia Colombiana.** In: SANTOS, Ricardo; COIMBRA, Carlos (org.). Saúde e povos indígenas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** 6. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

LIMA, Deborah (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade.** Manaus: Ibama, Pro Várzea, 2005.

LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do Médio Solimões. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. **População e Meio Ambiente.** São Paulo: Editora Senac, 2000.

MAIA, Maria Bernadete Reis. **PESCADORAS DE BARREIRINHA (AM): CONQUISTANDO DIREITOS E RESSIGNANDO MITOS.** 2016, 150f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos, 2015.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Mestres e Mares: espaço e divisão na pesca marítima.** 2. ed. São Paulo: Anablume, 1994.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

MANESCHY, Maria Cristina. A mulher está se afastando da pesca?: continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi** – série Antropologia:145-166, Belém, 1995.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna; NASCIMENTO, Ivete Herculano. Pescadora em

busca de cidadania In: ALVARES, Maria Luiza e D'INCAO, Maria Ângela. **A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995, p. 81-115.

MANESCHY, Maria Cristina; ÁLVARES, Maria Luzia Mendonça. **Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos**. Revista Eletrônica Coletiva, nº 01, 2011.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis e ÁLVARES, Maria Luzia Mendonça. **Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento**. Revista de Estudos Feministas, 20(3):713-737. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000300007,2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica**. Manaus: Valer/Fapeam, 2015.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias e identidades**. Belém: Cejup, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. “O Metafísico no homem”, “De Mauss a Claude Lévi-Strauss”, “Em toda e em nenhuma parte”, “O filósofo e sua sombra”. Tradução e notas de M. Chauí. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção “Os Pensadores”).

MIRANDA, Orlando de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, p.231-342, 1995.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Saberes da Pesca: uma arqueologia dos saberes da tradição**. 2005, 230f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MOREIRA, Eliane . **Conhecimento tradicional e a proteção**. T&C Amazônia, v. 5, n. 11, jun. 2007.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil**. Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp.377-399.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Pesca artesanal. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/pesca/artesanal>>. Acesso: 05 de JULHO de 2016.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. In: Rev. Estudos Feministas, (v16, n. 2), 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo 15. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PALHETA, Sandra Pereira. **Mulher pesca? Pesca mesmo! Estudo sobre o trabalho e as estratégias das pescadoras da colônia de pescadores z-32 de Marã- Am**. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém,2014.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. A Várzea do Médio Amazonas e a Sustentabilidade de um modo de vida. In: LIMA, Deborah (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, Pro Várzea, 2005.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Terra e Paz, 1993.

_____. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. In: CASTELLS, Carme (Org.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996.

PIAZZETA, Naele Ochoa. **O Princípio da Igualdade no Direito Penal brasileiro**: uma abordagem de gênero. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política Del trabajo de reproducción social. In: **Mujeres y Economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. CARRASCO, Cristina (org). Icaria Antrazyt. Barcelona, 2003.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

_____. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. O mundo das águas e seus laços de pertencimento. In: **Raízes**. Campina Grande. Vol. 23, Nºs 01 e 02. Pags 62/72. Jan-dez, 2004.

_____. **O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 54, n. 1, 2011:315-352.

RIBEIRO, Odenei de Souza. **Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins**. Manaus: Editora Valer/FAPEAM,2015.

RIBEIRO, Danilo Santos. **Transgeracionalidade da Pesca: transmissão, permanências, vicissitudes da tradição pesqueira na cidade de Porto Seguro – BA**. 2017. 75f, TCC (Graduação em Antropologia e diversidade cultural – Latino Americana). Universidade Federal da Integração Latino – Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v.12, n.32, p. 52-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v>.

SCHERER, Elenise; LOPES, Sarah. Mulheres pescadoras: o ajuste fiscal e desajuste social. In: SCHER, Elenise Faria. (Org.). **Aqui estamos: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SCHERER, Elenise. **MOSAICO TERRA-ÁGUA: A VULNERABILIDADE SOCIAL RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA-BRASIL**. VII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Setembro de 2004.

_____. (Org.). **Aqui estamos: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

_____. **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: Ambiente e reconhecimento**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SCHNIDER. **Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade**. São Paulo. Revista brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.51, p.99-123, fev. 2003.

_____. **A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas**. Fortaleza: SOBER,2006.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para a análise histórica**. 3.ed. Recife: Ed. SOS Corpo, 1995.

_____. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

_____. **O enigma da igualdade**. Revista Estudos Feministas, vol. 13, nº. 01, Florianópolis, 2005, p. 11-30.

SILVA, Charlene M. **Mocambo, Camburi, e Vila Amazônia no Município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia.** 2009,176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SILVA, Vera Lucia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras.** In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero - REDOR na Universidade Federal da Paraíba, 2012.

SOARES, Sara Moreira. **Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o Seguro Defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da várzea-AM.** 2012,145f. Manaus. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus.

SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In: COSTA. Et. Al. (org.). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo.** Recife: SOS Corpo/ Instituto Feminista para Democracia, 2010, p.33-56.

SOUSA, Ronaldo José de. Comunidade e Sociedade Informacional: **O Fenômeno Comunitário Contemporâneo a partir da Comunidade Midiática Canção Nova.**2010,281f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba.

SOUZA, José Camilo Ramos de. **O currículo da escola de várzea e o ensino de geografia no município de Parintins.** 2006,146f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

_____. **A geografia nas escolas das comunidades ribeirinhas de Parintins: entre o currículo, o cotidiano e os saberes tradicionais.** 2013, 245f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TERRA, Eva Maria Martins. **Territorialidade da Comunidade Rural Quilombola Chácara do Buriti e Potencialidades de Desenvolvimento Local.** 2011,132f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande-MS,2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral.** 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial,** s.n.t-, mimeo. 1967.

_____.Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E.P. **Costumes em comum.**Trad. Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras,1988.

TOCANTINS, Leandro. **Vida, cultura e ação .** Rio de Janeiro: Artenova,1969.

_____. O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

UNICAMP - UNIVERSIDADE DE CAMPINAS. As mulheres nas políticas públicas. In: **Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica.** Cadernos de formação. Caderno 05. Instituto de Economia: UNICAMP, 2015.

VEIGA, Luciana. GONDIM, Sônia Maria Guedes. **A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político.** Opinião pública, maio / volume VII, número 001, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos.** Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São

Paulo, 1988.

WAGNER, Adriana (org.). **Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007.

WOORTMAN, Ellen F. “**Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do Nordeste**”. Série Antropologia 111. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 1991.

_____. **O ambiente e a mulher: o caso do litoral do rio Grande do Norte, Brasil**. Núcleo de Apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras – NUPA UB/USP. Latin American Studies, 12, 1992.